

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

CELINA CLARET DE SOUSA GONÇALVES

**INVENTÁRIO MEMORIOGRÁFICO DAS EXPERIÊNCIAS DE DIRETORAS DA
REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO CIRCUNSCRITA À
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE ITAJUBÁ – MINAS GERAIS –
1960 -1980**

PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

**SÃO PAULO
2009**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

CELINA CLARET DE SOUSA GONÇALVES

**INVENTÁRIO MEMORIOGRÁFICO DAS EXPERIÊNCIAS DE DIRETORAS DA
REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO CIRCUNSCRITA À
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE ITAJUBÁ – MINAS GERAIS –
1960 -1980**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em *Educação: Currículo*, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Branca Jurema Ponce.

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2009**

Gonçalves, Celina Claret de Souza

Inventário Memoriográfico das experiências de diretoras da rede estadual de ensino público circunscrita à Superintendência Regional de Ensino de Itajubá – Minas Gerais – 1960-1980 / Celina Claret de Sousa Gonçalves – São Paulo: [s.n.], 2009.

172 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em *Educação: Currículo*) – Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Branca Jurema Ponce.

1. Diretoras 2. Escolas Públicas de Minas Gerais 3. Memória
I. Título

Banca examinadora

Ao meu esposo Benedito, que tanto contribuiu nessa minha jornada, em tantas renúncias, no olhar desentendido, no silêncio sufocado, fortaleceu-me mais do que os grandes acadêmicos, e pela existência que nos fortalece em comunhão no caminho da vida.

*Você é **co-partícipe** nessa vitória que conquistamos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me fortaleceu e me permitiu construir esta pesquisa. Ele que é meu repouso, minha certeza e meu objetivo primeiro;

Às irmãs Carmelitas e as irmãs de Maria de Schoenstatt pelas orações diárias para o meu fortalecimento;

Ao meu esposo Benedito, pela renúncia, compreensão e aceitação nos momentos difíceis;

Aos meus filhos, Dauriana, Rovilson e Lucas, pela ausência e eventuais falhas por mim cometidas neste período;

À Prof^a. Dr^a. Branca Jurema Ponce, por sua competente e rigorosa orientação, indicando os melhores caminhos a seguir;

Aos integrantes da Banca Examinadora, Prof^a. Dra. Sanny Silva da Rosa e Prof. Dr. Mário Sérgio Cortella, pelo olhar sábio e minucioso que tiveram, colocando suas valiosas experiências com tolerância e zelo para o fortalecimento desta pesquisa;

Aos médicos e enfermeiros da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela atenção que me dedicaram nos momentos de crise no acidente ocorrido na biblioteca;

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação e Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelos valores passados e contribuições para o meu aperfeiçoamento, bem como aos funcionários pela atenção, profissionalismo e solidariedade;

Aos meus colegas de curso, pelo companheirismo, troca de conhecimentos e amizade construída neste período, especialmente Cláudia Mirandola e Sandra Viana;

Às diretoras que me concederam as entrevistas, disponibilizaram fotos, receberam-me em suas casas e contribuíram para a realização desta pesquisa; e

Às amigas, Célia, Mara, Maria Angélica e Odízia pela disponibilidade, compreensão e atenção, principalmente, nos momentos de dificuldades e doenças

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar e compreender a trajetória das diretoras das Escolas Públicas de Minas Gerais, circunscritas à Delegacia Regional de Ensino de Itajubá, Minas Gerais, nas décadas de 1960 a 1980. Não é uma coletânea de acontecimentos passados ou presentes que se encaixam em uma narrativa única de profissionais. É a trajetória de diretoras das escolas públicas mineiras que marcaram sua presença de amor e dedicação nos estabelecimentos que dirigiram, enfrentando obstáculos e vicissitudes, com coragem e determinação. Para realização da pesquisa foram necessários alguns momentos articulados entre si e simultaneamente construídos em tempo e espaços diferentes. Através das entrevistas, buscou-se, na riqueza de cada fala, um momento a ser decifrado e questionado. Cada uma das entrevistadas trouxe consigo um fio do tecido histórico, realçando algumas tramas, silenciando outras que os incomodaram ou marcaram suas caminhadas, contribuições preciosas para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Diretoras. Escolas Públicas de Minas Gerais. Memória.

RESUMEN

Esta pesquisa tiene como objetivo investigar y comprender la trayectoria de las directoras de las Escuelas Públicas de Minas Gerais, pertenecientes a la Delegacia Regional de Enseñanza de Itajubá, Minas Gerais, en las décadas de 1960 a 1980. No es una coletânea de acontecimientos pasados o presentes que se encajan en una narrativa única de profesionales. Es, la trayectoria de las directoras de las escuelas públicas mineras que marcaron sus presencias de amor y dedicación en los establecimientos que condujeron, enfrentando obstáculos y vicisitudes con coraje y determinación. Para la realización de la pesquisa fueron necesarios algunos momentos articulados entre si y simultáneamente contruidos en tiempo y espacios diferentes. A través de las entrevistas, se procuró en la riqueza de cada habla un momento a ser descifrado y cuestionado. Cada una de las entrevistadas trajo consigo um hilo del tejido histórico, realizando algunas tramas, silenciando otras, que las molestaron o marcaron sus caminadas, contribuciones preciosas para el desarrollo del sistema educacional brasileño.

Palabras-lhave: Directoras. Escuelas Públicas de Minas Gerais. Memoria.

ABSTRACT

This research aims to investigate and understand the trajectory of the directors of the Public School of Minas Gerais, limited to the Regional School of Itajubá, Minas Gerais, in the decades from 1960 to 1980. It is not a collection of past or preset events that fit into a single narrative of professionals. It is a history of public school principals of Minas Gerais that marked his presence of love and dedication that directed establishments, facing obstacles and difficulties, with courage and determination. To conduct the study it was necessary some moments articulated and built simultaneously in different times and spaces. Through interviews, we sought in the richness of each speech, a moment be deciphered and questioned. Each of the respondents brought a string of historic fabric, highlighting some plots silencing others that bothered or marked their walking valuable contribution to the development of the brazilian educational system.

Keywords: Directors, Public Schools of Minas Gerais, Memory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Ana Odiléia e Ana Abdala)	88
Quadro 2 –	Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Deolinda e Diva).....	89
Quadro 3 –	Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Jahel e Leyde)).....	90
Quadro 4 –	Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Maria Ivaneide e Terezinha))	91
Quadro 5 –	Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Martha e Magda).....	92

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	18
1 TRAJETÓRIAS DO FAZER	26
1.1 Tecendo a Pesquisa.....	26
1.2 Alguns Aspectos Histórico-Geográficos da Região de Itajubá	31
1.3 História dos Narradores-Sujeitos da Pesquisa	33
1.4 Onde Está a Memória?.....	39
1.5 Memória e Tempo	48
2 ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR (1960-1980)	52
2.1 As Décadas de 1960 a 1980	52
2.2 Da Administração Escolar à Gestão Democrática.....	57
3 ANÁLISE DO TEMPO VIVIDO	62
3.1 Breve Retrospectiva Histórica da Formação de Diretores das Escolas Públicas de Minas Gerais	62
3.2 As Mulheres na Administração das Escolas Públicas	69
3.3 Memórias das Diretoras Escolares (1960 a 1980)	72
3.3.1 O papel da escola nos depoimentos das diretoras entrevistadas	74
3.3.2 Prática pedagógica.....	76
3.3.3 Formação	78
3.3.4 Fatos marcantes.....	79
3.3.5 Pontos comuns.....	84
3.4 Lembranças e Relembranças de um Tempo Educacional	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	102

APÊNDICE "A" – Entrevista com as diretoras de escola (Elas fizeram a história	104
ANEXO "A" – Designação do Prof. José Guimarães para a função de diretor da Escola Normal Oficial de Ouro Fino.....	150
ANEXO "B" – Nomeação do Prof. José Guimarães para o cargo de diretor da Escola Normal Oficial de Ouro Fino.....	151
ANEXO "C" – Passagem de direção do Colégio Estadual de Ouro Fino para a Prof ^a . Leyde Moraes Guimarães.....	152
ANEXO "D" – Indicação da Prof ^a . Leyde para a direção do Colégio Estadual de Ouro Fino	153
ANEXO "E" – Autorização para a Prof ^a . Leyde Moraes Guimarães exercer o cargo de diretor da Escola Estadual de Ouro Fino.....	154
ANEXO "F" – Renovação de autorização para o exercício do cargo de Direção concedida à Prof ^a . Leyde Moraes Guimarães	155
ANEXO "G" – Opção de vencimentos apresentada pela Prof ^a Leyde Moraes Guimarães	156
ANEXO "H" – Informação sobre requerimento para a direção da Escola Estadual "Prof. Ladislau" apresentado pela Prof ^a . Theresinha Rita Alves.....	157
ANEXO "I" – Informativo de Alteração relativo à Prof ^a Leyde Moraes Guimarães	158
ANEXO "J" – Informativo de alteração relativo à Prof ^a . Jahel Rodrigues Torres	159
ANEXO "K" – Informativo de alteração relativo à Prof ^a . Maria Ivaneide Souza Fonseca.....	160
ANEXO "L" – Informativo de alteração relativo à Prof ^a . Martha Hermelinda Toledo	161
ANEXO "M" – Informativo de alteração relativo à Prof ^a . Ana Odiléia Reis Souza.....	162
ANEXO "N" – Informativo de alteração relativo à Prof ^a . Theresinha Rita Alves.....	163
ANEXO "O" – Fotografias das entrevistadas (Elas fizeram a história)	164

APRESENTAÇÃO

A CONSTRUÇÃO DE UM MODO DE SER: DE ESTUDANTE À PESQUISADORA

Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar.

Clarice Lispector

Do pensamento transcrito acima, é possível depreender, metaforicamente, que nós somos um tapete feito de fios infinitos e cores multivariadas. Por isso, ao narrar nossa trajetória de vida, a memória que nos conduz vai além, muito além, do tempo presente.

O convite é feito ao leitor para que conheça um pouco das memórias e experiências da pesquisadora, que muita influência exerceram sobre este trabalho da pesquisa. Acredito não ser possível escrever sobre as memórias e experiências dos diretores e diretoras de Escolas Públicas de Minas Gerais que atuaram nas décadas de 1960 a 1980, sem trazer à tona algumas marcas das trilhas e dos trilhos que percorri em meu percurso como estudante, no processo de fazer-me educadora e pesquisadora na relação com os outros, e também dos pontos de sustentação fundamentais à construção desta pesquisa.

Inicialmente, rememoro minhas trajetórias: familiar, de escolarização, de formação acadêmica e de como me fiz educadora e pesquisadora.

Num segundo momento, o destaque é para a trajetória da pesquisa, desde as inquietações como Supervisora, Vice-diretora, Inspetora de Escola. O enfrentamento da pesquisa, o suporte teórico, os critérios de seleção dos entrevistados, a gravação das entrevistas, os recortes, os caminhos percorridos, os obstáculos, desvios e escrita dos capítulos, tudo isto aqui se encontra. Portanto, apresento quem escreveu e porque escreveu desta forma. Ao final, o leitor compreenderá a razão de determinadas escolhas teórico-metodológicas nos encaminhamentos e tessitura deste trabalho.

Escrever, tentando encadear fases que constituíram anos de estudo, de trabalho, de vida, de fé e de ação, não é fácil. Na verdade, em certos momentos vinha a incerteza; em outros, a convicção de que estava no caminho certo.

Nesta pesquisa, tecida a partir das memórias de diretores de Escolas Públicas que pertenciam à Superintendência Regional de Ensino de Itajubá-MG, reconheço a minha própria história, ao mesmo tempo personalíssima e semelhante a tantas outras, para cuja compreensão minha vida profissional é o ponto de partida.

Sou a mais velha entre doze irmãos, filha de pai com Ensino Fundamental completo e mãe com Ensino Fundamental incompleto, mulher de inteligência rara, sensível aos problemas sociais, possuidora de um vocabulário muito simples, mas rico de conteúdo. Aqui, além do mais, para meus pais, sobretudo para minha mãe e minha tia Mariinha,¹ a educação escolar era vista como o mais valioso patrimônio a ser deixado para os filhos.

Cursei os primeiros anos do ensino fundamental em uma escola pública - a única que havia na cidade – Escola Estadual “Mendes de Oliveira”. Desse período, lembro-me pouco, porque:

Muitas memórias esvaecem para sempre. Da imensa maioria delas não há evidência alguma de que não sobre sequer um resto. E de muitas outras, só nos ficam fragmentos dos quais, à custa de muito esforço [...] podemos às vezes extrair algum sentido (IZQUIERDO, 2004, p. 16).

Confesso que gostaria, no exercício da memória, de trazer à tona ao menos o nome de minha primeira professora, dos primeiros colegas de turma; mas tudo se foi, nem sequer fragmentos restaram. Dizendo melhor, retifico: ficaram os sentimentos de respeito e de afeto eternos.

Preocupados com a continuidade da minha formação, meus pais me colocaram em um colégio interno - “Colégio das Irmãs Santa Dorotéia” -, cuja Filosofia Educacional era a formação para a responsabilidade social do cristão. As irmãs eram tradicionais, ou seja, praticavam uma educação repressiva e autoritária, embora se preocupassem com a formação integral das alunas. Com nove anos,

¹ Mariinha – Maria Benedita de Souza, a irmã mais velha de meu pai, José Bernardes de Souza.

ingressei no internato, onde permaneci até concluir o magistério. Do colégio, onde vivi parte de minha infância, toda a adolescência e parte da juventude, muito me lembro, pois “a casa onde se desenvolve uma criança é povoada de coisas preciosas que não têm preço. As coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade² e tomaram algo de que fomos” (BOSI, 2003, p. 27).

Por aquela casa de ensino também passaram muitas das entrevistadas para a coleta de dados desta pesquisa, todas, como eu, alunas do Curso de Magistério, Deolinda, Ivaneide, Magda, Jahel, Ana Odiléia e Martha Toledo (esta também como professora).

Ainda se faz muito viva a lembrança da grande casa. Paredes altas, corredores enormes, ligando o refeitório, as salas de piano, biblioteca, saída para o pátio e para a capela; no 2º andar, outro corredor ligando sala de aula, gabinete da madre³ superiora, sala de estudos, salão nobre; no 3º andar, dormitório das alunas, chuveiros e clausuras das irmãs. Tudo era muito bonito, assim como meus uniformes: o uniforme diário era azul marinho e o de gala, marfim. As saias com pregas estreitas cobriam os joelhos e duas alças bordadas com o emblema do colégio davam um toque de realce. As blusas eram engomadas e as meias (três-quartos) encontravam a barra da saia. Sapato preto de amarrar e boina azul marinho na cabeça completavam o uniforme. A perspectiva positivista, cujo currículo valorizava as disciplinas de formação, tanto no plano intelectual quanto no caráter moral e disciplinar, fundamentava toda a nossa educação.

E assim segui a vida. Entretanto, não permaneci a mesma. O destino tornou-me professora bem cedo; ainda aluna do Curso Normal, ingressei em um mundo novo, tornando-me professora substituta. O provisório torna-se definitivo, na Escola Estadual “Mendes de Oliveira”, na cidade de Congonhal, onde também atuava, como vice-diretora, a professora Ana Odiléia, diretora entrevistada por mim, nesta pesquisa.

Sempre me entristecia perceber que havia (e há) uma grande distância entre nossas intenções e a realidade. Temia fracassar diante de uma nova proposta de

² **Alteridade** - estado ou condição do que é outro, do que é diferente. Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

³ **Madre** - membro de uma ordem religiosa que exerce as funções de superior em um convento, semelhante à mãe. Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2008.

trabalho, pois, afinal, as coisas aconteciam numa sucessão rápida e contínua. Ainda com quinze anos, já experienciava a docência em turmas dos anos iniciais do Ensino Primário. Acredito que não tivesse, então, a maturidade necessária para perceber que fazia parte de uma escola antidemocrática, preconceituosa, na qual as crianças não eram respeitadas nas suas diferenças, não tinham vez e nenhuma voz. Em meio ao prazer do aprender, descobri também o sabor e o encanto por ensinar. Antes de completar dezoito anos, já estava à frente de uma turma de alunos dos últimos anos do antigo Ginásio, partilhando com eles conhecimentos de matemática. E os desafios continuaram, pois, quando ainda me considerava um ser humano imaturo e cheio de incertezas, ainda que capaz de admitir as complexidades da vida, assumi aulas de Matemática e Física no Colegial (hoje, Ensino Médio), em colégios particulares e públicos.

Concluindo o Magistério, ingressei no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Três Corações, atualmente, Universidade de Três Corações (UNICOR), sem nunca abandonar a docência.

Durante o curso de Pedagogia, o gosto pela área pedagógica intensificava-se continuamente, de tal modo que muito antes de concluir o curso, já era certo o fato de que a conclusão do mesmo não seria o fim do percurso acadêmico, mas tão somente uma travessia.

Buscando aprimoramento contínuo, cheguei à docência, supervisão, orientação, inspeção, ensino universitário, coordenação dos cursos Normal Superior, Pedagogia e Administração de Empresas e, atualmente, à Supervisão de Unidade Acadêmica.

Na trajetória de ensinar e aprender, encontro a diretora Maria Ivaneide (que prestou seu depoimento para esta pesquisa), na Escola Estadual “Dr. José Marques de Oliveira”, onde exerci as funções de professora de Matemática e Supervisora, sendo esta última função conquistada através de concurso público.

À medida que narramos nossas vivências, vamos descobrindo os significados que atribuímos aos fatos vividos, reconstruindo a compreensão que temos de nós mesmos. Na certeza de que é pelo presente que se explica o passado, abracei o desafio de tentar entender parte do meu passado, acreditando que: “A memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança” (CHAUÍ, 2002, p. 128).

Cada vez mais se intensificavam os desafios e, para vencê-los, debruçava-me sobre os livros para que me auxiliassem, de fato, a despertar e a compreender o talento humano que se manifestava em mim e nos meus alunos, em diferentes idades, de diferentes maneiras, ao longo do tempo.

Tal fato serve de reforço pelo gosto pela área Pedagógica e de gestão. Na certeza de que era preciso continuar o percurso acadêmico, presto novo vestibular para Matemática e ingresso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Varginha - MG.

Ao término deste, presto concurso público para professora de Matemática e assumo as aulas desta disciplina no Colégio Polivalente, e após, como Orientadora Educacional e vice-diretora de Magda Kersul e de Diva Floriano, ambas entrevistadas nesta pesquisa.

Olho para trás, como Jano⁴ e percebo uma nova trajetória, uma possibilidade de conquista. Apesar de entender, neste momento, que o claro se torna opaco, quase escuro; numa sensação de trajetória interrompida, de sonhos ameaçados, de “plantas arrancadas”, novas setas parecem indicar novos caminhos... Confiei nas palavras do Mestre dos Mestres: quando sou fraca é que sou forte. Reabastecida, coloco-me a postos para o enfrentamento do novo; idéias que pareciam firmemente fundadas definhavam, eram quase arrancadas e trocadas por outras tantas. Ao procurar pelo enigma, concluo que: Uma luz parece clarear o percurso, e com isto consigo perceber a integridade histórica a partir de cada contexto, rupturas profundas, reviravoltas construtivas, então “arranca-se o que um dia se plantou, planta-se outra coisa, mas não se lança fora o que arrancou” (BACHELARD, 1971, p. 145).

Objetivando concluir as habilitações pedagógicas, ingressei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Itajubá-MG, para cursar Inspeção Escolar. Tendo concluído as habilitações pedagógicas, Supervisão, Administração e Orientação, sem abandonar a docência, continuo atuando como Especialista em Educação.

⁴ **Jano** - era o Deus dos portões e portas. Ele era representado por uma figura com duas faces olhando em direção opostas. Seu nome é radical da palavra inglesa “January” que significa Janeiro (o mês que olha para os dois anos, o que passou e o novo ano). Podemos entender, pois, que um rosto era voltado para frente simbolizando o futuro a ser tratado e, o outro, o passado que deveria ser sempre visitado. Entre um e outro está o presente sendo paulatinamente construído.

O interesse por leituras sobre gestão escolar foi-se acentuando, e pouco a pouco, fui mergulhando em reflexões acerca dos discursos dos diretores (bem como na apropriação deles) e na discussão de questões relacionadas à sua função. Sentindo a necessidade de aprofundar meus conhecimentos e avançar o meu percurso, fiz pós-graduação em Didática do Magistério do Terceiro Grau. Concluindo a pós-graduação, ingressei no curso de Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), o que contribuiu para o desempenho da função de Inspetora.

Após dez anos, aproximadamente, como Supervisora, passo a atuar, também através de concurso, como Orientadora Educacional, por alguns poucos anos, pois sendo aprovada no concurso de Inspetora Escolar, deixo a Escola Pública e passo a atuar na Superintendência Regional de Ensino, em Poços de Caldas, Minas Gerais (MG).

Após ser criada a Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre, fui transferida para esta, estando hoje licenciada para estudos do Mestrado. Na 37ª Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre, reencontro, a diretora entrevistada nesta pesquisa, minha ex-professora, Martha Hermelinda Toledo, como Superintendente.

No exercício do cargo de Inspetora de Ensino, passo a conviver, na E. E. “Dr. Delfim Moreira”, em Santa Rita de Sapucaí, com a diretora Ana Abdala, também uma das entrevistadas desta pesquisa.

Atuando como Inspetora de Ensino, a docência em nível de terceiro grau passou a ser um objetivo por mim perseguido, no qual me ingressei, via processo seletivo. Muito embora a docência superior fosse um desejo, não esperava que ela chegasse no momento em que chegou. Quando fui convidada para participar do processo seletivo, fiquei muito apreensiva, chegando mesmo a pensar que talvez não fosse o momento. Porém, vencer mais esta etapa do meu percurso trouxe-me à lembrança o seguinte pensamento anônimo: por não saber que era impossível, ele foi lá e fez.

Participando da capacitação para diretores, promovida pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e outras vezes pela Superintendência Regional de Ensino, acompanhando a comunidade escolar na elaboração dos projeto político-pedagógico, do regimento interno e do projeto de capacitação continuada para professores, as inquietações foram se acentuando e incomodando-

me de tal forma que resolvi realizar o que já era há muito, esperado: ingressar na pós - graduação em Educação e Currículo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), elegendo como meu primeiro objeto de pesquisa a ação administrativa dos diretores de escolas públicas da Superintendência Regional de Ensino de Itajubá - Minas Gerais, que atuaram nas décadas de 60 a 80.

No caminho da confecção de meu trabalho, por sugestão de minha orientadora, a direção tomada foi construir um inventário memóriográfico das experiências de diretores da rede estadual de ensino público de Itajubá (1960-1980).

A memória permanecia guardada nos próprios fatos. Entretanto, o fazer do outro se torna instrumento do meu fazer, não como cópia, mas como uma recriação a partir do já criado, um refazer a partir do já feito. Assim, o meu fazer, porque embasado no fazer do outro, já não é mais meu, e sim, nosso.

A educação é construção coletiva e permanente que não vive do passado, porém, constrói-se a partir da presentificação do passado para projetar o futuro.

É bem verdade que o meu percurso de educadora foi permeado por muitos outros fatos aqui não descritos. Nem sempre nossa seleção, nossos recortes, atendem as nossas expectativas. Como a memória é sujeita às vicissitudes das circunstâncias, alguns fatos já não me vêm à lembrança; há outros para que não encontro pertinência no contexto deste trabalho.

Como toda rememoração é seletiva, pautada em escolhas, esta também foi; algumas voluntárias, ainda assim, escolhas. Escolher implica em caminhar por diferentes caminhos. A escolha é o que a minha memória foi capaz de verter para o documento escrito.

Assim sendo, percorri o tempo em várias direções e apresentei uma história da qual participam vários autores e atores, pais, tia, professores, colegas, procurando situar no presente, sucessos, frustrações, pessoas, objetos, lugares por onde passamos e vivemos.

Segundo Freitas (apud MEIHY, 2005, p. 77), valorizamos a história oral por esta priorizar a consciência de que a produção do conhecimento está na busca do diálogo com o outro e, conseqüentemente, no diálogo entre o passado e o presente, evocando o desigual, o diferente e o esquecido.

Segundo Freud, as memórias não desejadas podem ser excluídas da consciência, processo ao qual aplicou o nome de repressão. Junto com a extinção, a

repressão representa a mais acabada forma de arte de esquecer, e constrói um processo importante para a sobrevivência (IZQUIERDO, 2004).

Aquilo que a memória inclui é a singularidade existencial. A repressão e o apagamento constituem-se em formas normais acabadas da arte de esquecer e, na maioria dos casos, não correspondem a um autêntico esquecimento, mas a um “escanteio” ou ocultação de memórias penosas. Tantos outros fatos foram lembrados e, por serem marcantes, espaço neste trabalho, em que minha alma escreve e fala de si, ressignificando, nas palavras, um percurso de vida voltado para aspectos de uma trajetória profissional do fazer-me educadora.

Trazer o passado ao presente foi um desafio gratificante. No percurso de orientação, a Professora Doutora Branca Ponce, sugeriu iniciar pelo memorial. O silêncio era mais confortável, mas, para minha surpresa, no gigante desconforto de presentificar o passado, fui ganhando fôlego e experimentando o prazer desta tarefa. E uma pergunta torna-se presente: por que o prazer em tarefa inicial tão árdua permeada por emoções, encontros, conquistas e descobertas? Encontro resposta! Nunca havia pensado que ainda tivesse alguém que se dispusesse a ter ouvidos atentos à ressonância de minha história... estava certa de que ela não possuía mais eco.

Talvez o meu percurso cause certa estranheza para o leitor. Por que tantas idas e vindas? Talvez a busca de um amanhã, um futuro próximo capaz de superar o presente, parcialmente aceitável. Uma coisa é certa: mesmo em busca do futuro, estava, ao tempo, profundamente enraizada no presente, posto que, quando emergem os efeitos, podem-se avaliar os acontecimentos que os causaram. Em minha vida, tanto a pessoal quanto a profissional, constato a verdade dessa frase. As passagens mais alegres, as mais tristes, as mais verdadeiras, as mais mágicas, as mais espirituais, as mais ternas, enfim, sejam quais forem, só me foram perfeitamente compreensíveis depois de um longo tempo de ausência. Aqui é o resultado deste movimento: como ondas no mar.

INTRODUÇÃO

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada.

Halbwachs

Como reflete Halbwachs (1993), a “lembrança” nada mais é do que o passado tornando presente. Em outras palavras, rememorar fatos ocorridos há dez minutos, dez anos ou dez séculos nada mais é do que transformá-los para a vida presente. Portanto, este trabalho é a anunciação do “ontem” no “hoje”. Justifica-se o interesse pelo tema na necessidade de preservar a memória local e regional e de sistematização e análise de informações, traduzindo sentimentos, manifestações, práticas, comportamentos e atitudes educativas dos diretores escolares pertencentes à Superintendência Regional de Ensino de Itajubá – MG, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, diante do contexto histórico da educação brasileira.

Falamos de dois momentos significativos, igualmente importantes para a política educacional do período: os anos 60-70, em que vivemos na vigência da Ditadura Militar; e os anos 70-80, em que se deu a transição de um regime político de exceção para a democracia. Em tais momentos históricos foram marcantes os acontecimentos notórios que influenciaram a educação, dentre os quais vale lembrar, especialmente, os reflexos do autoritarismo do regime militar (1964/1985) na implantação das políticas públicas educacionais.

Compreender a forma como os diretores escolares representavam sua ação administrativa é importante porque, na hierarquia de mando e submissão interna à escola, o diretor ocupa o seu mais alto posto, havendo que se considerar sua posição de influência e liderança nas atividades do cotidiano escolar, em que se manifestam o relacionamento professor /professor, professor/aluno e escola/comunidade.

Diante desse processo e dos desafios que dele emergem, tais como atividades e procedimentos empreendidos na escola em busca da qualidade e

adequação do desempenho de todos os envolvidos-especialistas, professores, funcionários, alunos e pais - verifica-se uma mobilização em todos os campos do conhecimento, procurando soluções para problemas que atualmente alcançam novas dimensões. Por isso mesmo, exigem reflexões mais profundas, questionamentos mais radicais e respostas mais fundamentadas: ineficiência do ensino, multiplicidade de tarefas burocráticas, fatores sociais, econômicos e políticos que comprometem a qualidade de ensino.

Esta pesquisa constitui-se, então, em um momento de reflexão acerca de questões afetas ao mundo educacional, permeada pelas memórias profissionais dos diretores das escolas públicas pertencentes à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Itajubá-MG. Aqui, as diretoras são aceitas enquanto sujeitos da história, a partir do interesse por sua ação administrativa desenvolvida nas décadas de 60 a 80. Destaquem-se os fatos trazidos à tona pelos preceitos da política educacional vigente na época, marcada pelo regime ditatorial de um lado e pelas lutas pela melhoria educacional de outro, evocadas pelas memórias desses profissionais da educação. Tomam-se esses fatos e sua análise como fonte para os atuais diretores, hoje denominados gestores. Ao tomar a decisão de trabalhar sobre depoimentos de educadores/diretores de Escola Pública Estadual Mineira, esperamos verificar fatos e conexões referentes tanto à recente história da educação, tanto quanto à história social brasileira.

Foram depoentes nesta pesquisa trabalhadores da educação de diversas cidades pertencentes, à época focalizada, à Delegacia Regional de Ensino de Itajubá, MG. Com alguns, dentre esses trabalhadores, convivi por algum tempo em minha trajetória profissional: Martha Toledo, Terezinha Alves, Jahel Torres, Diva Floriano, Ivaneide Fonseca, Ana Odiléia, Ana Abdalla, em Santa Rita do Sapucaí; Dona Deolinda, Magda Kersul, e Leyde Guimarães.

Essas diretoras têm uma significativa e rica experiência - pessoal e profissional - a ponto de podermos nomeá-las como a “memória viva” daquela sociedade. Queremos revelar a função histórico-social de seus depoimentos orais, assumindo ao lado deles e com eles o risco de falhas, lacunas e possíveis contradições. Consideramos que tais diretores, ao nos doarem a memória de sua experiência vivida, estão trabalhando para evitar a pauperização da memória coletiva dessa classe.

Na análise das múltiplas respostas oferecidas, pautamo-nos por:

- a) Registrar as lembranças de diretoras de Escolas Públicas de Minas Gerais, atuantes nas décadas de 60 a 80, quanto às experiências profissionais por elas vividas;
- b) Resgatar os fatos que interferiram na gestão educacional efetivada, em seu âmbito de atuação, nas décadas de 60 a 80, fatos esses trazidos pela memória de diretoras de Escolas Públicas de Minas Gerais;
- c) Buscar compreender as percepções, sentimentos e significados dessa experiência, que envolveu o cotidiano profissional, doméstico e familiar dessas mulheres, em torno de que perseguiram alcançar conciliação; e
- d) Verificar como perceberam sua construção social, enquanto educadores-diretores, na tentativa de oferecer uma fonte de reflexão para os diretores atuais, talvez, em algum grau, iluminadora de sua prática.

Desse modo, a partir da investigação da memória dos diretores escolares, aponta-se para uma compreensão de suas práticas administrativas no contexto oficial da política de educação das décadas de 1960 a 1980, considerando tal atuação uma possível desencadeadora de fatos históricos que permanecem como memória institucional na escola onde atuaram.

Para viabilizar os objetivos propostos, abordamos a história oral, pois que essa tática investigativa pode facilitar o ato de articular o passado e o presente, desde que incita entrevistado à busca dos princípios da identidade de sua atuação profissional e possibilita um diálogo profícuo entre entrevistador e entrevistado.

Sabemos que a fonte oral é uma fonte viva e, assim, inesgotável. Portanto, ainda que a história que queiramos (re) construir seja bem feita, é uma história inacabada (VILA NOVA, 1986).

A história contemporânea, recuperada a partir de fontes orais, apresenta inúmeras possibilidades, pois é lida a partir de silêncios, subjetividades, diálogos e representações. A percepção analítica da relação passado-presente, contida nas memórias, aponta para a valorização do conjunto memorialístico como fonte para os estudos históricos. Dessa forma, histórias de vida colhidas de forma criteriosa foram analisadas sob a ótica da compreensão de que o passado, o presente e o futuro são tempos históricos, acessíveis à rica interpretação do analista

de políticas educacionais.

Tomamos depoimentos dos educadores-diretores das Escolas Públicas de Minas Gerais pertencentes à Superintendência Regional de Ensino de Itajubá – MG que atuaram no recorte temporal de 1960 a 1980. Tal Superintendência, inicialmente denominada 8ª Delegacia Regional de Ensino (DRE), foi criada em 1958, sendo uma das 46 regionais da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Destinava-se ao atendimento e assistência aos profissionais e alunos dos anos iniciais de escolarização das escolas públicas, denominadas Escolas Combinadas, Escolas Reunidas ou Grupo Escolar.

As professoras provinham de Escolas Públicas do Estado de Minas Gerais, não existindo cargo específico para a Superintendência. Necessitava-se somente de uma autorização da Secretaria de Estado da Educação para atuar. No final dos anos 80, a Secretaria de Estado da Educação permitiu a transferência dos cargos de professor e especialista para cargos específicos da Superintendência Regional de Ensino. Desde sua fundação até os dias de hoje, passaram por esta Superintendência 11 (onze) Superintendentes Regionais de Ensino, acompanhando toda a história do ensino público das escolas sob sua jurisdição.

A participação e a democratização da educação surgidas no cenário educacional brasileiro, nos anos 80, proporcionam práticas e relações mais democráticas no interior da unidade escolar. Seguidamente, propaga-se o discurso da administração participativa, contrariando a forma autoritária que caracterizava o regime militar.

Esse cenário político de exceção assistiu à promulgação de duas leis reguladoras da educação nacional. Em 1961, houve a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61) e dez anos após, elabora-se e promulga-se a nova Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB 5692/71), cuja construção deu-se em meio a greves de docentes e discentes universitários que reclamavam da pouca oferta para o Ensino Universitário e das péssimas condições nas escolas de 1º e 2º graus, reivindicando também a formação profissionalizante para uma sociedade cada vez mais diversificada e complexa no mundo trabalhista.

Somente na década de 80, o Brasil é contemplado com o processo de redemocratização que tem início com o movimento das “Diretas Já”, em 1982. Com

as primeiras eleições diretas e a posse dos novos Governadores (82-83), a participação democrática tornou-se realidade. Em São Paulo, com o Fórum de Educação do Estado de São Paulo e, em Minas Gerais, com o Congresso Mineiro de Educação, eventos de abrangência inédita, os educadores passaram a envolver-se, de forma mais direta, na elaboração das políticas públicas de educação.

Outros fatos destacaram-se no cenário político da década de 1980, entre eles a promulgação da Constituição Federal de 1988 (também conhecida como “Constituição Cidadã”), a morte de Tancredo Neves, a Nova República do presidente José Sarney e a eleição de Fernando Collor de Melo, como primeiro presidente civil diretamente eleito, após a ditadura militar.

Com a Constituição Federal de 1988, a educação conheceu profundos avanços. Mudanças ocorreram em todos os domínios, principalmente no da área de gestão. Se voltarmos nossa atenção para as iniciativas governamentais nos últimos anos, podemos verificar que a preocupação com a formação dos diretores das escolas públicas tem se intensificado no bojo das Políticas Públicas Educacionais, de que é exemplo o Programa de Formação de Gestores (PROGESTÃO), idealizado e formulado pelo Conselho Nacional de Secretaria de Educação (CONSED). O PROGESTÃO representa uma contribuição inovadora no campo da formação continuada e em serviço para dirigentes escolares na modalidade da Educação a Distância (EAD), permeada com momentos presenciais.

A Secretaria de Estado de Educação (SEE) de Minas Gerais, após cuidadosa análise e adaptações requeridas pelas especificidades do Sistema e buscando adequar-se à realidade administrativa escolar do Estado, optou por aderir ao Programa de Formação de Gestores (PROGESTÃO).⁵

Para Scholze et al (2007, p. 37):

A finalidade mais ampla do programa foi a de elevar a competência dos gestores e sua capacidade de compreensão e intervenção sobre a realidade de escola sob sua direção, considerando a realidade social, política, econômica e cultural na qual está inserida.

Segundo Scholze et al (2007, p. 40), entre os objetivos propostos pelo

⁵ A Progestão ocorreu a partir de 2004, como Projeto Piloto e, posteriormente, foi estendida a todas as escolas de sua rede de ensino.

programa, há como destacar:

- a) Propiciar formação continuada ao gestor escolar para o efetivo exercício da liderança como mediador, integrador e catalisador dos esforços da escola na a realização de suas propostas educativas;
- b) Desenvolver instrumentos para a qualificação dos processos e procedimentos da gestão escolar, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino;
- c) Oportunizar o conhecimento e a aplicação de processos de trabalho com a utilização da tecnologia como ferramenta gerencial no cotidiano da escola;
e
- d) Assegurar processos de gestão escolar compatíveis com a proposta e a concepção da qualidade social da educação; e incorporar a formação continuada como princípio organizativo da prática profissional dos gestores escolares.

As frequentes discussões sobre gestão escolar de então já enfocam a atuação, a mobilização e a articulação das condições materiais e humanas para garantir o avanço dos processos sócio-educacionais, priorizando o acesso ao conhecimento e o aperfeiçoamento das relações internas e externas da escola. Lembremo-nos de que o objetivo final da gestão escolar é a garantia dos meios para a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos e que toda a comunidade escolar faz-se responsável pelo aprendizado do aluno.

Nessa perspectiva, o modelo de escola ganharia um perfil novo, mais revigorado, menos engessado, imbuído de paradigmas dinâmicos, descentralizados e democráticos, capazes de ajudar a definir os rumos necessários para reverter a condição insatisfatória da Educação Pública.

Considerando os desafios do diretor escolar (de ontem) e do gestor escolar (de hoje), colocamos problemas que vão desde a formação pedagógico-administrativa para a função até questões relativas aos financiamentos para os programas educacionais propostos para os projetos pedagógico-educacionais da escola. Das Inspetoras mais experientes e à Superintendência Regional de Ensino,

chegavam informações pontuais quando se referiam aos aspectos legais, porém esparsas no tocante à doutrina. O contato pessoal elucidava aquilo que não consegui captar na literatura científica. Ouvir o outro tinha efeito de tirar vendas impeditivas da compreensão das letras. O fazer alheio permitia estabelecer a ponte necessária entre o discurso, a prática e a construção da práxis educativa.

Nessa mesma linha, este trabalho demonstra o interesse pela memória viva de diretores de escolas públicas pertencentes à Superintendência Regional de Ensino de Itajubá - MG, nas décadas de 60 e 80.

A pesquisa será apresentada da seguinte forma: na Introdução, há um convite ao leitor para conhecer o percurso investigativo. No primeiro capítulo, Trajetórias do Fazer, foi desenhado o caminho percorrido no processo de elaboração da pesquisa, suas justificativas, a escolha e o encontro com os sujeitos. Explicitam-se a opção metodológica adotada na pesquisa, o caminho percorrido no tratamento dos dados, assim como o contexto que a envolveu. Ainda propõe-se a discussão sobre a questão das percepções de memória, através de um mergulho teórico sobre aspectos fundamentais ao presente estudo: memória, esquecimento, representações, lembranças, uma vez que tudo isso serviu de bússola para explorar as lembranças e as experiências vividas pelos informantes. Nesse capítulo, a memória é vista em seu aspecto coletivo, recorrendo-se às idéias de Halbwachs (1993). Explicitaram-se, ainda, as dinâmicas que envolvem a inter-relação entre a memória do grupo e a individual.

No segundo capítulo, Administração Escolar (1960-1980), recuperou-se o tecido histórico da época para que se pudesse ter uma noção de como a política econômica e o contexto sócio-histórico influenciaram as políticas de educação do período, principalmente as que se referem à administração escolar, hoje denominada de gestão.

Destaca-se também a preocupação com a formação do administrador escolar como uma das especializações para o dirigente escolar que antes de tudo é um educador, cuja opção se faz ao professor já formado e com experiência de trabalho.

O terceiro capítulo, Análise do Tempo Vivido, apresenta o percurso histórico na sua generalidade e particularidade, os depoimentos e sua análise, tendo como base os significados atribuídos pelos sujeitos a partir das lembranças, traçando o

seu percurso social e profissional, na tentativa de compreender os sentimentos associados aos ideais de vida, suas expectativas e suas falas para os diretores de hoje.

As ferramentas favorecedoras da articulação entre a memória, experiência e a história oral têm como referencial teórico de sustentação as obras de Bosi (2003-2006), Thompson (1967), Queiroz (1987), Certeau (1996), Mourão (1962), Halbwachs (1993), Paro (2001) e Niskier (1972). Sob a égide desse arcabouço, deu-se o encontro do passado, do presente e mesmo do futuro, considerando que este é um tempo não vivido ainda, mas que se encontra enquanto semente no presente porque o passado fez a sua fecundação. É essa ideia que ilumina e dá importância ao fazer educativo, uma grande corrente invisível que une todos, mesmo que não se tenha desse elo, imediatamente, a consciência.

O administrador escolar, frequentemente esquecido, orienta e aconselha (tal como o professor), envolvendo sabedoria, intuição, empatia humana, numa função predominantemente de ação, atitude e compromisso.

1 TRAJETÓRIAS DO FAZER

Este capítulo, que aqui se inicia, explicita os caminhos percorridos pela pesquisadora durante a elaboração da presente dissertação de mestrado. Além disso, destina-se a apresentar ao leitor alguns aspectos relativos à região de onde são oriundos os sujeitos da pesquisa, que contribuíram com seus depoimentos, bem como elementos relacionados à descrição de seu perfil.

Somam-se à discussão já anunciada, considerações importantes acerca da memória e do relato oral.

1.1 Tecendo a Pesquisa: Caminhos do fazer

A metodologia de uma pesquisa funciona como andaime que dá sustentação ao processo desenvolvido: estrutura e alinha pensamentos, os quais oferecem suporte aos inúmeros questionamentos propostos pelo tema.

Lançamos mão dos recursos metodológicos da história oral, em que os diretores das Escolas Públicas da Superintendência Regional de Ensino de Itajubá – MG, narraram, da forma mais livre possível, acontecimentos e experiências vividas por eles.

O esforço de conceituar e delimitar a história oral não é trabalho fácil. Uma das dificuldades básicas é que a história oral surge tanto como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda, como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. Evitando entrar a fundo nesse terreno tão polêmico, vamos apenas indicar o tratamento que estaremos dando à história oral, neste trabalho.

Apoiando-nos em Alberti (2004), consideramos que a história oral vem se firmando (nos meios acadêmicos a partir da segunda metade do século XX) como uma possibilidade bastante fértil de estudo dos acontecimentos e conjunturas sociais contemporâneas.

A entrevista de história oral, seu registro gravado e transcrito, não documenta nada além de uma versão do passado, o que alerta para o cuidado necessário no trabalho de ampliação e generalização, que não pode ganhar contornos e extensão indevidos. De qualquer modo, essas experiências e versões particulares, ainda que consideradas em seus devidos limites, constituem uma fértil possibilidade de ampliar o conhecimento do passado e de compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu.

Neste processo de investigação estamos concebendo e utilizando a história oral como técnica de gravação, produção e tratamento de depoimento oral coletado através de entrevista. Assim, justifica-se o uso da história oral, a qual permite registrar experiências de um só indivíduo e de diversos indivíduos de uma mesma coletividade cujos relatos convergem para o mesmo acontecimento, num período de tempo (QUEIROZ, 1987, p. 274).

A história oral tem um papel de relevância na reconstituição da história de comunidades, de pessoas e, aqui, de educadores-diretores. Ela é convocada a cumprir a sua função de construção e constituição de educadores de ontem, que têm muito a contribuir com os educadores de hoje, como afirma Chizzotti (1991, p. 2):

[...] o recurso aos testemunhos orais pode oferecer, como suprir deficiências de documentos disponíveis, alcançar informações não registradas ou inacessíveis, compreender o contexto vivido para além das informações unidimensionais oferecidas pelos documentos, extrair uma perspectiva não oficial, registrar a visão dos grupos humanos que não têm tradição escrita ou domínio dela.

A retomada da história da vida profissional, através da memória oral, obedece a uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, podendo também se organizar em seqüências ordenadas, segundo relações inteligíveis. Assim, a história oral está estreitamente relacionada com o poder dos indivíduos em guardar e lembrar acontecimentos relacionados ao seu meio social.

Para Portelli (1997), as memórias são fragmentadas, e nós as reconstruímos enquanto falamos. A entrevista auxilia as pessoas a recuperar sua história, conduz a uma compreensão mais ampla de si e de seu passado, fazendo com que entendam melhor o presente.

O estudo da oralidade foi relevante para analisar e criticar situações a respeito dos grupos de diretores, assim como conhecer os fatores que os levaram, individualmente, a agir, de determinada maneira, motivados pela memória social ou política.

Teve primazia a entrevista, com caráter de memória oral, com diretores de Escolas Públicas que pertenciam à Superintendência Regional de Ensino de Itajubá – MG, que atuaram nas décadas de 1960 a 1980.

Dada a natureza da análise desta pesquisa, torna-se essencial a impressão verbal do diretor em relação ao tema, considerando que "[...] enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganhou vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado" (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Na realização de entrevistas, outro aspecto importante é o ato de lembrar em si, pois, na lembrança reconstruímos o passado vivido, a partir de nossos referenciais do presente. Segundo Portelli (1997, p. 31):

As entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas [...] o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor [...] Fontes orais contam-nos não apenas o que fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.

A entrevista teve caráter semidiretivo, cabendo à entrevistadora as intervenções de base: escolha do tema e do informante, apresentação preliminar, proposição de questões. O rumo do relato focou a cargo dos informantes e as respostas limitaram-se ao que os entrevistados consideraram suficiente. Os próprios entrevistados estabeleceram o fio condutor e a direção de seus depoimentos, dentro de uma atmosfera amistosa e de confiança.

A pesquisadora buscou estabelecer um clima de respeito e tranquilidade. Durante a entrevista, procurou valorizar o pesquisado quanto ao local, ao tempo da sua realização, às pausas e aos silêncios, desabafos e emoções, pois a exigência da espontaneidade é inerente à pesquisa oral.

Em diversas entrevistas, os momentos de silêncio foram respeitados, observando os dizeres de Orlandi (1997, p. 52): “compreender o silêncio, não é lhe atribuir um sentido metafórico em sua relação ao dizer ('traduzir' o silêncio em palavras), mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer seus modos de significar”. Houve momentos de dificuldades durante algumas gravações. Foi preciso dar significado às construções, estar atento para o que estava sendo narrado, captar os sentimentos e emoções. Em alguns momentos, a pesquisadora tentava ocultar as emoções, mas nem sempre era possível. Observou-se muita tristeza nos olhos, oscilação na voz e um abaixar de cabeças que anunciava fortes sentimentos quando se referiam à exoneração do cargo de diretora por perseguição política.

Os entrevistados puderam exercer sua autonomia ao relatar suas memórias, tornando os relatos uma presença viva de fatos que lhe ocorreram, dando sentido e significado ao tempo vivido. De fato, conversar com pessoas sobre um passado, que parece distante (mas, sob certo ponto de vista, não o é), foi um ato de coragem.

A aceitação destes diretores para participação neste trabalho foi verificada a partir de prévio contato. É válido esclarecer que tais depoimentos foram gravados com consentimento dos sujeitos entrevistados que nos concederam também o direito de análise, uso e publicação desse material. Todos os entrevistados concordaram com sua identificação, principalmente, porque além de responderem as questões ou abordarem temas propostos, fizeram isso no contexto e a partir da narração de suas histórias pessoais e experiências profissionais.

O objetivo precípua deste trabalho, pois, não é mergulhar fundo nos estudos teóricos sobre memória, nem mesmo no conhecimento acadêmico relativo à atuação do diretor escolar, mas sim estabelecer uma ponte de comunicação entre o trajeto percorrido, suas experiências e marcas deixadas, as construções e desconstruções ocorridas durante o percurso, seus ideais e possibilidades, através da presentificação do passado.

As entrevistas foram organizadas a partir de alguns eixos de investigação:

- a) **Formação Profissional** – a trajetória destes gestores no processo de formação profissional;
- b) **Atividades** – as realizações por eles consideradas mais relevantes em

suas atuações como gestores; e

- c) **Subjetividade e situação atual** - o reflexo da experiência de gestores na sua subjetividade, ou seja, os sentimentos que envolveram tal experiência e as marcas por ela deixadas no mundo interior de cada um.

As questões pontuadas foram propostas aos diretores durante a entrevista, não sendo obedecida uma sequência rígida. Elucidamos que os entrevistados poderiam expor acerca tudo que entenderam para a completude da pesquisa, desde que a ênfase recaísse sobre as questões em foco.

Procurou-se, através de um roteiro, encaminhar questões sobre a vida pessoal e auto-formação das diretoras entrevistadas, a visão da escola como instituição educativa e a sua prática, os aspectos significativos diferenciados do trabalho do diretor e seu papel na mudança social na comunidade escolar.

Essas narrativas marcadas por fatores comuns a um grupo de mulheres que fizeram a história como diretoras, através de suas experiências e disposição para atuar no contexto histórico entre 60 e 80, nas Escolas Públicas de Minas Gerais.

O registro das entrevistas foi feito com o uso do gravador; um auxiliar de grande importância, pois além de trazer, a viva voz, as emoções contidas nos relatos, possibilitou à pesquisadora concentrar-se nas relações, se desprendendo o máximo possível do diário de campo. Neste sentido, Thompson (1967, p. 41) entende que

[...] o gravador não só permite que a história seja registrada em palavras faladas, mas também apresentada por meio delas [...] o uso da voz humana, vivo, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata.

Entendendo que o caminho é o mesmo, diferindo as formas de caminhar, e na certeza de que, o passado é base constitutiva do presente, este trabalho não se propõe a definir caminhos uma vez que a história oral ganha significado ao filtrar as experiências do passado através da existência de narradores no presente. Dessa forma, este trabalho poderá servir de fonte na qual os atuais diretores entrarão em contato com relatos de enfrentamento de turbulências, superação de crises, desafios, satisfação, surgimento inesperado de novas prescrições legais, com

reflexos diretos sobre a dinâmica do cotidiano escolar.

Relatar a história de diretores de décadas passadas através da memória não visa a elaborar um diário no qual se inscreve um passado ido que nos traz uma lembrança saudosista e muitas vezes melancólica, uma vez que a história oral *é sempre uma história do tempo presente e também reconhecido como história viva*. Na vitalidade presente dos relatos, os diretores (gestores) atuais poderão encontrar matéria prima para o seu processo de construção/formação continuada, o que vem ao encontro do anseio das políticas públicas atuais. Isso coaduna com as idéias dos estudiosos quando ressaltam a importância da história oral de vida estar sempre apontando para as possibilidades de políticas públicas, de forma a contribuir para a transformação de uma realidade presente.

1.2 Alguns Aspectos Histórico-Geográficos da Região de Itajubá

Itajubá, cidade sede da Superintendência Regional de Ensino, é considerada a 4^a maior cidade do Sul de Minas, reconhecida nacionalmente por oferecer um dos melhores sistemas de ensino universitário.

O nome Itajubá vem da língua indígena, cujo significado é “rio das pedras que do alto cai”, em referência à cachoeira junto às minas de Miguel Garcia Velho, nome sugerido por seus companheiros de expedição.

A cascata histórica da qual originou o nome da cidade está na área urbana da cidade de Delfim Moreira, localidade primitivamente designada Itagybá, distante meio quilômetro do centro e da Igreja Matriz.

Padre Lourenço da Costa Moreira, sacerdote chegado há então dois meses no Município, exortou os fiéis usando a tribuna sagrada para que descessem a serra, rumo ao rio Sapucaí, à procura de melhor localização para que a aldeia se desenvolvesse. A 17 de março de 1819, a caravana rumou para a nova sede da Freguesia, pela qual o sacerdote se encantou e onde celebrou a primeira missa. Neste local, ergueu-se a Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, ao redor da qual surgiu a cidade de Itajubá (ATLAS, 2001, p. 24-25).

O Município de Itajubá faz divisa com São José do Alegre, Maria da Fé,

Wenceslau Brás, Piranguçu, Piranguinho e Delfim Moreira. Tem uma localização privilegiada em relação a grandes centros urbanos, como São Paulo (261 km), Belo Horizonte (445 km), Rio de Janeiro (318 km), sendo também considerado um dos maiores distritos industriais do Sul de Minas.

Até a década de 60, a rede urbana do Sul de Minas articulava-se através do sistema ferroviário que, inaugurado em 1891, foi principal escoadouro da população agrícola da região.

Itajubá oferece educação em todos os níveis de ensino, desde o Fundamental ao Superior. A Faculdade de Engenharia de Itajubá foi transformada em 24 de abril de 2002 na 1ª Universidade Tecnológica do Brasil, Universidade Federal de Itajubá-UNIFEI.

Na prestação de serviços educacionais, destacam-se, ainda, a Escola de Enfermagem Wenceslau Brás- EEWB; A Faculdade de Medicina de Itajubá- FMI; a Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas- FACESM, os cursos de pós-graduação na UNIFEI, no Centro Universitário de Itajubá - Universitas, na FMI, na FACESM e EEWB.

No município, existem 25 escolas municipais, 12 centros de educação infantil; 13 escolas estaduais e 20 particulares, as quais oferecem ensino fundamental, médio e pré-vestibular

LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE ITAJUBÁ- MINAS GERAIS



Fonte: Atlas Escolar, Histórico, Geográfico do Município de Itajubá-MG. (2001)

1.3 História dos Narradores-Sujeitos da Pesquisa

Eu e a minha memória permanecemos no ar que não tem tempo nem Espaço... Apenas as sensações param numa respiração e noutra para Lembrar.

Thulin Fridman

A partir das histórias narradas pelas entrevistadas, estabeleceu-se um momento de escuta, de respeito ao que ia ser dito, aos gestos, às emoções, ao silêncio, tendo um cuidado especial no uso da entrevista e na preservação da imagem do depoente.

Entre entrevistador e entrevistado, pôde-se também estabelecer um diálogo para se compreender o ocorrido nos tempos da narrativa, conectados com o imaginário da época.

Benjamim (1994), escrevendo sobre a representação do “ser narrador”, afirmando que a pessoa que escuta uma história está em companhia do narrador. Até mesmo quem apenas lê partilha dessa companhia. Aqui, o filósofo alemão trata de dois tipos de narrador: o “narrador-escritor” e o “narrador-contador”. Ampliando a proposição, colocamos o “narrador-ouvinte” e o “narrador-escritor”, bem como o “narrador-testemunho”, ou seja, aquele que nos pode oferecer a sua narrativa como testemunha de um tempo vivido, que ninguém poderá viver também, a não ser por meio da narrativa.

Nessa condição, a de narrador-ouvinte, tecemos esta pesquisa. Mais à frente no processo, muda a posição e passamos a narrador-escritor. Quanto à escolha dos sujeitos da pesquisa, fomos norteados pela concepção de que eram narradoras-testemunhas, ou seja, não eram somente entrevistados, mas tinham experiência de vida a relatar e estavam a partilhar suas vidas conosco.

O interesse em aprofundar os conhecimentos sobre a atuação de diretores de escolas públicas da Superintendência Regional de Ensino de Itajubá, Minas Gerais, exercida no período de 1960 a 1980, levou-nos à aproximação e à busca desses privilegiados sujeitos de pesquisa. Os contatos iniciais ocorreram de formas variadas: colegas de trabalho que intermediaram encontros; via telefone, como

aconteceu com ex-colegas de trabalho, ou ainda, no decorrer das próprias entrevistas quando um entrevistado sugeria o nome de outro.

Os critérios para definir a participação dos sujeitos foram o interesse e a concordância manifestos em participar do estudo e a disponibilidade para agendamento de uma data para entrevista.

Dentre os ex-diretores que participaram da pesquisa, alguns escolheram a sua residência como local adequado para realização da entrevista, outros preferiram ir até a pesquisadora, num gesto de empenho e disponibilidade. Apenas uma delas preferiu oferecer seu depoimento em residência de terceiro.

A duração dos depoimentos variou de uma a três horas e meia. Todos os sujeitos concordaram com o uso do gravador, entendendo-o como meio mais eficiente de conservar na íntegra os seus depoimentos, inclusive consentindo na utilização de seu nome real. Um deles solicitou que não colocasse a sua idade e outra que eu lhe desse uma cópia da gravação, com o objetivo de mostrar para seus filhos. Em alguns depoimentos, os momentos de emoção foram muito significativos, com expressa manifestação de sentimentos e humores, acompanhados de choro, riso e transpiração excessiva. Durante o depoimento, por vezes, evidenciava-se uma mudança na entonação da voz; outras vezes, o silêncio emocionado impedia a completude do pensamento... Pareciam ser momentos especiais para uma reflexão sobre o passado e o presente, uma mistura de saudade e dor para uns, um desabafo marcado por protestos e inconformismo para outros. Uma coisa ficou fortemente registrada: todos demonstraram ter desempenhado a função de diretor (a) com “paixão” pelo que faziam, com compromisso e espírito de luta.

Foram momentos de grande valia pessoal para a pesquisadora: uma perfeita sintonia entre pesquisadora - entrevistados, mediada pelo respeito pelas singularidades, pela ansiedade em lidar com a emoção dos entrevistados, pela preocupação em captar as convergências e divergências nas falas e, muitas vezes, pela emoção compartilhada.

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à transcrição das fitas, mantendo, num primeiro momento, a íntegra dos depoimentos. Em seguida, repassou-se o texto, procurando ordenar e organizar os depoimentos, desde que não se lhes interferisse no sentido.

De posse desse material coletado, passou-se a uma leitura mais crítica, buscando identificar os dados significativos para análise que, segundo Queiroz (1987, p. 274), “significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais [...], recortá-lo a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca”.

Esse procedimento permitiu-nos identificar experiências referentes aos períodos de vida anterior à função de diretor; as recordações do período de vivência da experiência na função de diretor e as recordações referentes ao período posterior à experiência vivida. Adicionalmente, foi possível colher conteúdos para formular mensagem aos diretores atualmente em exercício.

Acreditamos que os pontos aqui registrados possam subsidiar a compreensão do momento subsequente deste estudo, quando se deu a interpretação dos depoimentos a partir das reminiscências de nossos sujeitos.

A seguir, apresentamos algumas informações sobre os entrevistados, traçando um breve perfil que permita melhor situá-los e inseri-los no processo de análise e interpretação dos resultados. (Re) enfatize-se: são educadores diretores, protagonistas desta história através de suas lembranças, atuantes em Escolas Públicas de Minas Gerais, entre as décadas de 60 a 80.

A pedagoga Maria Ivaneide Fonseca, 61 anos, natural de Pouso Alegre, iniciou sua carreira profissional como professora primária na Escola Dom Otávio, sob a direção da professora Clarice Toledo. Atuou também na Escola Estadual Vinícius Meyer e foi coordenadora da Escola Estadual “Monsenhor Mendonça”. Em seguida, assumiu a direção da Escola Estadual “Dr. José Marques de Oliveira”, onde ficou por dez anos. No Colégio Pouso Alegre, como Supervisora Pedagógica, atuou durante doze anos, lecionando também no curso de Magistério. Antenada nas novas propostas educacionais, foi para a Universidade de Campinas (Unicamp), em São Paulo (SP), especializar-se na Teoria de Piaget. Atua como consultora em várias escolas e desenvolve trabalhos em São João da Boa Vista, SP, Mogi Guaçu, SP, Mogi Mirim, SP, Santo Antonio do Pinhal, SP, Guaxupé, MG, Indaiatuba, SP, e na Unidade Acadêmica do Unis, em Silvianópolis-MG. Na creche do Foch, desenvolve trabalho voluntário como supervisora pedagógica e aplica as teorias educacionais, consideradas um referencial de estudo para professores (orientados pela Unicamp), participantes do Projeto AMAR – Assistência a meninas “Amélia Rodrigues”, que

atende meninas de 9 a 16 anos, em estado de risco social. É coordenadora da implantação do PDE – Escola – Departamento de Projetos Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Pouso Alegre, MG.

Deolinda Nogueira dos Santos, 75 anos, natural da cidade de Borda da Mata, interior de Minas Gerais, estudou em Belo Horizonte, onde cursou Pedagogia no Instituto de Educação. Atuou como professora na primeira série primária, por ser detentora de dons e gosto pela alfabetização. Permaneceu pouco tempo como professora, uma vez que ainda bem jovem assumiu a direção da escola municipal, atendendo convite do prefeito da época. Foi professora de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Eugênio Pascelli”, atualmente “UNIVÁS”.

Martha Hermelinda Toledo, natural de Pouso Alegre, iniciou sua carreira como professora nas Escolas Estaduais “Monsenhor José Paulino” e “Presidente Bernardes”. Foi para Belo Horizonte fazer um curso de Administração Escolar, no Instituto de Educação de Minas Gerais; retornando para Pouso Alegre, foi orientadora técnica da Escola Estadual Monsenhor José Paulino, e no ano seguinte, com a criação da Escola Estadual “Vinícius Meyer”, atuou como diretora, sendo a primeira nomeada pelo governador do estado. Foi professora de Psicologia e Matérias Pedagógicas no Colégio das “Irmãs Santa Dorotéia” em Pouso Alegre, vice-diretora da Escola Estadual “Doutor José Marques de Oliveira”. Aposentou-se como Superintendente Regional de Ensino de Pouso Alegre – MG.

Diva Floriano Carvalho, caçula de uma família de 10 filhos, é natural de Pouso Alegre, formada em Direito, completou seus estudos em Pedagogia na cidade de Itajubá. Trabalhou na direção da escola “Hermantina Beraldo”, escola tradicional criada em Pouso Alegre. Fez curso de Administração, e extensão em Administração e Legislação Escolar. Foi também diretora da Escola Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva (antigo Polivalente) em Pouso Alegre e atuou, por vários anos, como professora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Eugênio Pascelli” em Pouso Alegre. Atualmente, está aposentada.

Jahel Torres Brandão é natural de Pouso Alegre – MG, nascida em 27 de novembro de 1945. Concluiu os cursos de Magistério em 1955, na Escola Normal “Santa Dorotéia” em 09 de dezembro de 1954; concluiu o curso de piano em nível superior no Instituto Musical “Dr. Gomes Cardini”, Campinas, São Paulo e em 1971, o curso de Pedagogia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itajubá, MG,

com habilitações em Magistério de 1º e 2º graus, Administração Escolar, Supervisão de 1º e 2º graus em 1977. Fez curso de especialização - pós-graduação - em Metodologia do Ensino Superior, na Universidade Católica de Minas Gerais. Iniciou sua carreira profissional como gerente auxiliar em 1956. Em 1965, foi convidada a exercer a função de auxiliar de diretoria, função que exerceu até 1971. Em 1972, assumiu a função de Diretora da EE Escola Estadual “Mons. José Paulino”, escola de 1º grau, permanecendo no cargo até maio de 1986. Em junho de 1986, assume a função de Supervisora Escolar, permanecendo até 1988. Foi professora de Filosofia da Educação, Moral e Cívica e Sociologia Geral do Instituto “Santa Dorotéia”. Professora de Psicologia Pura no Seminário Arquidiocesano em Pouso Alegre, MG; professora de Sociologia Geral, História da Educação, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Metodologia do Ensino de 1º grau e Princípios e Métodos da Administração Escolar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. “Eugênio Pascelli”, atualmente “UNIVÁS”. Foi professora de Educação Moral e Cívica na Escola Estadual “Dr. José Marques de Oliveira”, em Pouso Alegre, MG; professora de Fundamentos da Educação I no Colégio São José, Pouso Alegre, MG e professora de Sociologia Geral no Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas “Dr. Antonio G. Coutinho”, Pouso Alegre, MG. Foi membro da Comissão Municipal de Educação, como Chefe de Ensino de 1º Grau do Município de Pouso Alegre, tendo colaborado na elaboração do Plano Municipal de Educação, em 1972. Como Coordenadora Municipal da Comissão Municipal de Pouso Alegre, trabalhou na elaboração do Documento Municipal de Educação, no 1º Congresso Mineiro de Educação, em 1983. Representou Pouso Alegre na fase Regional do Concurso Mineiro de Educação, em Itajubá, 1983 e a Delegacia Regional de Ensino de Itajubá na fase estadual do Congresso Mineiro de Educação, Belo Horizonte, 1983. Exerceu funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, de janeiro de 1989 até dezembro de 1992; na Secretaria Municipal de Educação, de janeiro de 1993 a novembro de 1994; na Secretaria Municipal de Educação, desde janeiro de 1997. Tem artigo publicado na Folha de Pouso Alegre de 17.06.82, Nº 10: “Crise escolar educativa e reforma de ensino”. O artigo “Didática Especial de Português”, apostilado em 02 (dois) volumes, foi publicado internamente na Faculdade de Filosofia (FAFI) de Itajubá, em 1970.

Leyde Moraes Guimarães é casada, natural de Inconfidentes, pequena cidade do Sul de Minas Gerais. Com oito anos de idade foi morar no município de Ouro Fino. Em 1940, concluiu o magistério na Escola Normal de Ouro Fino. Logo após ter-

se formado, assumiu aulas de Metodologia de Ensino e Didática. Sentindo necessidade de aperfeiçoar-se, foi para Belo Horizonte fazer um curso sobre o Ensino de Leitura na Escola Primária. Foi alfabetizadora e professora de Desenho e Artes Plásticas no Curso de Magistério. Foi a idealizadora da Bandeira do Município de Ouro Fino. Autora do livro *Inconfidentes, a terra que me viu nascer*, é membro efetivo da Academia de Letras e Artes de Ouro Fino e membro da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (ASBRASP). Em 1972, assumiu a direção da Escola Normal onde permaneceu até 1983. Atualmente, é aposentada e escreve artigos para o jornal *A Gazeta de Ouro Fino*.

Ana Abdala iniciou sua carreira no magistério em 1959 e, em 1961, já estava nomeada através de Concurso Público. Habilitada em Administração Escolar e Extensão em Administração em Administração Escolar, assume a direção da Escola Estadual “Delfim Moreira”, em 1975, quando era professora de Educação Moral e Cívica. No cargo de diretora dessa escola permaneceu por 40 anos. Destaca-se, entre os alunos desta escola, o Ministro Reseck.

Ana Odiléia dos Reis, nascida em Congonhal, Minas Gerais, divorciada, dois filhos, foi aluna interna no Colégio “Santa Dorotéia” de Pouso Alegre, no qual fez o primário e o ginásial. Fez o Curso de Magistério na Escola “Santo Inácio”, em Baependi, Minas Gerais, também em regime de internato. Formada em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre; em Administração Escolar e Matérias Pedagógicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Três Corações, Minas Gerais e Supervisão Escolar na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guaxupé, Minas Gerais. Durante 31 anos foi diretora da Escola Estadual “Mendes de Oliveira”, Congonhal, Minas Gerais.

Magda Aparecida Kersul Brito, natural de Pouso Alegre, atuou como diretora na Escola Estadual “Pres. Arthur da Costa e Silva”, o Polivalente, durante 4 anos (entre 78 e 81). Cursou o Magistério no Colégio “Santa Dorotéia” em Pouso Alegre, MG e Pedagogia na Faculdade de Ciências e Letras de Itajubá, MG. Fez curso para as Escolas Polivalentes em Belo Horizonte, MG. É formada em Administração e Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Aprovada em concurso para Juíza do Trabalho, exercendo a função na 73ª Vara do Trabalho em São Paulo, 2ª Região. Mestre em Direito Civil pela PUC, São Paulo.

Terezinha Rita Alves cursou Pedagogia em Belo Horizonte. Atuou na Escola

Estadual “Professor Ladislau” como diretora até 1984/85. Implantou a extensão de série nessa escola, em plena ditadura.

1.4 Onde Está a Memória?

*O que passou não conta? Indagarão
as bocas desprovidas.
Não deixa de valer nunca.
O que passou ensina
Com sua garra e seu mel.
Por isso é que agora vou assim
no meu caminho. Publicamente andando.*

Thiago de Mello

De fato, o passado não passou. Faz morada no presente. Recria o futuro. Ensina que a vida não morreu, pois as lembranças permanecem na memória. Neste capítulo, explicitamos como os diversos autores pensam a memória e o ato de rememorar, deixando clara sua função na vida humana.

Os gregos consideravam a memória uma entidade sobrenatural ou divina: era a deusa Mnemimosyne, mãe das Musas, que protegia as Artes e a História. A deusa Memória dava aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de ser lembrado pela coletividade. Tinha o poder de conferir imortalidade, pois quando o artista e os historiadores registram em suas obras a fisionomia, os gestos, os atos, os feitos e as palavras de um humano, este não será esquecido, tornando-se memorável, não morrendo jamais (CHAUÍ, 2002).

Os romanos desenvolveram uma arte chamada de eloquência ou retórica, objetivando persuadir e criar emoções nos ouvintes, através da linguagem bela e eficaz. Consideravam a memória indispensável para o desenvolvimento desta arte, pois sendo bom orador, além de falar ou pronunciar longos discursos, aprendia de cor as regras da eloquência ou oratória, sem necessitar do apoio de anotações (CHAUÍ, 2002).

Acreditavam, ainda, que os seres humanos fossem capazes de desenvolver outro tipo de memória (“Artificial”), que consistia em métodos de memorização para ampliar e auxiliar a memória espontânea.

A publicidade e a propaganda, ao nos fazer preferir o “novo”, o “moderno”, a “última moda”, nos faz pensar que o velho perdeu o valor e, portanto, deve ser substituído. Podemos constatar a “desvalorização da memória” (CHAUÍ, 2002, p. 128), observando a proliferação de objetos descartáveis, bem como a maneira como cidades inteiras são refeitas para torná-las “modernas”, extinguindo-lhes, assim, a memória e a história.

Mas afinal, o que é memória? Como se constitui a memória? O que a separa ou aproxima da História? Que relações se estabelecem no ato de lembrar? Como se lembra?

Alguns estudiosos julgaram que a memória seria um ato puramente biológico, isto é, um modo de funcionamento das células do cérebro que registram e gravam percepções e idéias, gestos e palavras. Para esses estudiosos, a memória reduzir-se-ia, portanto, ao registro cerebral de fatos, acontecimentos, coisas, pessoas e relatos.

Essa teoria, porém, pode ter caráter reducionista. Em primeiro lugar, porque, se a memória fosse mero registro cerebral de fatos e coisas passados, não se poderia explicar o fenômeno da lembrança em seus aspectos seletivos, afetivos, sentimentais, valorativos (há lembranças alegres e tristes, há saudade, há arrependimento e remorso). Em segundo lugar, também não se poderia explicar o esquecimento, pois se tudo está espontânea e automaticamente registrado e gravado em nosso cérebro, não poderíamos esquecer coisa alguma, nem poderíamos ter dificuldade para lembrar certas coisas e facilidade para recordar outras tantas.

Isso não significa, por óbvio, negar a importância do componente biológico, fisiológico ou cerebral na memória, pois os estudos científicos mostram não só as zonas do cérebro responsáveis por ela, como também o papel de algumas substâncias químicas na produção e conservação da memória. O que estamos dizendo é que aspectos biológicos e químicos da memória não explicam o fenômeno em sua totalidade, como forma de conhecimento e de componente afetivo de nossas vidas.

Podemos dizer que, em nosso processo de memorização, entram componentes objetivos e subjetivos para formar lembranças.

São componentes objetivos, as atividades físico-fisiológicas e químicas de

gravação e registro cerebral das lembranças, bem como a estrutura do objeto que será lembrado. Assim, a psicologia da Gestalt mostra que temos maior facilidade para memorizar uma melodia do que sons isolados ou dispersos; que memorizamos mais facilmente figuras regulares (círculo, quadrado, triângulo, etc.) do que um conjunto disperso de linhas.

São componentes subjetivos, a importância do fato e da coisa, seu significado emocional ou afetivo, o modo como alguma coisa nos impressiona e fica gravada; a necessidade para nossa vida prática ou para o desenvolvimento de nossos conhecimentos; o prazer ou dor que um fato ou alguma coisa produziu etc. Em outras palavras, mesmo que nosso cérebro grave e registre tudo, não é isso a memória, e sim, o que foi gravado com um sentido ou com um significado.

Se a memória fosse apenas registro cerebral de coisas e fatos passados, não poderíamos ter dificuldade de lembrar certas coisas e facilidade para recordar outras. Como seria, então, explicado o esquecimento?

As pessoas relatam e dimensionam, a um só tempo, o passado, o presente e até o mesmo futuro. Constroem trajetórias sabendo que

cada manhã ao acordarmos, em geral fracos e apenas semi-conscientes, seguramos em nossas mãos apenas franjas de tapeçaria de existência vivida, tal como o esquecimento a teceu para nós. Cada dia, com suas ações intencionais [...] desfez os fios, os ornamentos do olvido (BENJAMIM, 1994, p. 37).

Ainda que o cérebro grave e registre tudo, não é isso a memória, mas sim, o que foi gravado, reafirmamos, com um sentido ou com um significado para nós e para os outros. Por essas razões, é preciso considerar outros componentes como a importância do fato e da coisa; o significado emocional ou afetivo; o medo como alguma coisa que nos impressionou e ficou gravada em nós; a necessidade para nossa vida prática ou para o desenvolvimento de nossos conhecimento; o prazer ou dor que um fato ou alguma coisa produziram em nós.

A memória busca o resgate do passado em sua integridade. Contudo, é impossível resgatar o original, o vivido, tal qual foi no passado. Existem lacunas e perdas. Conforme Bosi (2006, p. 55), “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens, idéias de hoje, as experiências do passado”.

Em Bérqson (1999 apud CHAÚÍ, 2002, p. 129), encontramos a distinção entre dois tipos de memória: memória hábito, que adquirimos pela repetição contínua de alguma coisa, um automatismo psíquico que se torna em automatismo corporal; a segunda, memória pura ou memória propriamente dita, aquela que não precisa de repetição para conservar uma lembrança, guardada por seu significado especial afetivo, valorativo ou de conhecimento.

Podemos, então, entender porque algumas coisas ou fatos estão presentes em nossas lembranças com tamanha espontaneidade, enquanto outras caem no esquecimento. Isso, provavelmente, reflete a força ou o impacto de alguma coisa ou de algum acontecimento dotado de significado importante na nossa existência.

Uma obra de grande destaque sobre memória é a de Bosi (2006), que, em seu livro, narra, de forma surpreendente, as lembranças de velhos sobre os lugares e práticas sociais da cidade de São Paulo ao longo do século XX. O trabalho de Bosi é uma verdadeira denúncia quanto ao modelo excludente da sociedade pós-moderna, globalizante, na qual os velhos são destituídos de seus papéis sociais e condenados a viver no esquecimento. Contudo, Bosi (2006), ao relatar as lembranças dos idosos como um dado significativo do mundo social, demonstra que estes sujeitos exercem uma função primordial na e para a sociedade. Conforme as palavras da autora,

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reprodutor [...]. o velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as crianças absorvem tais idéias da classe dominante, agem como loucas porque delineiam assim o seu próprio futuro (BOSI, 2006, p. 35-36).

Halbwachs (1993), Bosi (2006) e Chauí (2002), fazem um trabalho notório sobre o binômio memória individual e memória social coletiva, considerando que o segundo apoia o primeiro. A memória pessoal está intimamente ligada à memória em grupo, que por sua vez, está amarrada à memória coletiva de cada sociedade. Podemos, assim, dizer que o indivíduo participa de duas espécies de memória, sendo a memória individual ponto de vista em relação à memória coletiva.

Segundo Halbwachs (1993), a memória individual

não está inteiramente isolada, fechada Um homem, para evocar seu próprio

passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade. Mas ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que não as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (HALBWACHS, 1993, p.58)

A memória individual vai depender sempre do social, entendido pelas relações com a família com a classe social, com as escolas, com a igreja, com a profissão, enfim com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo (BOSI, 2006, p. 54).

[...] antes de mim havia na Escola Estadual 'Hermantina Beraldo' uma diretora que tocava piano e gostava muito de música. [...] ela os professores fizeram um trabalho e compraram um piano para a escola. Quando ela aposentou e saiu, esse piano ficou lá numa saleta sem janela, sem nada, só juntando pó. A criançada às vezes entrava e mexia. [...] O piano foi deteriorando, ficou sem teclas, sem som [...] Tinha um colégio quase ao lado da minha escola que tinha, mas recursos, [...] a diretora era muito amiga [...] com isto em propus que ela levasse o piano para o colégio. [...] Lá havia um salão de festa muito bonito e, além disso, eles tinham recursos para consertar o piano [...] Combinei com a diretora que quando a minha escola precisasse fazer festa de formatura ou outro tipo de festa, nós usaríamos o salão e o piano, [...] A diretora levou o piano e consertou. [...] naquela época ficou muito caro o conserto, [...] alguns professores mais antigos acharam que eu tinha doado o piano que não era meu [...] Eu expliquei que o piano era um patrimônio público porque era da escola, mas que nós não tínhamos espaço para guardá-lo. [...] Elas fizeram um movimento, [...] eu fiquei muito aborrecida. [...] o incidente passou, [...] elas acabaram se conformando e o piano teve que ficar na outra escola [...].

(Diva Floriano)

Segundo Meihy (2005, p. 77), “ainda que seja comum a afirmativa de que a

repetição é uma prática comum, não há as tais ‘mesmas histórias’”. Nossas diretoras (e cada uma delas) produziram suas memórias como fruto de um exercício reflexivo individual.

Os caminhos da memória, que são tramas permeadas por aspectos sociais e individuais, como um tecido formado por fios entrelaçados, podem ser conhecidos pelas evocações das lembranças, em determinado tempo e lugar e requerem um aparato psíquico. O que lembramos e como lembramos constroem-se num movimento da demanda social e interna do sujeito. A inter-relação no meio social alimenta as lembranças individuais.

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, nossa memória não se confunde com a dos outros (HALBWACHS, 1993, p. 54).

A memória não é una, é plural, e vai sendo construída pelo indivíduo em seu meio social. Ao evocar correlações que sustentavam as lembranças, elas podem ser modificadas, daí a memória requerer trabalho psíquico. Bosi, a partir das idéias de Halbwachs, complementa a ideia da memória como trabalho de reconstrução: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 2006, p. 55).

Se memória é trabalho, se implica em movimentos psíquicos de ligações e (re)ligações numa nova construção, não é uma simples acumulação de recordações, é uma construção que forma a trama significativa no presente. Essa construção se dá a partir das inúmeras marcas mnêmicas que se formam desde que nascemos e são apreendidas de modo pessoal e subjetivo. Sendo assim, um mesmo fato vivido por duas pessoas pode ser lembrado de modo completamente distinto (nem por isso, é inverdade), uma vez que depende do modo como foi percebido e das ligações subsequentes efetuadas em cada psiquismo.

As lembranças têm o passado como conteúdo e podem ser compartilhadas

no presente por intermédio da comunicação. Essa característica favorece a possibilidade de novos arranjos sobre o conteúdo e de continuidade no presente.

No trabalho com memórias de idosos, a matéria-prima – passado – é extensa. A narrativa requer um contexto relacional e a oportunidade de socializá-la pode aprimorar a construção de um lugar significativo em que esses seres sejam valorizados e se valorizem. Bosi (2006), numa pioneira incursão pelas memórias de velhos, aponta alguns caminhos em relação à importância de dar-lhes voz. Ela afirma que a memória também pode nos ajudar a compreender amplamente a sociedade em que estamos e suas mudanças no decorrer do tempo.

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda (BOSI, 2006, p. 82).

No livro, a autora descreve oito belíssimas lembranças de velhos, em que antevemos a possibilidade de que esses entrevistados também possam ter-se reconstruído ao vivenciarem o processo. A autora, ao entrevistar uma idosa, revela-nos um depoimento que indica probabilidades de aprimoramento pessoal da depoente por meio das lembranças:

Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Essa tarefa é um auto-aperfeiçoamento, uma reconquista: Agradeço por estar recordando e burilando meu espírito (BOSI, 2006, p. 39).

Rememorar, lembrar, recordar envolvem movimentos cuja função também é de localizar o indivíduo; o velho reminescente busca no exercício da memória atualizar-se estando, nesse sentido, apto a mudanças. Souza (2000, p. 29) contribui dizendo que

algumas pessoas, por desconhecimento, acreditam que reminiscência é uma prática melancólica, que incentiva o narrador a ficar preso às

lembranças. Essa é uma idéia errônea, uma vez que a atividade da reminiscência coloca no presente as situações passadas, oferecendo a oportunidade para a reflexão sobre quem e o que somos, a fim de considerarmos os diferentes meios pelos quais possamos a preparar e encarar o futuro. Ignorar o que passou é ignorar a história.

No entanto, o trabalho com a memória de idosos e suas histórias, para ser significativo, deve ser trilhado nas relações estabelecidas por quem os escuta e acredita nesta elaboração. As histórias não serão repetitivas, basta-nos o ater-se aos detalhes para que possamos perceber o movimento experimentado no ato de lembrar.

O passado é considerado numa perspectiva não só individual como coletiva. Cultivar a memória é preservar os sentimentos, as emoções, as lembranças, dando privilégios aos saberes, crenças e valores.

A lembrança acontece quando provocada, quando alguém ou algum fato nos conduz de volta ao passado. Vale lembrar que

a memória é um cabedal infinito do qual registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vividas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. [...] Continuando a escutar, ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso escutar o infinito (BOSI, 2006, p. 39).

Ao lembrar, refletimos a partir de outrora, refazemos, revivendo, recriando, construindo com o nosso tempo e não simplesmente trazendo o vivido. O modo de lembrar é individual e social, simultaneamente. Existem memórias do grupo que são guardadas; porém, quem lembra individualiza as lembranças comuns ao grupo, no que lembra e em como lembra.

Bosi (2006, p. 49) reporta-nos à imagem-lembrança, e “esta nos traz à tona momentos únicos, singulares, não repetidos, irreversíveis, da vida. [...]. A imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada”.

Por serem individualizadas, as lembranças produzem emoções e significados diferenciados em cada um dos espectadores do mesmo fato, que vão modificar a maneira de perceber, conforme suas experiências, afetos, hábitos, convenções.

Equivale dizer que o sujeito da percepção percebe a partir de si mesmo.

Exemplificando a individualidade das lembranças, Bosi refere-se aos depoimentos orais, em que os sujeitos que lembram evocam, dão voz, fazem falar, dizem de novo o conteúdo de suas vivências. Para ela, “enquanto evoca, está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência” (BOSI, 2006, p. 44).

Halbwachs (1993), precursor no entendimento da memória como dimensão social, defende que nossas lembranças permanecem coletivas, e que elas são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que são nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós, o outro se faz presente mesmo na ausência. Nesta perspectiva social, para obter uma lembrança é necessário que “a reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns, que se encontram tanto no nosso espírito como nos dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade”. Para ele, “a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado, com a ajuda de dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 1993, p. 34-71).

A lembrança é a sobrevivência do passado; lembrar significa trazer à tona o que estava submerso. “Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstituir, repensar com imagens de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 2006, p. 17).

Para Bergson e para Bosi, a memória tem algumas funções e papéis. Para Bergson (1999, p. 226), a memória tem como função “evocar todas as percepções passadas análogas a uma percepção presente, recordar-nos o que precedeu e o que seguiu, sugerindo-nos, assim, a decisão mais útil”.

Bosi (2006) ressalta que as lembranças dos idosos estão fixadas em lugares e, num processo de interação entre as suas próprias e a dos velhos com as quais conversou, é perceptível que, também para ela, o espaço é determinante. Suas modificações constantes em nome da racionalidade, das técnicas e da eficiência são, deste ponto de vista, um sequestro das memórias.

Halbwachs (1993) trabalhava profundamente a relação entre a memória e o

espaço, entendendo este último como condição fundamental para o equilíbrio mental e para certa sensação de segurança. Os lugares (e no caso deste trabalho, a escola enquanto espaço físico) despertam evocação e de sua concretude brotam histórias de vida.

Segundo Halbwachs (1993, p. 13), “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro especial” que, por sua vez, também se constitui em uma representação, já que mesmo sem identificação física, depende da construção de significados para ser compreendida.

A produção da temporalidade é de máxima importância para o processo de construção de identidade. Essa temporalidade não é um elemento elaborado da experiência humana, uma herança imutável e só existe quando contada.

1.5 Memória e Tempo

As lembranças que rememoramos ou esquecemos deixam-nos a divisão do tempo em que os fatos acontecem. A nossa memória é toda dividida por marcos, por períodos, que têm a ver com nossa história de vida. A memória não se mantém intacta. Ela sofre a ação do tempo e da experiência vivida.

Diz Bosi (2006) que, quando fazemos rememorações, estamos sempre amarrados a alguns acontecimentos, incidentes que nos ajudam – no resgate das lembranças. A mudança de casa, a morte de uma pessoa da família, o casamento, o nascimento, a chegada de um parente que veio de longe são pontos de concentração que determinam a periodização de nossas lembranças. O tempo humano, tecido de acontecimento, marca, por seus instantes mais notáveis, a sucessão dos dias.

Entre povos primitivos, a medição do tempo se fazia em relação à duração do ciclo do trabalho e das tarefas domésticas.

Thompson (1967, p. 109) observa que “entre os Nuer, o gado impõe o horário do dia e o cumprimento das tarefas pastorais, a hora do dia e a passagem do tempo de cada dia são para os Nuer a sucessão de tarefas e a relação entre elas”.

A luação de ramadã entre os muçulmanos é o mês de jejum e recolhimento, em que o calendário religioso lunar define as atividades entre o dia e a noite. A vida cotidiana fica conturbada, a tal ponto que cessa a maioria das atividades comerciais e culturais durante o dia, para se intensificar durante a noite.

Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das histórias do grupo e das tradições, não só porque vivem há mais tempo, como também porque dispõem de horário de lazer para fixar os detalhes vivenciados nas longas conversas junto aos demais velhos.

As horas do relógio provocam uma reflexão na divisão social do tempo, impondo uma duração nova. Entretanto, através do tempo cíclico, o dia, o ano pode ser dividido em antes e depois de uma emoção vivenciada, ou antes e depois da plantação de um cereal, ou de um festejo religioso ou das orações.

Para Thompson (1967), o desprezo pelo relógio é possível em pequenas comunidades, cuja estrutura comercial e administrativa é mínima, onde o viajar é determinado pelo ritmo da maré, o plantar é controlado pelas estações do ano e o início das atividades do dia é estabelecido por orações.

Para Thompson (1967), o desprezo pelo relógio é possível em pequenas comunidades, cuja estrutura comercial e administrativa é mínima, onde o viajar é determinado pelo ritmo da maré, o plantar é controlado pelas estações do ano, e o início das atividades do dia é estabelecido por orações.

“Numa comunidade em que a obrigação da profissão é comum verificar-se pouca demarcação entre o trabalho e a vida. As relações sociais e de trabalho estão interligadas. O dia de trabalho estiva ou escolhe de acordo com a tarefa e não existe grande conflito entre trabalhar e passar o tempo” (THOMPSON, 1967, p. 109).

Com o decorrer do tempo no trabalho, foi necessária a sincronização do próprio trabalho. O segundo ponteiro do relógio passa a refletir o sentido do tempo nas suas condicionantes tecnológicas e a medida do tempo com meio de exploração do trabalho.

A concepção de *Tempo* no sistema capitalista é o tempo da ruptura incessante, das catástrofes, das revoluções e da destruição da dinâmica social, da imobilização na mudança e da dicotomização da sociedade. A revolução burguesa

incentivou o individualismo, fez desaparecer o regionalismo, e aparecer a idéia de nação e de Estado.

O sistema capitalista transforma a tradição cultural em mercadoria, impede a experiência e, por isso, torna vazias as lembranças e as aspirações, pois deixa de existir a relação com o passado. Rompe-se o elo presente-passado-futuro.

Há sempre um vínculo entre memória, lembrança e, evidentemente, o esquecimento. Lembrança e esquecimento constituem uma unidade entre complementares e opostos. Onde estiver presente um dos elementos, lá estará também o outro.

Bosi (2006, p. 43), com propriedade única, reporta-nos à imagem – lembrança, e “esta nos traz à tona momentos únicos, singulares, não repetidos, irreversíveis, da vida. [...] A imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada”. Como são individualizadas, as lembranças produzem emoção e significados diferentes em cada um dos espectadores do mesmo fato, que vão modificar a maneira de o perceber, conforme suas experiências, hábitos, afetos, convenções.

Em outro momento, Bosi (2006, p. 44) refere-se aos depoimentos orais, nos quais os sujeitos que lembram, evocam, dão voz, fazem falar, dizem de novo o conteúdo de suas vivências. Para ele “enquanto evoca, ela está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência”.

Halbwachs (1993) defende que nossas lembranças permanecem coletivas, pois elas são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimento nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Nessa perspectiva social, para obter uma lembrança é necessário que

a reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns, que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desse para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuem a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 1993, p. 34).

Segundo Freitas (2002, p. 63), “um fato curioso é que quanto mais antigo e mais importante forem as reminiscências, mais persistentes elas se tornam em nossa memória”.

Para Portelli (1997 apud FREITAS, 2002, p. 72), “os fatos que as pessoas lembram ou esquecem seriam a substância da qual é feita a história. Esses fatos apenas sobrevivem se fizerem sentido para as pessoas e que, por sobrevivência, tornam-se fatos históricos”.

Isto, numa certa medida, legitima a relação do homem com a memória. Entender esta relação é compreender a sua própria fragilidade. Não podemos exigir muito de uma pessoa na reconstituição memoriográfica dos fatos vividos, pois eles trazem relação com a lembrança que é o querer memorizar, e o esquecimento (o não lembrar). Enfim a memória está para a lembrança assim como o esquecimento está para a não-memória.

Pollack (1989, p. 3-15) assim se refere a memória e esquecimento:

São pistas que nos levam a acreditar que a memória não pode ser lógica (o esquecimento e a retenção são acidentais), ela está ali e permanece em compartimentos fragmentados, escaninhos secretos cuidadosamente selecionados pelo mistério dos critérios da mente. O fato real, já está sendo outra coisa quando escrito e verbalizado.

O ato de esquecer não se refere somente aos fenômenos individuais, pode ser também resultado de um processo social. Muitas vezes, no espaço onde as lembranças são armazenadas, há uma luta para o esquecimento tentando apagar dentro de nós algo que incomoda ou incomodou.

O momento vivido é que define como um grupo social vai gravar, transmitir, lembrar. Define também o que vai silenciar, provocado e imposto pelos grupos dominantes, resultando o esquecimento e o silenciamento.

O ato individual da memória pode ser compartilhado, razão pela qual cada indivíduo pode contribuir para a história “social” do grupo. A passagem da memória para a história de vida das diretoras entrevistadas levou-as a redefinir suas identidades dentro do próprio grupo, pois a memória não foi somente um mecanismo para recuperar informações, mas a capacidade de compartilhar com outros pares suas experiências no cotidiano escolar.

2 ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR (1960-1980)

O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando posição ou matizando-a.

Ecléa Bosi

O recorte histórico abordado neste capítulo não tem a intenção de realizar uma pesquisa histórica da área de conhecimento relativo à Administração Escolar em Minas Gerais, mas sim, uma breve retrospectiva com o objetivo de ajudar o leitor a compreender os critérios norteadores da atuação gestora no período estudado - 1960-1980, bem como algumas modificações ocorridas.

Tentou-se desvendar o comportamento dos administradores de ontem, considerando limites e perspectivas presentes em sua atuação, diante de suas histórias de formação, mas não apenas delas, pois há que também se considerar suas atribuições no âmbito da legislação vigente e do sistema político educacional imposto. Além disso, propõe-se a discussão sobre as questões das percepções de memória, esquecimento, representações e lembranças, atribuídas aos sujeitos da pesquisa, objetivando traçar o percurso social e profissional dos mesmos.

2.1 As Décadas de 1960 a 1980

O conceito de Memória amplia-se ao relacionarmos o momento histórico demarcado conjunturalmente e a análise estrutural estabelecida a partir do enfoque político social e econômico. No auge da repressão militar, que teve início em meados da década de 60, o Brasil viveu uma séria contradição entre a ideologia política e o modelo econômico. A escola, como instituição social, tem seus objetivos suscetíveis de ajustamento às diversas condições do contexto onde se realiza.

Nesse sentido, é importante que o diretor tenha capacidade de tomar decisões necessárias ao desenvolvimento da escola pela qual é responsável.

No dia-a-dia da escola, as diretoras entrevistadas mostraram que, embora em momentos diferentes e segundo as características peculiares de cada instituição, administravam conforme sua visão sobre as convergências e divergências entre a área administrativa e a área pedagógica.

Nos depoimentos, algumas enfatizavam a atuação privilegiadamente voltada para a área administrativa, destacando realizações visando à construção de um novo prédio, à manutenção da parte física da escola, reformas e construções de novas salas de aula e quadras de esportes.

Outras diretoras, também destacando ações administrativas, mencionaram a ampliação de séries, criação de cursos, salas-ambientes (Práticas Comerciais, Industriais e Agrícolas, Educação para o Lar), organização e manutenção das fanfarras, criação de laboratórios de Física, Química e Biologia, ampliação das bibliotecas, campanhas em prol da Caixa Escolar, aquisição de recursos para manutenção e melhoria da merenda escolar.

Tinha também uma grande dificuldade na merenda escolar; na época, vinha a merenda através do MEC, eram um produtos de sabor diferente que as crianças não gostavam. Tinha aluno que andava a pé 3 a 5 Km [...] Eu achava que esta criança tinha que se alimentar muito bem [...] Eu fazia sempre uma campanha assim de legumes e verduras. Fazia desta sopa misturando com bastante vagem os produtos que vinham do MEC, mas um pouco de verdura que a gente reservava.

(Deolinda Nogueira)

Quanto às realizações na área pedagógica, as depoentes apontaram mudanças na filosofia da escola, reformulação da metodologia e ampliação de cursos, incentivo à capacitação dos professores, integração escola e comunidade.

[...] Criamos um ambiente coeso, amigo e formamos uma equipe que trabalhava dentro da Filosofia da Educação e conscientização; educação é a parceira da democracia, o que acontece dentro da escola tem que sair dos muros da escola, a escola tem que penetrar na comunidade, a escola tem que serrar seus muros e deixar que a comunidade entre dentro da escola. Essa era uma proposta e a gente foi vista com certa suspeita. [...] Certamente julgavam que ali estaria a semente de uma educação transformadora, de uma educação que fosse parceira de um Brasil mais democrático, de um Brasil onde o ser humano fosse sujeito e não mero objeto dos poderosos.

(Jahel Torres)

Em comum compartilhavam a concepção de que deveriam cuidar da escola que administravam, considerada como patrimônio público, promovendo o respeito e valorização tanto de sua parte física quanto da parte humana.

Dona Leyde foi diretora de uma escola onde havia curso profissionalizante e à sua criação assim se refere:

A criação do Curso de Patologia Clínica em Ouro Fino foi uma alegria para todos [...]. Não era uma escola comum como as outras, era uma escola para formação de profissionais, era a única da região.

(Leyde)

As escolas públicas enfrentaram dificuldades técnicas, materiais e financeiras para a implantação da Lei 5692/71. De fato, a proposta de profissionalização obrigatória no segundo grau fracassou, sendo compreensível que, alguns anos mais tarde, o governo Figueiredo tenha-a extinguido. As únicas escolas que permaneceram com caráter profissionalizante foram as chamadas “Polivalentes” e, mesmo assim, foram sofrendo um processo de sucateamento.

O Polivalente era um escola muito boa, eu fui diretora na 2ª etapa muito bom [...] As crianças já não ficavam o dia inteiro lá, iam embora, senão tivessem atividade. Mas não eram atividades de 8 horas integrais iguais no começo. Tinha aula de Laboratório, aula Técnicas Comerciais e Técnicas Industriais, divididas em 20 alunos para cada técnica e 20 para Educação para o Lar.

(Magda Kersul)

Com a Constituição de 1988, houve ampliação da obrigatoriedade escolar para oito anos, abrangendo crianças de 07 a 14 anos, o que pode ser visto como uma ação ampliadora das obrigações do Estado no que diz respeito à educação do povo.

Estabeleceu-se, por força de lei, que o primeiro grau proporcionava educação geral e correspondia ao ensino obrigatório. O segundo grau visava a habilitar profissionalmente, em nível médio, com três ou quatro anos de duração, e pretendia formar o adolescente. O ensino supletivo, por sua vez, tentava recuperar o tempo daqueles que haviam adentrado à escola mais tarde, ou suprir a escolarização incompleta desses jovens e adultos. Dotado de estrutura, duração e características diferentes, era ministrado livremente através de meios de comunicação de massa.

A Lei 5.692/71, ao fundir os antigos cursos primário e ginásial, criando o Fundamental com oito anos, elimina o cargo de diretor de Grupo Escolar e cria o de diretor de escola. Se antes o cargo de diretor era comandado pela política local e estadual, com essa reforma de ensino, o novo cargo reveste-se de caráter técnico, tendo o dever de gerenciar e fiscalizar todo o trabalho escolar.

[...] Os diretores estavam sempre preocupados com a parte administrativa da escola. Eu acho que é importantíssimo que o diretor se interesse pela parte pedagógica propriamente dita da escola. [...] Ele tem que estar por dentro de todos os aspectos. [...] Eu me lembro que o foco era a disciplina não era a aprendizagem. [...] A parte pedagógica que realmente é a mais importante porque

o foco tem que ser o aluno. Então, era muito interessante o diretor se preocupar com a parte financeira, que eram as prestações de conta.

(Maria Ivaneide)

A década de 80 inicia-se com movimentos sociais ativos, gerados pelos partidos de oposição, tendo como objetivo a democratização do ensino e a derrota definitiva do chamado regime militar. Entre as várias questões que mobilizam a opinião pública, destaca-se o combate ao clientelismo na administração das escolas, ao favoritismo, à “patronagem” na ocupação de cargos de direção, levando os trabalhadores de ensino público a levantarem a bandeira da democratização através de um Projeto Educacional. Em Minas Gerais, esse ideal se explicita no Congresso Mineiro de Educação, em outubro de 1983.

Nesse período, intensificam-se nas instituições as expressões autonomia, gestão democrática, ação colegiada, tornando-se desafiantes para a construção da cidadania.

Apesar da formação da administração estar pautadas em excessiva burocracia estatal, marcada por questões essencialmente técnicas, os avanços apresentados na área são apenas início de um longo caminho a ser percorrido.

Em meados da década de 1980, já se observavam ações reveladoras do movimento de renovação dos planejamentos das escolas, que começava a ganhar expressão nos meios educacionais. Colocava-se a necessidade de se elaborar projetos fundados em uma concepção mais participativa, mais coletiva, valorizando as experiências e a caminhada de cada uma das escolas. Tratava-se de implantar um Projeto Político-Pedagógico, que efetivamente contemplasse as dimensões contidas em sua denominação, reconhecendo a dimensão política da educação, que até então se dizia neutra, imparcial.

Discutia-se a função social da escola, a concepção de mundo, de sociedade, de homem, da escola, do planejamento, do currículo e da avaliação. A aprovação da Constituição Federal reforçou esse entendimento da educação, apontando para possibilidades de democratização e de transformação.

Se, na década de 1970, fez-se um esforço para organizar a escola, reconhecendo-se o papel do planejamento, numa ótica tecnicista, na década de 1980, investiu-se no planejamento como um instrumento de transformação. Nessa concepção crítica, o projeto deveria ser participativo e envolver o esforço coletivo da escola.

Tais idéias surgem com as metas propostas pelos administradores oposicionistas naquela época focadas especialmente na descentralização da administração, com formas de gestão democrática da escola, com participação de professores, de funcionários, de alunos e de seus pais e também com eleição direta de diretores.

Concretizando uma tendência que vinha desde os anos sessenta, o cenário educacional nos anos oitenta segue um caminho multifacetado, com propostas várias, algumas persistindo até os dias atuais.

Nos anos 60 a 80, historicamente, evidencia-se o período de transição de um modelo de gestão autoritária para gestão democrática. O vir a ser da democracia é resultado de lutas e conquistas da sociedade civil organizada, bem como dos movimentos sociais que tornavam possível a construção da escola cidadã.

2.2 Da Administração Escolar à Gestão Democrática

*Quero falar uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor*

Milton Nascimento

Com o fim do Regime Militar, a eleição indireta de Tancredo Neves, seu falecimento e a posse de Sarney, disseminou-se a crença de que poderíamos discutir questões sobre educação de uma forma democrática e aberta.

A diretora Jahel, em seu depoimento, assim refere-se a acontecimentos dessa época.

No dia 27 de maio de 1983 foi a última vez que falei com Dr. Tancredo Neves [...] Em 1984 ele se candidata a presidente da república através da eleição indireta. Em março de 1985 ele fica doente e morre no dia 21 de abril de 1985 [...] em 07 de setembro do mesmo ano nós da Escola Estadual “Monsenhor José Paulino” resolvemos fazer uma homenagem ao Dr. Tancredo Neves no desfile cívico [...]. Trabalhamos com os alunos das mais diferentes formas, fizeram pesquisas, debates sobre a situação do país que inspirava agora uma atmosfera de esperança na Nova República. A Escola Estadual “Monsenhor José Paulino” tinha mais de 2000 alunos, todos se preparavam para o desfile [...] preparamos faixas com diversos dizeres de Tancredo Neves tais como: Nova República, a nação inteira comunga deste ato de esperança – O primeiro compromisso de Minas Gerais é com a liberdade – Não vamos nos dissipar, conciliação para o bem de todos – Enquanto houver nesse país um homem sem teto, sem pão e sem letras toda prosperidade será falsa. [...] quando os alunos estavam a postos na avenida Dr. Lisboa para desfilar com as faixas, havia uns militares nos palanques e outros passando revista [...] neste momento foi dada a ordem que retirassem as faixas das mãos dos meninos (..), eles ficaram frustradíssimos, eles choraram [...] eu os recolhi no pátio da escola e falei com eles: não podemos desfilar, mas nós estamos dando a maior demonstração de democracia, [...] eu peço encarecidamente que cada um vá para sua casa e vamos esquecer o que aconteceu [...]. Os alunos ficaram agrupados na avenida Dr. Lisboa [...] e quando o regimento passou desfilando, os meninos deram a maior vaia [...] aquela situação ficou muito desagradável [...] em maio de 1986 fui exonerada.

(Jahel)

A Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, tendo Ulysses Guimarães⁶ como patrono político em todo o processo de discussão e promulgação da mesma na “Assembléia Constituinte”, revela as conquistas dos DIREITOS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS, inscritos nos artigos 5º e 6º.

Há no seu primeiro título, um relevante núcleo chamado “OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS” (artigos 1º ao 4º), de onde partem as normas principiológicas que servem de esteio para todo seu conteúdo normativo, a saber, a cidadania e a dignidade da pessoa humana:

A República Federativa do Brasil foi formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamento
[...]
II - a cidadania;
III - a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 estabelece a educação, a saúde, o trabalho, o lazer e a aprendizagem como direitos sociais garantidos pelo Estado. A educação é particularmente detalhada nessa Constituição Federal (1988), representando um considerável avanço em se comparando com a legislação anterior, pois até mesmo os instrumentos jurídicos são definidos para a sua garantia. Assim, no art. 6º, temos que “São direitos sociais a educação, [...]na forma desta Constituição”, de modo que, pela primeira vez, a educação é tratada enquanto um direito social. Mais que isso, o artigo 205 é claro na definição de (co) responsabilidades, ao prescrever que a “educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”.

No art. 206, está o princípio central em que o ensino será ministrado: “[...] IV - gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais”, sendo essa assegurada em todos os níveis na rede pública, ampliando a sua oferta, progressivamente, para o ensino médio. Nas cartas constitucionais, nem o ensino médio, tampouco o

⁶ Ulysses Silveira Guimarães foi, antes de qualquer coisa, um estadista brasileiro. Nascido no Município de Rio Claro-SP, no dia 06/10/1916, e morto em Angra dos Reis-RJ, no dia 12/10/1982, é considerado um grande político brasileiro, tendo liderado a Campanha pela redemocratização em 1982. Exerceu também a Presidência da Câmara dos Deputados em três períodos (1956-1957;1985-1986; e 1987-1988), presidindo a Assembléia Nacional Constituinte, no último período. A nova Constituição Federal, na qual Ulysses teve papel fundamental, foi promulgada em 5/10/1988, e foi chamada Constituição Cidadã, assim conhecida até os dias atuais.

superior, tinham sua gratuidade assinalada (havia uma tática omissão quanto a esta questão).

No art. 208, define-se a forma como o Estado vai efetivar o direito do cidadão, ou seja, através da garantia de:

- I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta do ensino noturno regular, adequada às condições do educando;
- VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

A menção a esses preceitos expressos na Carta Constitucional de 1988 justifica-se por anunciarem, ao menos no plano político das intenções, novas perspectivas de atuação do Estado na definição das políticas públicas educacionais. A partir de então é esperado que o Estado busque implantar políticas de educação voltadas para a garantia desses direitos, inclusive no que se refere à gestão democrática do ensino público, conforme prescrito no art.206.

Desse modo, a antiga administração escolar mudou profundamente sua face: passou de autoritária e tradicional à participativa e democrática (ao menos na política educacional que se instaurou a partir de 1996, tendo a Lei de Diretrizes e Bases Nacional como um marco regulatório).

A gestão democrática veio então a ser o principal mote dos debates e das reflexões nas diferentes Secretarias de vários estados brasileiros. A gestão escolar na perspectiva da administração individual, da hierarquização e da fragmentação de tarefas foi perdendo seu espaço para a gestão democrática, entendida como compartilhamento de responsabilidades no contexto escolar, onde cada sujeito com sua subjetividade pode contribuir para sua melhoria, configurando-se como um grande desafio para os gestores de hoje que, na maioria das vezes, necessitam reconstruir suas concepções de gestão.

Cada gestor escolar, dentro da especificidade de sua instituição educativa, além de planejar, programar, coordenar, dirigir, verificar e controlar as atividades previstas, depara-se, por vezes, com necessidades novas que lhe impõem experiência e competência para providências ou soluções adequadas.

São a experiência e a competência, aliadas ao bom senso e a procedimentos racionais, que evitam o desequilíbrio administrativo desgastante entre o decidir e o agir, conceitos estreitamente associados em uma gestão escolar.

Por isso, temos o interesse em saber das memórias desses diretores que viveram noutra época política e que estiveram sob a égide da administração tradicional para que, de certa forma, possamos igualmente entender como se deu esta transição.

3 ANÁLISE DO TEMPO VIVIDO

Ao desvendar as falas na retomada das entrevistas como parte integradora deste capítulo, procurou-se registrar, a partir destas considerações, o papel da escola desempenhado na comunidade e na vida de cada uma das depoentes, a busca da auto-formação e da prática pedagógica, assim como os fatos marcantes e os pontos comuns entre elas.

3.1 Breve Retrospectiva Histórica da Formação de Diretores das Escolas Públicas de Minas Gerais

Uma breve retrospectiva histórica sobre a formação dos diretores das Escolas Públicas de Minas Gerais faz-se necessária devido às mudanças políticas, sociais e econômicas, as quais refletiram não só no conceito de diretor, como no estabelecimento de suas atribuições.

Em Minas Gerais, a história do diretor da escola começou em 1906, quando foi instituída a organização do Grupo Escolar. Antes desse período, as aulas primárias funcionavam em classes isoladas, que eram dirigidas apenas pelo professor. Entre 1906 a 1916,, o diretor escolar era um professor que, geralmente, acumulava as funções de magistério e administração da Escola, coordenando as atividades dos seus colegas.

Os dirigentes das Escolas Públicas atuaram por várias décadas sob a interferência dos Poderes Legislativo e Executivo, os quais decidiam quem podia ou não assumir a direção das escolas, não só em Minas Gerais, como em todos os Estados da Federação.

As referências ao período de 1906 a 1930, quanto à normatização do cargo de diretor de Escola Pública, encontram-se em Mourão (1962, p. 144-158), ao referir-se ao Regulamento da Reforma João Pinheiro, Lei nº 434, de 28 de setembro de 1906, aprovada pelo Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906. O autor trata,

no Capítulo V, desse regulamento da classificação, nomeação e acesso do pessoal docente numa instituição educacional. Os professores eram classificados em adjuntos, auxiliares e técnicos. Entre os efetivos, estavam, de preferência normalistas do Estado de Minas Gerais ou pessoas de notória competência para o magistério, entre os quais encontravam-se os diretores, assim divididos: 1º - diretor de Grupo Escolar da Capital; 2º - diretor de Grupo Escolar de cidade ou vila, havendo também diferença de vencimentos: para o primeiro, 3:600\$00 (três mil e seiscentos réis), para o segundo 3:000\$000 (três mil réis).

Quanto à nomeação, os critérios eram diferenciados para um diretor de Escola Normal, de Grupo Escolar e Escola Infantil. Nos Grupos Escolares, os diretores seriam nomeados livremente pelo Presidente do Estado e, sendo de confiança deste, preferencialmente professores normalistas das escolas urbanas, bem como cidadãos notáveis por serviços prestados à instituição (MOURÃO, 1962, 186). Estes teriam por atribuições (entre outras) proceder a matrícula dos alunos, distribuindo-os por professores e salas, fiscalizar o ensino e a disciplina do estabelecimento, corrigindo o que se fizesse necessário, entender-se com autoridades escolares locais, com pais e tutores sobre matrícula e frequência dos alunos. Tinha a seu cargo a Caixa Escolar, sua escrituração, a folha de pagamento do pessoal, o expediente dos professores e seu encaminhamento ao Governo do Estado, assim como visar os boletins escolares de aproveitamento, frequência e comportamento dos alunos, elaborados pelos professores e destinados aos pais e tutores. Lavravam termo de posse dos professores e funcionários nomeados, comunicando ao Secretário do Interior a data respectiva, bem como dados sobre licença (MOURÃO, 1962, p. 161).

Em 24 de setembro de 1910, sob a Lei nº 533, entrando em vigor em 09 de junho de 1911, com o Decreto 3191, o diretor da Escola Normal seria um dos professores, acumulando as duas funções, sendo também o presidente da congregação da mesma escola. Quanto às atribuições do diretor de uma Escola Normal, constavam de nomear, conceder licença, suspender empregados, do estabelecimento (porteiros, contínuos e serventes), licenciar professores e nomear substitutos de escolas anexas, até menos de trinta dias. O diretor indicaria ao Governo do Estado, após o concurso, qual dentre os dois professores primeiros

classificados merecia a nomeação, justificando seu parecer (MOURÃO, 1962, p. 174-186).

O critério para nomeação dos diretores em Escola Infantil diferenciava do utilizado para Grupo Escolar e para a Escola Normal, sendo estes livremente nomeados pelo Governo do Estado, recaindo a escolha em professoras que exercessem ou houvessem exercido o magistério em cadeiras urbanas (MOURÃO, 1962, p. 187).

Ao diretor da Escola Infantil competia “adotar e fazer adotar, na Escola, os princípios e regras e processos pedagógicos seguidos e praticados nos institutos congêneres de melhor nota. Deveria também a diretora velar para que os métodos empregados no ensino às docentes fossem métodos indutivos e experimentais. Também deveria acompanhar as crianças, juntamente com as professoras, nos passeios e excursões pelos jardins e logradouros públicos. Quando dispensado do cargo, o ex-diretor, teria direito do provimento em qualquer vaga de uma escola, independente de concurso (MOURÃO, 1962, p. 186-187). A Lei 800, de 27/09/1920, vem beneficiar os diretores dos Grupos Escolares, interinos, contratados ou em comissão, efetivando-os nos cargos que exerciam se o Governo julgasse a conservação destes conveniente aos interesses do ensino (MOURÃO, 1962, p. 326).

Em 1916, com a abolição da exigência de concurso para a seleção pelos professores primários da rede de escola pública, tanto os professores como os diretores escolares passaram a ser nomeados pelo Governador do Estado, segundo critérios previamente definidos. A partir desse momento, o diretor passou a representar, na Escola, o modo de pensar do grupo que o mantinha no seu cargo.

Em 1928, quando foi decretada a Reforma de Ensino do Governo Antônio Carlos, a Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte foi criada, para a formação de lideranças no meio educacional, capazes de divulgar as idéias reformistas do movimento da Escola Nova e formar técnicos e especialistas, sob influência dos pensamentos francês e americano. Professores convidados para compor os quadros da Escola de Aperfeiçoamento, entre eles, Edouard Claparède, Leon Walter e Helena Antipoff, do Instituto Jean Jacques Rousseau, marcaram a influência européia nas concepções filosóficas e pedagógicas da época.

A finalidade da Escola de Aperfeiçoamento era oferecer, aos professores primários, as técnicas modernas de ensino, assim como desenvolvimento físico, intelectual e social, num curso com dois anos de duração, destinados a normalistas com dois anos de magistério e idade menor que 35 anos. Estas, depois de formadas, obrigavam-se a prestarem serviços ao ensino público por cinco anos ou indenizar o Estado pelas despesas do curso. A seleção era feita por concurso ou informações de diretores e assistentes técnicos. O ensino seria orientado combinando o preparo científico e a prática profissional. Exigia-se o diploma do Curso de Aperfeiçoamento para nomeação de professores de Escolas Normais Oficiais, Professores das Classes Anexas às Escolas Normais, Assistentes Técnicos e Diretores de Grupos Escolares (MOURÃO, 1962, p. 425-429).

Com a Reforma, 1928, passa-se a exigir do diretor uma formação especializada, levando à introdução da disciplina Administração Escolar no Curso Pedagógico do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (elaborada por Anísio Teixeira, em 1933). Em 1934, o mesmo se dá no Currículo do Curso de Especialização em Administração Escolar, no Instituto de Educação de São Paulo. Em 1939, é incluída também no currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

Em 1946, o Governo Dutra coloca como dever da União e do Estado legislar e garantir a adoção de recursos para a educação, adotando a descentralização administrativa e pedagógica, como parte do projeto da Reforma Educacional de 1948.

Com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal de Minas Gerais (1946), exigiu-se do diretor da Escola Primária (hoje, séries iniciais do ensino fundamental) que fosse formado no Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação de Belo Horizonte, Minas Gerais, exigência que se generalizou em todos os Estados da União.

Com o retorno de Vargas, em 1950, houve a proposta de modernização do Estado, dando ênfase à Economia e Administração. Configurou-se, nesse momento, a tendência para transformar o diretor escolar em um técnico de administração, dedicado à burocracia do ensino e, na medida em que esta avolumava-se, a escola passa a ser regulamentada por órgão central e intermediário do sistema educacional.

O Estatuto dos Funcionários Públicos de Minas Gerais, Lei 869 de 05 de julho de 1952,⁷ previa a nomeação de diretores em cargo de comissão e indicação política. Esta foi modificada pela Lei 7.109, de 13 de outubro de 1977, Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais, que determinava no art. 7º, item V, a função de Administrador Escolar (AE), cuja referência, no parágrafo único, fez-se da seguinte forma: “Integra igualmente o Quadro do Magistério o cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar”.

No Capítulo II, artigo 11º, do referido Estatuto são determinadas as atribuições do Administrador Educacional como sendo as de pesquisa, planejamento, assessoramento, controle e avaliação do processo educacional.

Observa-se a forma política de escolha dos diretores das Escolas Públicas de Minas Gerais, por meio do documento designando o Dr José Guimarães, professor da Escola Normal de Ouro Fino, para o exercício da função de diretor desta referida escola, segundo ato do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em dezembro de 1953. (Anexo "A"). Em 28/01/1960, sob a política do Governador José Francisco Bias Fortes, Dr. José Guimarães continua ainda na direção da mesma escola, porém no cargo em comissão, nomeado pelo referido Governador, permanecendo nesse exercício no período de 1953 a 1963, vindo a aposentar-se no cargo de diretor em 18/02/1963 (Anexo "B").

Em 1961, no Primeiro Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, o Prof. J. Quirino Ribeiro referiu-se à Administração Escolar:

Os estudos de Administração Escolar, ressentem-se, de longa data, em nosso meio, de deficiências inerentes à forma de sua inclusão nos currículos dos estabelecimentos de ensino superior e médio, feita quase sempre em base arbitrária, de modo a não atender de maneira racional à promoção necessária dos estudos da disciplina em nível compatível com o desenvolvimento de outros setores dos estudos pedagógicos e à formação do pessoal reclamados pelos quadros administrativos dos sistemas escolares federais, estaduais, municipais e privados do País (RIBEIRO, 1961 apud NISKIER, 1972, p. 41).

⁷ Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais, Lei nº 869, de 05 de julho 1952, modificada pela Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, introduzidas modificações da Legislação posterior-1977/1998.

Segundo Niskier (1972, p. 41-42), além dos cursos de especialização do Instituto de Educação, cujo objetivo era a formação de administradores escolares de 1º grau, havia ainda os cursos de Pedagogia de nível superior, estes com o objetivo de formar técnicos de educação, não direcionados a uma profissionalização, faltando inclusive regulamentação para a carreira de administrador escolar.

Em 1968, a habilitação em Administração Escolar foi definida como uma entre outras específicas oferecidas na Faculdade de Educação. O curso de Pedagogia, com habilitação específica em Administração Escolar, foi, então, subdividido em licenciatura curta e licenciatura plena, para a formação respectiva do diretor escolar de 1º e 2º graus. Como cursos de graduação em nível superior, as licenciaturas estavam abertas a todo e qualquer candidato egresso do Ensino Médio e aprovado em exame vestibular, adquirindo o direito de matrícula no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação.

Tanto a Escola de Aperfeiçoamento, como o curso de Administração Escolar do Instituto de Educação, exigiam, como condição, para a matrícula do aluno, a comprovação de experiência no magistério por tempo mínimo de três anos. Caracterizados como cursos de especialização do professor primário (série iniciais do ensino fundamental), ambos seriam considerados indispensáveis no "curriculum vitae" do diretor da escola primária, para a rede do ensino público. Essa exigência foi abolida posteriormente, pois a legislação não considerava a licenciatura em Administração Escolar como condição necessária para um professor pleitear o cargo de diretor.

Segundo Luck (2000), administrar correspondia a comandar e controlar mediante uma visão objetiva de quem atua sobre a unidade e intervém de maneira distanciada até mesmo para manter a objetividade e a própria autoridade centrada na figura do diretor.

Como representante da comunidade escolar, o diretor era aquele em quem o grupo confia: aquele que, integrando a ação da Escola, da Família, do Governo e da Comunidade, dedica-se à educação das crianças e jovens, centralizando recursos e programas para sua formação.

A exemplo desta confiança e da representatividade que o diretor assumia diante da comunidade escolar, uma das entrevistadas, professora Leyde Moraes

Guimarães, membro do Conselho Técnico Administrativo do Colégio Estadual de Ouro Fino e decano da Congregação, de acordo com o Estatuto do Colégio, assume a direção deste Estabelecimento em 20/12/72, devido à renúncia da diretora professora Maria Eugênia Beghini, a qual passou a responsabilidade da direção para a professora Leyde Moraes Guimarães. (Anexo "C"). O documento constante do Anexo "D" refere-se a essa indicação, referendada pelos professores decanos e encaminhada à 8ª Delegacia Regional de Ensino de Itajubá, MG.

Leyde Moraes Guimarães habilitou-se em Administração Escolar, permanecendo na direção de 1972 a 1983. Exerceu o cargo de diretor em comissão, a partir de 1975, pelo processo de autorização da 8ª Delegacia Regional de Ensino de Itajubá (Anexos 05, 06 e 07).

A partir dos anos 70, com a extensão dos cursos de Pedagogia, exigiu-se das diretoras de Escolas Públicas a licenciatura em Administração Escolar.

Nesse período, também emerge a Educação Tecnista, visando a adequar ao Sistema Educacional à nova política do país. É então promulgada a Lei 5.540/68, que regulamentou o Ensino Superior, e o Parecer 252, que estabeleceu as habilitações do Curso de Pedagogia.

A professora Terezinha Rita Alves, entrevistada nesta pesquisa, requereu a direção da Escola Estadual "Professor Ladislau", em 09 de março de 1973, à Delegacia Regional de Ensino de Itajubá, por ser habilitada em Administração Escolar de 1º grau, pelo Curso de Pedagogia no Instituto de Educação de Belo Horizonte, conforme exigência da Lei, sendo removida para o quadro do estabelecimento em 08/03/73 (Anexo "H").

Na última década aqui considerada, de 1970 a 1980, as diretoras indicadas com aprovação de exercício na 8ª Delegacia Regional de Ensino de Itajubá, Jahel Rodrigues Torres, Maria Ivaneide Souza Fonseca, Martha Hermelinda Toledo, Terezinha Rita Alves, Ana Odiléia Reis Souza e Leyde Moraes Guimarães (Anexos "I", "J", "K", "L", "M", e "N").

Após a Constituição Federal de 1988, deparamo-nos com grandes reformas na educação, em todos os seus aspectos, inclusive no que se refere à gestão da escola.

Essas mudanças trouxeram novas exigências para o trabalho dos diretores que passaram a desempenhar tarefas que antes não lhes cabiam. Por essas razões,

os diretores viviam em uma condição de grande vulnerabilidade, tendo que aprender a lidar com situações novas, reorientar algumas práticas que foram sendo ultrapassadas e buscar soluções para problemas antes desconhecidos.

Os diretores passaram, assim, a enfrentar cotidianamente vários desafios, dentro e fora da escola. Conforme já mencionado neste trabalho, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, assistimos a mudanças nas formas de escolha do diretor de escola, que ocorreram em virtude da adoção do princípio da gestão democrática na educação, presente nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, em consonância com o Art. 206, da Constituição Federal de 1988.

Também no bojo das mudanças deve-se destacar a questão da reivindicação da escolha de diretores para as escolas públicas, através do processo seletivo em âmbito nacional. Essa discussão inicia-se, de fato, na década de 80, marcada pela política de redemocratização do país. Este critério teve a intenção de eliminar as práticas tradicionalistas, o clientelismo, o favorecimento pessoal, embora ainda houvesse assédio dos políticos para burlar a regra estabelecida, de uma lista tríplice, na escolha dos diretores.

Aplica-se ainda no âmbito administrativo escolar, a formação dos professores, de gestores escolares, os aspectos da organização e funcionamento da escola, bem como os estudos curriculares.

3.2 As Mulheres na Administração das Escolas Públicas

As diretoras das escolas femininas foram pioneiras na administração da educação e davam testemunho do exercício do magistério com sua dedicação, sabedoria e continuidade administrativa. A maioria demonstrava que, na direção das Escolas Públicas, não exerciam uma função paralela, mas sim, a função central de suas vidas.

Presentificar o passado de uma atuação é refazer um caminho, mas, ao refazê-lo, estamos caminhando novamente e, por mais que o tenhamos feito, haverá uma nova forma de fazê-lo. Esta nova forma fundamenta-se no trajeto já percorrido e dela emerge um novo trajeto.

Conforme Certeau (1996, p.151), “subindo, descendo e girando em torno dessas práticas, algo escapa sem cessar, que não pode ser dito nem ensinado, mas deve ser praticado”. No ato de trazer a experiência passada ao presente, muito há que se experienciar novamente, pois estabelece-se uma relação entre o ontem e o hoje, cujo ponto de referência é a realidade presente e não mais aquela na qual se deram as experiências narradas.

O discurso, elaborado pela memória situa-se pelo lado de fora do contexto dos fatos e seus conteúdos, tendo como fonte a observação apreciadora. Assim, ao falarmos do que já fizemos, não falamos do fazer em si, mas da apreciação que temos desse já feito, e quando falamos do fazer do outro “e em dizer daquilo que o outro diz de sua arte, e não um dizer dessa arte” (CERTEAU, 1996, p. 152).

Ao trazermos a prática do passado ao presente, o exercício dessa prática dá-se por meio da linguagem. Portanto, a memória traduz-se na arte de dizer, na qual está submersa a arte de pensar. É um pensar hoje sobre o efeito de ontem e traduzir num dizer que se constitui num fazer. Em outras palavras, é a narrativa de uma teoria em elaboração.

“A narrativização das práticas seria uma maneira de fazer textual com seus procedimentos e táticas próprias” (CERTEAU, 1996, p. 152). É dessa forma que, ao narrar o que fizemos, estamos fazendo novamente, porém, utilizando agora uma nova forma de fazer que é o texto oral. Podemos afirmar, então, que há uma relação direta e estreita entre a arte de dizer e a arte de fazer, que acabam por ser uma só prática narrada pelo afastar-se ou aproximar-se da prática vivida, conforme seja manipulada pelo locutor, segundo seu juízo e tato. É neste sentido que Certeau se refere ao narrador como um “dançarino disfarçado de arquivista”.

Narrar é o eu falando de um outro eu. Não se fala de si mesmo, mas de si já ido, já feito, já praticado. No discurso do eu presente que analisa o eu passado, muitas vezes encontramos conclusões atuais para práticas de outrora.

Assim, a narrativa é comparada por Certeau (1996) a um jogo de xadrez no qual a “memória dos lances antigos é essencial a toda partida”. Ao fazer a jogada atual, o jogador tem que voltar à anterior e, a partir dela elabora outra, que é inteiramente nova e surpreende o adversário. Assim também o faz o narrador ao narrar suas práticas, criando uma nova atuação a partir das experiências passadas,

dando-lhes nova roupagem, porém, sem descaracterizá-las. Portanto, não se trata de maquinar o já feito, mas de refazer-fazer a partir da volta, do giro, da dança em torno do feito.

A memória mediatiza transformações espaciais. Segundo o modo do momento oportuno, ela produz ruptura instauradora. Sua estranheza torna possível uma transgressão da lei do lugar. Saindo de seus insondáveis e móveis segredos, um 'golpe' modifica a ordem local (CERTEAU, 1996, p. 161).

Fica claro então que, ao trazer à tona as experiências mergulhadas no passado, instauramos uma prática que não obedece às leis físicas do tempo e do espaço, e sim, outras leis que se estabelecem pelo momento do exercício da memória das marcas deixadas. Narrar, então, passa a ser como que um viajar ao passado que, voltando o presente, abala os fatos, o tempo e o espaço.

O tempo presente é um outro tempo em relação àquele em que se deram os fatos narrados. Fatos concretizados ontem e narrados hoje dão origem a uma outra espécie que mantém ligação com aquela já praticada, porém não inteiramente a mesma. A memória é então a enciclopédia dos atos que, quando narrados, são transformados-formados na transcendência entre tempo passado e o tempo presente.

No dizer de Certeau (1996, p. 163), "longe de ser o relicário ou lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita". A memória, portanto, armazena não apenas fatos, mas também o invisível, as marcas por eles instauradas. Ao rememorarmos, trazemos fatos e marcas de ontem que se deslocam de seus contextos de origem, se instalam e instauram num outro tempo, numa outra história com novas marcas. Trata-se de um encontro de tempos e marcas, de textos e contextos, e nesse encontro, gesta-se um discurso que espera conceber novas práticas.

A memória não se reduz à descrição do já acontecido, antes, é regulada pelas circunstâncias e, por isso, altera-se conforme estas, até o momento em que, não se podendo mais relacionar-se com o contexto atual e, portanto, tornando-se incapaz de alterá-lo, transforma-se em mera repetição, desvinculada de fato e de juízo.

Constituída de *clarões* e detalhes, a memória fornece-nos um conjunto repleto de faltas que são preenchidas pela análise do presente. Esses detalhes não são simples fragmentos, pois fornecem um conjunto; não constituem algo já pronto, pois são alterados na arte do dizer - fazer. Talvez sejam marcas, toques, sentidos, impressões registradas capazes de re-citar o ontem vestido pelo hoje e, assim, já não puramente o ontem, nem puramente o hoje e, muito menos, uma mistura desajeitada de ambos; torna-se assim, um novo tempo e uma nova prática, regidos pela lei própria da memória.

É preciso atentar para o fato de que ao ouvirmos ou lermos um discurso de memória, faz-se necessário discernir o dito do feito e o novo feito a partir do dito. “O ouvido apurado sabe discernir no dito aquilo que aí é marcado de diferente pelo ato de dizê-lo aqui e agora, e não se cansa de prestar atenção a essas habilidades astuciosas do contador” (CERTEAU, 1996, p. 166).

3.3 Memórias das Diretoras Escolares (1960 a 1980)

Os depoimentos das diretoras, o movimento de recordar, de vasculhar o passado, de estabelecer vínculos e afastamentos com o presente, foram repletos de interfaces emocionais, silêncios capciosos, omissões e desafios, enfim, dos mais variados vieses. A reflexão sobre toda essa experiência não foi só operada pelos sujeitos entrevistados, mas também pela pesquisadora.

Nessa medida, contar cada história significou obrigatoriamente o processo de recuperar a nossa própria história: a identidade é bastante acentuada, mais forte e significativa do que eventuais diferenças.

Na verdade, somos todos caminhantes de um mesmo percurso, de um mesmo caminho, herdeiros e transmissores de uma mesma herança. Por tudo que lemos e acerca do que refletimos, ficamos certos de que jamais seremos os únicos donos, nem mesmo de nossa própria experiência e memória.

A memória seria uma fração, um fragmento gerado pela memória de um grupo submetido à mesma orientação cultural.

Os fatos relatados pelas diretoras, através do depoimento oral, justificam a sujeição a momentos difíceis. Também se dá uma nitidez a grupos que abraçavam os desafios que o cargo lhes proporcionava.

Eu me lembro de várias situações desafiadoras; uma das situações mais desafiadoras foi quando tive problema com telhado do colégio, eu tinha aluno cedo, à tarde e à noite, dois mil trezentos e tantos alunos e, eu não conseguia em Pouso Alegre um lugar para colocá-los. O telhado estava caindo, era urgente a troca do madeiramento. Na época, tinha um colégio de padres ao lado do meu que era o Colégio São José, que eu fui pedir se eu poderia pôr o turno da noite lá para destelhar o colégio. Eles se negaram, não queriam os meus meninos que eram de escola pública e do noturno, meninos carentes demais; então eu falei, não tem problema, nós vamos destelhar o colégio com os alunos aqui dentro. Destelhamos o colégio, com os alunos dentro, trocamos o madeiramento e todo o telhado com aulas funcionando. Nós tínhamos assim dias de chuva, os meninos andavam de baixo para cima de sombrinha aberta dentro da sala de aula, foi impressionante; mas nós conseguimos e pudemos fazer uma festa depois comemorando a mudança do telhado do colégio sem perder aulas. Esta foi uma experiência muito interessante.

(Maria Ivaneide)

Foi muito difícil para a gente conseguir a construção do prédio, tinha muita falta de dinheiro, se eu precisasse de um prego tinha que deslocar de Senador José Bento para Pouso Alegre, porque Senador José Bento só tinha duas vendas, uma coisa muito precária mesmo, a estrada era de terra. [...] A minha maior dificuldade era a organização do quadro de professores, lá em Senador José Bento não tinha professor, tinha que levar de fora, pessoas desconhecidas. Um grande sofrimento que eu tinha era assim: no final do ano eu passava uma lista de disponibilidade de cada professor, para fazer o horário. Eu montava o horário que é

uma coisa muito difícil para atender às diferenças individuais e às exigências. Na primeira ou segunda semana tinha professor que ia gritar na diretoria aos “berros” todo descontrolado dizendo que estava sendo perseguido. Como eu tinha por escrito a disponibilidade de cada um, eu mostrava para eles: era o único jeito de fazer ficar quietos.

(Deolinda)

3.3.1 O papel da escola nos depoimentos das diretoras entrevistadas

Ao retomar os depoimentos dos diretores sobre o papel da escola, deparamo-nos com um verdadeiro matiz. As diversas tendências pedagógicas se entrelaçaram nas falas. O pensamento de Lucchesi (1999) parecia ser reforçado pelas diretoras entrevistadas. Para o autor, a educação brasileira, pelo menos nos últimos cinquenta anos, tem sido marcada pelas tendências liberais, nas suas formas, ora conservadora, ora renovada. Tais tendências se manifestam nas práticas escolares cotidianas e no ideário pedagógico dos diretores, professores e especialistas.

Segundo a tendência liberal tradicional, a atuação precípua da escola consiste na preparação intelectual do aluno para assumir sua posição na sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos mais capazes. Caso não consigam, devem procurar inserção mais imediata no mercado de trabalho por meio do ensino mais profissionalizante.

Para a tendência liberal renovada progressista, o papel da escola é adequar as necessidades individuais ao meio social, devendo se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida.

Para as diretoras entrevistadas, o papel da escola é relevante:

Segundo a minha visão, o papel da escola é relevante na vida do cidadão, é onde ele vai completar toda a sua educação, vai se

inserir nos ideais de uma sociedade para que ele possa atuar futuramente como cidadão, vai receber os conhecimentos necessários, as habilidades e competências, organizar toda sua experiência anterior.

(Maria Ivaneide)

[...] acho que o papel da escola tem que ser de incentivadora, de educadora, de levar os alunos a terem gosto pelo estudo e pela vida. Se o professor se dedicar somente a transmitir conhecimentos, ele nunca vai ser um educador. Só transmitir conhecimento não educa, não forma, não leva os meninos a serem mais felizes.

(Diva Floriano)

O papel da escola para mim é socializar [...] também dar instruções, dar conhecimentos, passar experiência acumulada.

(Magda)

A prioridade da escola é alfabetizar, pois a escola é o lugar privilegiado para tal, para trabalhar processo de aprendizagem. [...] junto com a família, a escola trabalha para formar cidadãos e encaminhar profissionais para o mercado de trabalho.

(Ana Odiléia)

Segundo as entrevistadas, a escola deve oferecer experiências que satisfaçam, ao mesmo tempo, os interesses do aluno e as exigências sociais. A escola deve se esforçar para estabelecer um clima favorável a uma mudança dentro do indivíduo, isto é, a uma adequação pessoal, consciente, crítica e criativa às solicitações do ambiente.

3.3.2 Prática pedagógica

A necessidade da inovação e de mudança da escola e da prática educativa aparece com grande realce no discurso pedagógico e político sobre educação.

No depoimento das diretoras entrevistadas, foi possível verificar que a preocupação ia além dos discursos. As diretoras percebiam a necessidade de uma mudança curricular.

A tentativa de mudança acontecia através de propostas mais reflexivas colocadas aos professores. Essas propostas eram colocadas como um caminho, tal como relata a diretora Jahel Torres:

Assumi a direção da Escola Estadual “Monsenhor José Paulino”, em 1972, tendo como pano de fundo os 150 anos da Independência, como cenário histórico do Brasil à época do governo Militar, em que o medo era a principal mola de tudo [...]. Havia um choque com tudo aquilo que eu queria fazer e existia no próprio país, era a época do medo e mesmo de vergonha. Nossa idéia era de que para educar era necessário uma educação conscientizadora, que levasse o educador a encarar o educando como sujeito do processo educacional, como um sujeito da própria história e, conseqüentemente, da história do país, até então o aluno era um mero objeto. A minha idéia foi criar na escola um ambiente democrático, oposto a tudo que vivíamos no cenário do país. Ali iniciamos um trabalho de liderança democrática, [...] esse trabalho que encontrava uma oposição no cenário político, [...] tudo o que acontecia dentro da escola era censurado, [...] estávamos sujeitos a grandes perseguições.[...] a escola tem que penetrar na comunidade, a escola tem que serrar seus muros [...] a gente foi vista com certa suspeita [...] certamente os detentores do saber, julgavam que ali estava a semente de uma educação transformadora, de uma educação que fosse parceira de um Brasil mais democrático, de um Brasil onde o ser humano fosse sujeito e não mero objeto dos poderosos. [...] entendíamos que o próprio ato

pedagógico não deixa ser um ato político, não político partidário, mas político no sentido de comprometimento com a comunidade. A escola não prepara e não educa um homem adestrado, ela educa um homem consciente, o que quer dizer, um homem tratado e situado na sua época.

(Jahel Torres)

As modificações metodológicas também ganham um espaço próprio.

[...] eu consegui fazer uma mudança bem radical na metodologia do colégio que, na época, era bem tradicional. Começamos a envolver os alunos no nosso projeto de educação, compartilhando com eles os nossos objetivos, o que trouxe uma revolta muito grande dos professores que costumavam impor suas idéias. Tivemos muitas reuniões. [...] pudemos fazer reformulação da metodologia e reformulação dos cursos. Nós apresentamos um trabalho em Belo Horizonte e eu levei vários professores comigo; eles foram apresentar as modificações que nós estávamos fazendo, na metodologia da escola [...] foram dar depoimento e demonstração do que faziam. Uma equipe da Secretaria de Estado da Educação estava presente no evento e uma delas chorou o tempo todo. Quando nós terminamos, se levantou, chegou e disse: “Vocês devem estar assustados de me ver chorando tanto, mais eu queria dizer que eu não pude me segurar, porque pela primeira vez, eu me convenci que a educação é possível”. Então nós ficamos felizes, recebemos prêmio, foi uma beleza!

(Maria Ivaneide)

As escolas criavam seus próprios métodos, e para suprir suas necessidades, trabalhavam com seus próprios recursos, para o que contavam, em muitos casos, com o compromisso parceiro dos professores, também envolvidos no processo de melhoria da qualidade da educação oferecida.

3.3.3 Formação

Para os entrevistados, a formação era vista como um grande diferencial, que ia além do êxito pessoal, chegando a ser considerada como um elemento diretamente relacionado ao êxito da própria escola na qual atuavam. Os depoimentos de Ivaneide, Jahel e Deolinda confirmam isso.

Fiz o curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia de Itajubá, a minha formação se deu num ambiente universitário de ponta; nós líamos Paulo Freire, Anízio Teixeira, Lourenço Filho, [...] eu via a postura de vários educadores e filósofos da educação e eu me encantava com tudo aquilo.

(Jahel)

Eu estava recentemente formada em Pedagogia; formei-me em Belo Horizonte. Minha irmã, como diretora da escola, me pediu para assumir uma sala de crianças repetentes na 1ª (primeira) série; tinha vinte e poucos alunos que não conseguiam ler. Eu tinha algumas técnicas inovadoras e fiz muita coisa para tirar as crianças da 1ª série. Comecei a traçar planos olhando para a carinha deles. Eu passava a tarde inteira e parte da noite preparando minhas aulas, tinha um caderno para cada criança, porque cada um era diferente do outro, [...] quando foi lá para o mês de agosto, estourou uma pipoca, uma criança leu [...] e chorei feito uma criança. Cada criança que ia desabrochando eu tinha uma surpresa, uma alegria, um agradecimento a Deus. Assim foi até o final do ano letivo, todos os alunos estavam lendo corretamente.[...] No Natal, os pais levaram muitos presentes para mim. Presente de criança de roça: um saco de arroz, meio saco de feijão, um tanto de frango, meu quintal ficou cheio. Tive um Natal muito feliz [...]

(Deolinda Nogueira)

[...] fui para Belo Horizonte estudar no Instituto de Educação, fiz um curso sobre pré-escolar. Então, eu trouxe de lá uma metodologia capaz de atender às crianças nessa idade [...], fomos desenvolvendo um trabalho, experimentando e formando uma prática, a partir da experiência do dia-a-dia. Depois, iniciei o estudo de Jean Piaget, teoria de Jean Piaget, porque me interessava muito e com isso eu pude entender melhor a cabecinha das crianças nessa fase. A escola era muito boa, embora fosse uma escola estadual. Lá estudava muita gente da classe alta, era muito procurada, as vagas não eram suficientes para atender toda as crianças.

(Maria Ivaneide)

As novas exigências da sociedade contemporânea, em constante processo de mudança, demandam novas formações. Em razão disso, é indispensável o investimento pessoal na formação.

3.3.4 Fatos marcantes

O processo de recordar é bastante diferente quando ouvimos diversas pessoas, variando, de pessoa a pessoa e conforme o momento em que ocorreu o fato, a importância que se deu ao acontecimento. Em cada esforço de lembrança, o passado foi reconduzido, atualizado, revelando as formas mais significativas para cada diretora entrevistada e mostrando a relação única e peculiar estabelecida com seu próprio passado. Para Halbwachs (1993) e Bosi (2006), reenfatizamos, a memória não é sonho, é trabalho, e lembrar não é reviver, mas refazer o percurso, repensando e reconstruindo, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado.

[...] havia crianças que chegavam na escola machucadas e eu ia pessoalmente à casa delas ver o que estava acontecendo. Eram crianças mantidas trancadas dentro de casa, os pais saíam para fazer trabalhos “evangélicos”, [...] então eu tinha que tomar

providências. [...] Teve um caso que me comoveu demais: uma tarde depois do término as aulas, fui até a casa de uma criança que estava faltosa; a criança estava sozinha, amarrada numa corrente sentadinha numa sala, brincando com um caminhãozinho. Aquele caso me chocou profundamente [...] procurei imediatamente o promotor de justiça, que era na época Dr. Carlos Brandão. O promotor foi lá e tirou a criança dos pais [...] ela era muito maltratada [...] tinha apenas oito anos. Outro fato marcante foi de um aluno que morava no Cristal, um bairro de Pouso Alegre; ele começou a apresentar problemas na escola, [...] eu procurei saber o que estava acontecendo com esse menino, [...] ele foi conversar comigo e fiquei sabendo que a mãe dele, [...] morava com o assassino do pai [...] que o menino era maltratado [...], tive que achar a mãe [...] falar com ela. Ela continuou morando com aquele homem porque depois a criança saiu da escola. [...] foi uma coisa que me marcou muito, porque fiquei com muita pena do menino [...], ele estava no direito dele de não aceitar o assassino do seu pai.

(Terezinha)

[...] nós plantamos no pátio duas árvores de carvalho e uma de pau-brasil; elas cresceram, [...] depois de um tempo, [...] em um período de férias alguns funcionários da prefeitura entraram no pátio da escola e cortaram as árvores [...], disseram que cortaram para fazer uma extensão do pátio, [...] não sei o que eles pensavam [...] as árvores eram um patrimônio da escola. Para falar a verdade, depois disso eu nunca mais vi uma árvore de pau-brasil plantada em lugar nenhum, [...] eu fiquei muito aborrecida [...], este fato eu não vou esquecer nunca [...].

(Diva)

Eu vou contar um fato marcante: quando a Dona Celina começou lá como inspetora ela era muito exigente. No início a gente ficou com um pouco de medo, ela ajudou muito a gente. Nosso trabalho

era muito sério, nós não escondíamos nada. Eu me lembro na época as escolas aceitavam as crianças com menos de 7 (sete) anos para a primeira série sem atestado da psicóloga. Nós não aceitávamos, a não ser que os pais levassem o atestado.

(Ana Abdala)

Na análise das entrevistas, ficou evidente que os alunos eram considerados aspectos de referência para as diretoras:

[...] pela Escola Estadual “Monsenhor José Paulino” passaram muitos alunos que se projetaram na história de Minas Gerais e do Brasil; isto era um orgulho muito grande para mim.

(Jahel)

A escola “Dr. Delfim Moreira” chegou a ser a melhor escola de Santa Rita do Sapucaí, mesmo sendo uma Escola Estadual [...] Era uma escola que os alunos iam fazer vestibular para estudar na Escola Técnica de Eletrônica e brilhavam, até alunos da sétima série iam fazer para ver como estavam e passavam. A Escola Técnica de Eletrônica era e é uma escola muito conceituada, na época vinha gente de todo o Brasil estudar lá, o vestibular era muito difícil, vinha gente até do exterior fazer o curso Técnico de Eletrônica lá.

(Ana Abdala)

Alguns diretores referem a oportunidade de acompanhamento (das mais variadas formas) como decisiva para o bom andamento das escolas em que atuavam. Extrapolando suas jornadas de trabalho, recepcionando os alunos na chegada e despedindo-se deles na saída, acompanhando, em parceria com os colegas, as atividades dos professores mais ausentes, acompanhando os alunos no recreio, enfim, permanecendo ao lado dos alunos sempre que possível.

Em uma das reuniões com os professores, eles me pediram que eu não aceitasse os alunos na diretoria. Então respondi: tudo bem, eu vou pôr a minha mesa e o meu material no pátio para que eu esteja junto dos alunos [...] é o aluno o foco da educação, é através dele que nós vamos fazer o nosso trabalho [...], de acordo com as necessidades dele.

(Maria Ivaneide)

Eu me preocupava muito com os alunos que não podiam ter uniforme, nós dávamos desde o tênis até a merenda, cadernos e lápis.[...]. Eu fazia tempo integral na escola, almoçava na cantina para não ir em casa. Eu subia umas 20 vezes por dia, eram muitos alunos e para acompanhá-los bem de perto não era nada fácil.

(Leyde)

Minha mãe reclamava porque eu não tinha tempo para ela, só para as crianças [...] eu funcionava também como assistente social, eu creio. Quantas vezes eu deixei a aula espichar, porque estava chuvoso, outras vezes, armando muita chuva, eu me preocupava muito, e pensava: como estas crianças vão embora caminhando serra acima [...] meninos de primeira série tinham que andar a pé de três a cinco quilômetros.

(Deolinda)

Um dos destaques da Lei 5.692/71 foi a ampliação da chamada educação obrigatória, estendendo-a até a 8ª série do 1º grau.

Quando! Não me lembro bem o ano, fui dar pela coisa que a gente precisava estender as séries [...] Senador José Bento, era uma cidadela, foi o primeiro local que nós conseguimos extensão de séries de quinta a oitava série. Nós dependíamos da Delegacia de Ensino de Itajubá,[...] enquanto estávamos montando o projeto para extensão de série íamos muito até a Delegacia de Ensino. Um

dia percebi que elas estavam segurando o processo, então falei para uma funcionária chamada Marina: vocês estão prendendo o nosso projeto porque vocês acham impossível uma cidade como Senador José Bento ter de quinta à oitava série? Vou te dizer uma coisa, Marina, meu marido é prefeito, é uma das metas dele também, ele não vai desistir. É melhor vocês autorizarem porque [...] meu marido tem boas amizades em Belo-Horizonte e ele falou: se não sair por aqui, vai sair por lá.[...] Aí conseguimos. Foi uma luta muito grande [...] foi muito difícil para conseguir.

(Deolinda)

Na Escola Estadual “Monsenhor José Paulino” só tinha até quarta série primária, [...] fui apresentada para o Governador de Minas Gerais Dr. Tancredo Neves. Quem me apresentou foi o queridíssimo Dom José D’Ângelo Neto, bispo de Pouso Alegre que foi um pai para mim, ele era amigo de Tancredo Neves. E fizemos a reforma do prédio da escola, construímos quatro salas de aula e fizemos a extensão de série, até oitava série, tudo isto era um meio para trazer o povo para a escola.

(Jahel)

[...] eu fazia questão de ter tudo para proporcionar àquelas crianças tão carentes. Crianças do turno da manhã, voltavam para tomar sopa no período da tarde; foi um trabalho gratificante, muito gratificante [...] depois eu implantei na escola de 5ª(quinta) à 8ª(oitava) série [...] pude dar maior assistência para aquelas crianças.

(Terezinha Alves)

Para garantir o alcance dos objetivos educacionais e para superar as dificuldades, é indispensável ao diretor escolar a visão da complexidade da escola, do cumprimento da legislação vigente, da totalidade das suas funções, da sociedade e do mundo.

3.3.5 Pontos comuns

O trabalho com memória, com a arte de lembrar e de recordar, é gratificante, belo, a todo instante tocado pela emoção. Ao mesmo tempo desafia o pesquisador a usar de maestria, como no desmanchar de uma peça tricotada com delicados fios e tecida em tempos idos.

No percurso do desmanche, ao se explicar as relações interpessoais, coisas e fatos ocorridos dentro das escolas, os quais reúnem um repertório infinito de lembranças individuais e grupais, recompõe-se toda a trajetória, vencendo o desafios da arte de lembrar e recordar.

Nos depoimentos das diretoras entrevistadas, observou-se que elas tinham histórias comuns, matizadas por momentos de alegria e de dor que, por muito tempo, ficaram guardados, principalmente aquelas que foram exoneradas por perseguição política.

A maioria delas pertencia à classe média; iniciaram sua carreira de educadoras como professoras, fizeram o Curso Normal em Colégio Religioso, muitas delas no Colégio das Irmãs Santa Dorotéia, em Pouso Alegre (onde também estudou a pesquisadora). Todas tinham curso superior e eram pedagogas; muitas estudaram no Instituto de Educação em Belo Horizonte, ingressaram e saíram da função de diretoras por influência política. Todas se sentiam envaidecidas por terem sido diretoras de Escolas Públicas Estaduais, trabalharam com muito afinco, tinham prazer em fazer o que faziam e consideravam a merenda escolar como um dos problemas mais agravantes. Grande parte delas empenhava-se na formação de fanfarras como estímulo para os alunos e forma de demonstrar aos pais o compromisso que tinham em desenvolver uma educação mais completa. Os auditórios, as festas juninas, os uniformes e instrumentos de fanfarra foram elementos simbólicos usados pela maioria delas.

As peças de teatro, os festivais de músicas, o concurso da “Rainha dos Estudantes”, as Coroações de Nossa Senhora no mês de maio (entre outros) eram eventos de valor notório, de divulgação social e pedagógica, faziam parte do calendário da escola e da proposta política pedagógica. Tais eventos, geralmente, eram organizados por professores e especialistas (supervisores e orientadores) com

o acompanhamento atencioso da diretora. Tudo era feito com muito rigor e entusiasmo por parte de todos. O coroamento desses momentos sempre resultava numa integração escola, família e sociedade. De grande parte desses eventos, a pesquisadora foi testemunha ocular.

No percurso da análise, nos relatos das diretoras, entre outros pontos comuns, ganhou realce a preocupação que a maioria delas tinha com o prédio, (construir, ampliar, reformar), o que demonstra uma busca da identidade da instituição educacional que administravam.

[...] foi uma luta muito grande no tempo da construção da escola, foi muita falta de dinheiro, muita dificuldade [...] se eu precisasse de um prego, eu tinha que vir buscar em Pouso Alegre, porque em Senador José Bento não tinha nada, só tinha duas vendas lá, [...] muito precária mesmo.

(Deolinda)

[...] ficava longe a escola, a gente ia a pé. Naquela época a escola funcionava em uma casa alugada [...] eu sempre fui muito idealista graças a Deus [...] depois de cinco anos construí o prédio novo [...] foi o governador Magalhães Pinto que ajudou.

(Martha Toledo)

Para Werle (2004, p. 112), o prédio escolar é elemento relevante na busca da identidade da instituição. Diz o autor:

Um dos espaços de demarcação das instituições frente às demais é o prédio. O prédio escolar é um elemento importante na busca da identidade da instituição educacional, funcionando como agente físico ativo na subjetividade e materialidade da cidade. Expressa uma visão de funcionalidade institucional presente no momento em que foi erigido, trazendo um fardo de histórias pelas relações e vivências construídas em seu interior e arredores.

Diva Floriano relembra alguns aspectos do prédio escolar:

[...] antigamente eles consideravam a diretora como dona da escola, a responsável pela escola [...], a escola exige muito, inclusive a parte física [...] a estrutura vai deteriorando com o tempo. Era uma escola antiga e com muitos problemas na rede elétrica, goteiras [...], a gente mandava ofício para a Secretaria de Estado da Educação em Belo Horizonte, uma cidade muito longe [...] pedia recursos para melhorar a parte física da escola [...] era muito difícil, a gente tinha que trabalhar sozinha com aquilo que conseguia, a secretaria não dava muito recurso [...]

(Diva Floriano)

O que significa escutar e documentar as narrativas de ex-diretoras? Significa captar o registro da trajetória de vida, em épocas históricas permeadas por grandes desafios. Benjamim (1994, p. 200) afirma que a natureza da verdadeira narrativa constitui-se de uma norma de ensinamento, um provérbio, um conselho. "Mas se dar conselho hoje parece antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros". E ainda explicita que o ato de aconselhar não está colocado no sentido moral, do certo e do errado, e sim, no tecido da substância da experiência: a sabedoria. Nesse sentido, Diva Floriano narra o que significa compartilhar sua trajetória profissional como diretora pública:

Eu acho isso muito importante, muitas vezes eu encontro com ex-alunas, eu fui professora de Administração Escolar, sempre aconselho a diretora nunca ficar isolada numa secretaria, e eu acho que elas têm necessidade desse trabalho de diretora, é muito importante, mas desde que não seja diretora de secretaria, diretora fechada em diretoria. [...] Eu nunca disse assim: a minha escola nem minhas professoras, porque elas não eram minhas professoras, elas eram trabalhadoras junto comigo [...].

(Diva Floriano)

Por outro lado, na abordagem da história, reconheceram-se as diretoras como consultoras de sentidos e significados sobre fatos e experiências do mundo vivido.

É na interação com estas personagens que se concretiza, dinamiza e recria um trabalho educacional.

As narrativas, as memórias e as lembranças são maneiras de construirmos e registrar a vida pessoal e profissional de cada diretora entrevistada.

Seguem, adiante, quadros-síntese dos dados pessoais e profissionais das diretoras entrevistadas.

Diretor Entrevistado	Formação Profissional	Escola em que atuou como diretora	Atividades relevantes	Subjetividade e situação atual
Ana Odiléia dos Reis	Magistério do Colégio Santa Dorotéia de Pouso Alegre-MG). Formada em Administração Escolar na Faculdade de Filosofia de Três Corações-INCOR-MG. Supervisão Escolar na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guaxupé-MG. Formada em Direito na Faculdade de Direito do Sul de Minas Pouso Alegre.	E.E. "Mendes de Oliveira" (Congonhal MG) Educação Infantil Curso Primário 5ª à 8ª série Ensino Médio. Escola Particular de Congonhal 2º grau.	O incentivo para que os profissionais de educação buscassem o aprimoramento das suas funções.	Procurei desenvolver uma gestão administrativa e pedagógica. Posso citar como realizações o incentivo para que os profissionais da escola se aprimorassem em cursos superiores e a preocupação em manter estoque de merenda e material escolar para alunos e professores. Atualmente, exerço a função de advogada.
Ana Abdala	Administração Escolar, Extensão em Administração e Legislação Escolar. De 2005 a 2008 exerceu a função de diretora em escola particular de Educação Infantil.	E.E. "Dr. Delfim Moreira"- Ensino Fundamental (Santa Rita de Sapucaí- MG). Curso Primário e 5ª à 8ª série.	A luta para implantar um trabalho sério na Escola, chegando esta a comemorar 90 anos, destacando-se através de alunos, entre eles, o Ministro Reseck.	Foi um trabalho de muita luta.Fazíamos uma jornada por amor e não de horas trabalhadas. Meu trabalho era sempre visando ao bem do aluno e dos professores. Aposentada.

Quadro 1 – Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Ana Odiléia e Ana Abdala)

Diretor Entrevistado	Formação Profissional	Escola em que atuou como diretora	Atividades relevantes	Subjetividade e situação atual
Deolinda Nogueira dos Santos	Magistério Escola Normal Santa Dorotéia – Pouso Alegre – MG. Pedagogia (Instituto de Educação Belo Horizonte – MG).	E.E. “Senador José Bento” - (Senador José Bento- MG). Educação Infantil e Curso Primário. 5ª à 8ª série. E.E. “Geraldina Tosta (Pouso Alegre- MG.)	Implantação da extensão de série e a construção do novo prédio em Senador José Bento. Atuou na Secretaria de Educação do Município de Senador José Bento durante 11(onze) anos. Profª na Faculdade de Ciências e Letras de Pouso Alegre, atualmente Universidade Vale do Sapucaí- UNIVÁS.	Sentia emoção com cada criança que chegava e chorava com cada uma que lia. Tive muita dificuldade em organizar o quadro de professores, por isso incentivei as meninas de Senador José Bento a se formarem para trabalharem na extensão de série. Alegro-me em encontrar e ser abraçada como uma mãe por ex-alunos que hoje são doutores. Aposentada.
Diva Floriano Carvalho	Curso de Pedagogia Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itajubá- MG Direito na Faculdade de Direito do Sul de Minas-Pouso Alegre-MG Administração e Extensão em Legislação Escolar.	E.Estadual “Hermantina Beraldo” Educação Infantil Curso Primário E.E. “Presidente Arthur da Costa e Silva” (antigo Polivalente) Curso Primário 5ª à 8ª série Ensino Médio.	A preservação do velho piano da Escola, o valor do patrimônio da Escola, inclusive as árvores de pau-brasil. Profª na Faculdade de Ciências e Letras de Pouso Alegre, atualmente Universidade Vale do Sapucaí – UNIVÁS.	Trabalhei muito e com carinho para melhorar a merenda das crianças, pois eram carinhosas e carentes de atenção. Sinto- me feliz porque as pessoas se lembram de mim como diretora. Aposentada.

Quadro 2 – Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Deolinda e Diva)

Diretor Entrevistado	Formação Profissional	Escola em que atuou como diretora	Atividades relevantes	Subjetividade e situação atual
Jahel Torres Brandão	Curso de Magistério (Escola Normal Santa Dorotéia-Pouso Alegre- MG) Pedagogia– Faculdade de Ciências e Letras de Itajubá-MG) Curso Superior de piano (Instituto Musical Dr Gomes Gordini – Campinas – SP)	E.E. “Monsenhor José Paulino” -Pouso Alegre- MG Educação Infantil Curso Primário 5ª à 8ª série Ensino Médio	Secretária Municipal de Educação (Pouso Alegre- MG) Professora da Faculdade de Ciências e Letras de Pouso Alegre, atualmente Universidade Vale do Sapucaí- UNIVÁS.	O meu ideal era criar na escola um ambiente democrático contrário a tudo que vivíamos no cenário do país; era preciso iniciar um trabalho de liderança, sair dos muros da escola e integrar na comunidade. Aposentada.
Leyde Moraes Guimarães	Magistério- Escola Normal de Ouro Fino-MG. Metodologia e Didática no Curso de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte- MG. Cursos de Arte e Desenho em Belo Horizonte -MG. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia e Letras de Ouro Fino-MG. Habilitação em Administração Escolar.	Escola Normal Oficial de Ouro Fino. Educação Infantil 5ª à 8ª série, Ensino Médio.	Criação do Curso Profissionalizante de Patologia Clínica, dedicação especial pelo Curso de Magistério, as salas -ambiente. Orgulho pelo bem montado laboratório, pela biblioteca, fanfarra e o prédio novo da Escola.	A minha dedicação e meu amor pela escola deixaram marcas que os ex-alunos e professores se orgulham até hoje. Sou Membro Efetivo da Academia Ouro-finense de Letras e Artes e da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia. (ASBRASP) Colaboro com a Gazeta de Ouro Fino com pesquisas históricas. Aposentada.

Quadro 3– Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Jahel e Leyde)

Diretor Entrevistado	Formação Profissional	Escola em que atuou como diretora	Atividades relevantes	Subjetividade e situação atual
Maria Ivaneide Fonseca	Magistério - Escola Normal Santa Dorotéia – Pouso Alegre - MG Pedagogia - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Itajubá – MG. Especialização: Teoria de Piaget- UNICAMP- Campinas-SP.	E.E. “Monsenhor Mendonça” (por 5 anos) Educação Infantil. E.E. “Dr. José Marques de Oliveira” (por 5(cinco) anos) Curso Primário 5ª à 8ª série Ensino Médio e Profissionalizante Magistério e Contabilidade	A inserção da Metodologia de Piaget na Educação Pré-Escolar em Pouso Alegre.	Tenho consciência de que trabalhei sempre pela educação, mesmo como voluntária no Projeto Amar que atualmente coordeno como Diretora (assistência às meninas carentes de 10 a 16 anos) desde 2004 até a presente data. Aposentada
Terezinha Rita Alves	Pedagogia em Belo Horizonte –Minas Gerais.	E.E. “Professor Ladislau”- Pouso Alegre- Minas Gerais Educação Infantil Curso Primário e de 5ª à 8ª série.	Extensão de série 5ª à 8ª série. Inspetora Escolar da 37ª Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre	Preocupava-me em dar assistência às crianças carentes da minha escola, localizada na periferia. Sou Acadêmica em Filosofia na Faculdade Católica de Pouso Alegre-FACAPA- Minas Gerais. Aposentada.

Quadro 4– Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Maria Ivaneide e Terezinha)

Diretor Entrevistado	Formação Profissional	Escola em que atuou como diretora	Atividades relevantes	Subjetividade e situação atual
Martha Hermelinda Toledo	Magistério-Colégio Santa Dorotéia – Pouso Alegre-MG. Administração Escolar no Instituto de Educação em Belo Horizonte-MG.	Escola Vinícius Meyer “Educação Infantil E Curso Primário Superintende da 37ª Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre-MG	Construção do novo prédio da E. E. Vinícius Meyer. Superintendente Regional de Ensino –37ª Pouso Alegre	Sempre fui muito idealista, graças a Deus, fazia o possível para as crianças gostarem da escola. Então em todos os cargos que ocupei, procurei fazer o bem para as professoras e para os alunos.
Magda Kersul de Brito	Magistério(Escola Normal Santa Dorotéia-Pouso Alegre- MG) Pedagogia (Faculdade de Ciências e Letras de Itajubá-MG) Curso Específico para Professores de Escola Polivalente – Belo Horizonte. Curso de Direito - (Faculdade de Direito do Sul de Minas-Pouso Alegre-MG) Mestrado em Direito Civil- PUC- São Paulo	E.E. Presidente Arthur da Costa e Silva Curso Primário 5ª à 8ª série.	Apresentações da Escola para que esta conquistasse o respeito e admiração da comunidade e do Centro Comunitário, destacando-se nos estudos, esportes e na fanfarra.	Eu acho que a coisa que mais me trouxe retorno é o amor e a dedicação a todos os alunos, o que até hoje me deixa muito feliz. Atuo como Juíza do Trabalho em São Paulo, Capital.

Quadro 5– Dados informativos – Diretoras entrevistadas (Martha e Magda)

Sabemos que o diretor não é o único agente no complexo escolar e seu papel, porém, é determinante, seu desempenho implica em dirigir num contexto, considerando os alunos, os professores, funcionários e uma cultura escolar que permeia as ações de todos.

Libâneo (2001, p.119) mostra-nos que:

Dirigir uma escola implica conhecer bem seu estado real, observar e avaliar constantemente o desenvolvimento de processo de ensino, analisar com objetividade os resultados, fazer compartilhar as experiências docentes bem sucedidas.

As diretoras entrevistadas tinham clareza de que desempenhavam uma função difícil, pois tinham cautela e atenção em conhecer bem e constantemente o desenvolvimento do processo de ensino que acontecia em sua escola. Preocupavam-se para que uma relação calorosa fosse dedicada a cada pessoa.

3.4 Lembranças e Relembrações de um Tempo Educacional

A utilização dos relatos orais não é algo novo e nem livre de questionamentos ou imprecisões, contudo, sua utilização como fonte de informação vem, ao longo do tempo, configurando-se como uma importante ferramenta para desvendar interações sociais e formação de identidade coletiva e individual. Como afirma Queiroz (1987, p. 2), “através dos séculos, o relato oral constituirá sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, a maior fonte de dados para as ciências em geral”

Meihy (2005), em sua obra *Manual de História Oral*, dá-nos sustentação para abordar as questões da história oral, assim como suas implicações com o que já passou, considerando passado como um processo inacabado, contido no presente. Para o autor, a história oral é reconhecida como parte integrante das tendências historiográficas contemporâneas ou da história do tempo presente, com a capacidade de colocar elementos novos à disposição de todos que interessarem a fazer uma leitura da sociedade.

Meihy (2005, p. 19) elucida sobre a história oral:

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança do conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a seqüência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem.

Assim sendo, o relato oral está na base de obtenção de toda informação, antecedendo a outras técnicas de obtenção e conservação do saber: a palavra parece ter sido senão a primeira, uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal.

Convergindo, Thompson (1967) fala-nos das primeiras sociedades pré-letradas, onde tudo tinha de ser lembrado, desde as destrezas manuais às leis, dimensões territoriais, estações do ano, as falas etc. E que a importância de algumas tradições orais resultou também em sistemas confiáveis para a sua transmissão de uma geração para outra, com distorção ínfima.

Ao longo do tempo, muitas sociedades têm construído seus modelos de significação e transmissão de suas verdades através do relato oral. Na Grécia Arcaica, poemas declamados em praça pública tinham por função a construção das verdades e transmissão do passado.

A palavra comemorava as proezas dos humanos e, ao mesmo tempo, transmitia saberes dos deuses. Na cultura tribal, os contadores de histórias ainda possuem lugares de destaque. O mesmo acontece nas tribos indígenas brasileiras e se integrou ao dia-a-dia do povo brasileiro.

Nesse mesmo sentido, Thompson deixa claro que a construção e a narração de memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constroem um processo social ativo que exige ao mesmo tempo arte e engenho, aprendizado com os outros e vigor imaginativo, e que as narrativas são utilizadas, sobretudo, para caracterizar as comunidades e os indivíduos, bem como para transmitir suas memórias e valores sociais.

Com a invenção e consolidação da escrita, o relato oral foi aos poucos relegado a um segundo plano, no que tange à preservação e transmissão dos conhecimentos adquiridos, destacando-se nas sociedades ocidentais. Entretanto, no Brasil, a narrativa constitui uma grande fonte de transmissão do saber, pois: “a narrativa oral é a forma tradicional de transmissão do saber na cultura africana, fato que permanece nas comunidades afro-brasileiras” (SINSON, 1988, p. 89).

Ao preservarmos as lembranças dos espaços públicos, também estaremos preservando a história e identidade do grupo social e, com isso, afastaremos a sombra da morte e com ela o esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é este um caminho interessante, o de tentar compreender uma trajetória no sentido inverso do que é o ciclo de uma vida, isto é, ter o seu final como ponto de partida?

Sueley Kofes

Através das narrativas memorialísticas dos diretores das escolas públicas da 8ª Superintendência Regional de Ensino de Itajubá, no período de 1960 a 1980, pode-se relacionar sua história de vida e a reflexão da sua parte pedagógica.

Não se prescindiu, no entanto, considerar-se sua subjetividade, ou seja, a visão que cada um desses gestores possuía do mundo a sua volta, os paradigmas nos quais pautavam suas ações e a construção de seus valores e ideais.

Através do conhecimento do contexto histórico em que atuavam, algumas análises acerca de suas memórias, os percalços, as dificuldades e os conflitos nos levaram a refletir que seus anseios, às vezes beirando a utopia, sempre alicerçavam-se no ideal educativo.

Muitos esquecimentos, deslizos, reticências e silêncios revelaram os sentidos que ficaram resguardados pela tradição político-pedagógica do cargo que ocupavam ou pela falta de oportunidade e abertura de se deixarem revelar-se ao enredo de suas próprias trajetórias.

Ao conhecer o trajeto de construção e reconhecimento destes gestores, percebeu-se, através de suas narrativas, ora prazerosas, quando se envaideciam com suas conquistas, ora dolorosas, quando refletiam a perseguição política, a injustiça e a desconsideração de seu próprio valor como profissional.

Em Minas Gerais, como em muitos lugares do País, a prática educacional, para a escolha dos dirigentes nas escolas, era a indicação política, sem qualquer consulta ou participação da comunidade escolar.

Para superar as limitações do processo de indicação dos diretores “de cima para baixo”, Minas Gerais adotou seleção competitiva através de concursos seguida de eleições internas pela comunidade escolar.

Pode-se encontrar também, entre as entrevistadas, algumas semelhanças, pois o modo burocrático de gerenciar, advindo da política educacional do período pesquisado, 1960- 1980, leva-nos a perceber através dos depoimentos que todas se preocupavam em cumprir suas funções, em obedecer a legislação vigente, assim como concretizar as tarefas administrativas advindas das exigências burocráticas superiores. Apesar de demonstrarem o poder da política educacional, as entrevistadas sentiam-se envaidecidas pela organização e disciplina de suas escolas, em cujo cotidiano a aprendizagem realizava-se de maneira séria e comprometida com os objetivos propostos.

O "modus operandi" destas diretoras, embora algumas o fizessem sem resistência e questionamentos, pode contribuir para que novos gestores possam refletir práticas em Escolas Públicas atuais.

Por meio dos dados coletados nas entrevistas com as diretoras das Escolas Públicas de Minas Gerais, pertencentes à Superintendência Regional de Ensino de Itajubá, verificou-se que as dificuldades encontradas dizem respeito à escassez de recursos materiais e financeiros para manutenção da estrutura do prédio, uniforme, merenda, falta de material didático, devido à burocracia excessiva na prestação de contas, a distância entre a Escola e a Secretaria de Educação (Belo Horizonte), como também da Superintendência Regional de Ensino de Itajubá, ocasionando inúmeras viagens.

Apesar das dificuldades encontradas nesta trajetória educacional, a experiência administrativa dessas mulheres foi marcada pelo compromisso com a educação, trazendo lembranças positivas quanto ao ideal educativo e ao seu espírito de liderança. Um dos empenhos destacados por todas é em relação aos cuidados com as crianças, reconhecendo-se como responsáveis pelas necessidades materiais, educativas, afetivas e culturais.

O desenvolvimento do espaço conquistado pelas mulheres possibilitou avanços nas funções do sistema escolar, assumindo lugares ocupados pelos

homens, demonstrando poder de mando, de administração e de domínio da arte de congregar. Estas administradoras mulheres acreditam que puderam contribuir significativamente para a transformação social, pois o trabalho administrativo desenvolvido na escola, segundo suas narrativas, desenvolveu-se com consciência crítica e capacidade criativa, envolvendo todo o seu cotidiano profissional e familiar.

Nos relatos das diretoras entrevistadas, pode-se reconhecer a gama enorme de tarefas que lhes atribuíam não só pelo atendimento aos alunos, professores e funcionários, mas à burocracia para o cumprimento de demandas dos órgãos governamentais quanto à legislação e manutenção financeira da escola.

A pesquisa tornou-se, portanto, um meio e um fim para as entrevistadas um meio de colocar em dia suas emoções, frustrações, vitórias, erros e acertos na direção das escolas públicas; um fim, pois muitas destas almejavam, há muito tempo, serem atores da história educacional, na qual supunham que ninguém ainda lhes desse chance.

Diante da realidade vivenciada e rememorada pelas entrevistadas de nossa pesquisa, sem generalizar os depoimentos, mas utilizando-os como ponto de reflexão e estímulo a novos estudos, chamamos a atenção para profissionais da educação sobretudo dos gestores atuais, para que atentem para as experiências de vida atribuídas, e as lembranças das diretoras, pois podem ser de grande valia no trabalho educacional de hoje, de forma especial para os condutores da educação.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Verena. **Ouvir e contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro/RJ: FGV, 2004.
- ATLAS Escolar, Histórico, Geográfico do Município de Itajubá. Itajubá/MG: s.n., 2001, p. 24-25
- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. São Paulo: Nova Cultura, 1971. Coleção Os Pensadores.
- BENJAMIM, Walter. O narrador. In: LESKOV, Nikolai. **Magia e técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação corpo e espírito. Tradução por Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.
- _____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- BRASIL. **Lei Federal nº. 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em 20 maio 2009.
- _____. **Lei Federal nº. 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em 20 maio 2009.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988.
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes 1996. v. 1.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1993.

IZQUIERDO, Iván. **Questão sobre memória**. Porto Alegre: Unisinos, 2004a.

_____. **A arte de esquecer**: cérebro, memória e esquecimento. Rio de Janeiro/RJ: Vieira & Lent, 2004b.

_____. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia/GO: Alternativa, 2001.

LUCCHESI, Marta Abrahão Saad. O diretor da escola pública, um articulador. In: ALONSO, Myrtes (Org.). **O trabalho docente**: teoria & prática. São Paulo: Pioneira, 1999.

LUCK, Heloisa. Perspectiva da gestão escolar e implicação quanto à formação de seus gestores. **Revista Em Aberto**. Brasília, v. 17, n. 72, fev./jul., 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer como pensar. São Paulo: Contexto 2005.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº. 869, de 5 de julho de 1952**. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/servidores/cadastro_funcional/legislacao/lei_869.html>. Acesso em 20 maio 2009.

MOURÃO, Correia Krügger Paulo. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NISKIER, Arnaldo. **Administração escolar**. 4. ed. São Paulo: Tabajaras, 1972.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4.ed. Campinas/SP: Editor, 1997.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro/RJ, v. 2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alexandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

QUEIROZ, Maria Izaura de. Relatos orais: do "indizível ao dizível". **Ciência e Cultura**, São Paulo, CERU-USP, 1987.

SCHOLZE, Lia; ALMEIDA, F. José de; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de (Orgs.); GENRO, Tarso et al. Brasília/DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. p. 7-10.

SINSON, Olga de Moraes Von (Org.). **Experimento com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

SOARES, Magda. **Metamemória – memórias**: travessia de uma educadora. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Cristiano de. **A Escola e a memória**. Bragança Paulista/SP: CDAPH – IFAN, 2000.

THOMPSON Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1967.

VILA NOVA, M. (Org.). **El poder em la sociedade**: história y frente oral. Barcelona: Ontori Bosch, 1986.

WERLE, Flávia O. C. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel (Orgs.). **Fontes, história e hitoriografia da educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALONSO, Myrtes. **O papel do diretor na administração escolar**. São Paulo: Difel, 1976.

ALBERT, Verena. **História Oral a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

DREIFUSS, René Armand: **1964 - a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Armadilhas da memória e outros ensaios**. São Paulo: Ateliê, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FONSECA, Selma Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília/DF: Plano; Pesquisa em Educação, 2002.

GUSMÃO, Emery Marques. **Memória de quem ensina a História**. São Paulo: UNESP, 2004

HUTMACHER, Nalo. A escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento. In: Nóvoa, Antônio (Coord.). **As organizações escolares em análise**. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999. p. 45-76.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LOURENÇO Filho, Manuel Bergström (1897). **Organização e administração escolar: curso básico**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

MELLO, Guiomar Ramo de; SILVA, Rose Neubaner da. Seleção competitiva de diretores: estudo de caso de uma inovação educacional no Brasil. **Estudo em Avaliação Educacional**. São Paulo, n. 10, p. 7-45, jul./dez. 1994.

PARO, Victor. **Administração escolar: introdução crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Saraiva, 1983.

Severino, Antônio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

VARGAS, Glaci de Oliveira. **O cotidiano da administração escolar**. Campinas/SP: Papyrus, 1993.

APÊNDICE "A" – ENTREVISTA COM AS DIRETORAS DE ESCOLA

1 ANA ABDALLA

Meu nome é Ana Abdala, comecei a minha vida profissional na Escola Estadual “Dr. Delfim Moreira” em Sta. Rita do Sapucaí, fui professora primária, acumulava cargo dando aula de Educação Moral e Cívica na Escola Estadual “Sinhá Moreira”. Quando foi para assumir a direção da Escola Estadual Dr. “Delfim Moreira”, tive que optar ficando só com cargo de diretora; isto foi em 15 de novembro de 1975. Eu já havia substituído por quatro meses a diretora Maria da Glória Melo Guersoni, em período de férias-prêmio. Quando aceitei ser diretora, era bastante jovem ainda e uma das professoras antigas disse para mim, “você pegou um rabo de foguete”, quando substituí quatro meses; foi um período muito difícil que era o centenário do “Dr. Delfim Moreira” e as comemorações eram muitas; tivemos exposições, apresentações de palco, desfile etc. Talvez seja esse o sentimento do rabo de foguete que a colega falou. Na época, eu era muito nova, era ingênua. Antes de ser diretora fui tesoureira, eu já ia para Belo Horizonte levar os papéis da escola. Em uma das idas a Belo Horizonte para receber uma verba, eu precisava de alguém para assinar um papel para mim; precisava comprovar alguma coisa, não me lembro bem. Não conhecia ninguém lá; saí à procura e nisso passou uma senhora e eu pedi a ela, expliquei: eu preciso de alguém para assinar um papel para mim assim...assim. Ela aceitou, me emocionei gritando, eu encontrei a pessoa! eu acho que Deus esteve sempre presente no meu caminho. Porque este fato não é comum, não existe, era início da minha vida profissional. Eu acho que durante toda a minha vida na escola Deus esteve sempre presente. A ajuda de Deus era constante. Quando assumi a direção, eu tinha duas colegas que diziam: “Ana, vai pegar a escola, você pega a direção e nós vamos trabalhar para fazer o bem para essa criançada. A escola tinha caído bem na qualidade de ensino. Só nós três que tínhamos o curso de Pedagogia, naquela época, em Santa Rita do Sapucaí. Assim, nós assumimos a escola, fomos à casa da Liginha para ela ser supervisora, ela aceitou. Nós conversávamos muito e durante as conversas as colegas diziam: “Ana,

na Rua Nova tem muita criança pobre e nós temos que ajudar as crianças.”Nesse bairro onde ficava a Rua Nova, além das crianças serem pobres, apresentavam muita dificuldade e a gente queria ajudar mesmo. Então foi uma missão mesmo, como a Celina disse um dia. Foi missão mesmo, para ajudar, porque naquela época, em escola de primeiro grau a diretora não ganhava nada a mais, não recebia como diretora, porque tinha só curso primário na nossa escola. Na escola Estadual “Sinhá Moreira”, a minha colega ganhava como diretora, porque lá tinha segundo grau. A minha intenção não foi vencimento maior, querer me projetar na sociedade, encarei como uma missão mesmo. No início, foi muito difícil porque o professorado estava acostumado com uma vida mais folgada e nós tivemos que dar uns apertões, e nós, para isso, passamos também um aperto. Um das colegas que sugeriu que eu fosse diretora, a Marita, também assumiu a supervisão da escola. Na época, ela não recebia como supervisora, só recebia como professora. Então começamos a trabalhar juntas, uma grande companheira e muito competente. A gente foi trabalhando, trabalhando e percebeu que a escola foi melhorando, os pais falavam que estavam gostando do nosso trabalho, o tempo foi passando e eu acabei ficando mais de 25 (vinte e cinco anos). O pessoal que era mais antigo, que colocou um pouco de resistência quando eu entrei, quando eu precisava sair, ir com a equipe para a Superintendência Regional de Ensino em Itajubá, quando eu voltava o pessoal contava que foi assim, foi assim, eles aproveitavam um pouco da situação. Tinha uma vice-diretora que já estava acostumada com um sistema mais tranquilo de trabalho; quando entrei, ela ficou até no final do ano, depois eu troquei. Com o tempo o pessoal foi entrando nos eixos e nós conseguimos uma equipe muito boa de trabalho. A escola “Dr. Delfim Moreira” chegou a ser a melhor escola de Santa Rita do Sapucaí, mesmo sendo uma escola estadual, inclusive o pessoal da superintendência de Itajubá e da região elogiava muito. Era uma escola que os alunos iam fazer vestibular para estudar na escola Técnica de Eletrônica e brilhavam, até alunos da sétima série iam fazer para ver como estavam e passavam. A escola Técnica de Eletrônica era e é uma escola muito conceituada; na época vinha gente de todo o Brasil estudar lá, o vestibular era muito difícil, vinha gente até do exterior fazer o curso Técnico de Eletrônica lá. Até hoje os pais elogiam a Escola Estadual “Dr. Delfim Moreira” quando encontram comigo. Quando eles encontram comigo falam: “Dona Ana, a senhora precisava estar na escola, a senhora está fazendo falta. Eu não fico vaidosa, sinceramente, porque eu atribuo o meu trabalho a

nosso Senhor. Sinceramente, foi um trabalho de muita luta. Eu vou contar um fato marcante: quando a Dona Celina começou lá como inspetora, ela era muito exigente, no início a gente ficou com um pouco de medo, ela ajudou muito a gente. Nosso trabalho era muito sério, nós não escondíamos nada. Eu me lembro, na época as escolas aceitavam as crianças com menos de 7 (sete) anos para a primeira série sem atestado da psicóloga. Nós não aceitávamos a não ser que os pais levassem o atestado, sempre cumprindo a legislação, cumpria sempre a lei seguindo superintendência de Itajubá, com isso a escola foi crescendo. A escola teve 90 anos comemorados em 1990, com a presença de dona Idalina que fez um retrospecto da história da escola; com isso apareceram algumas pessoas que se projetaram, como Ministro Reseck, que fez o primário nesta escola. Foi a primeira escola na cidade de Santa Rita; nesta história quem ajudou muito foi Sinhá Moreira, hoje não recordo a época. Comecei trabalhar em 1959 e nesta época não havia concurso, eram cargos políticos. Em 1960, houve primeiro concurso que fiquei muito bem classificada, iniciei para dar aula e já fui nomeada por volta de 1961 em outra escola; depois fui para a Delfim Moreira e fiquei por volta de 40 anos, onde tenho grande apreço. Nesta escola fazíamos uma jornada por amor e não de horas trabalhadas. Com o passar dos dias a escola sempre se destacava e os alunos sempre conseguiam seu espaço da ETI. Em minha opinião, o papel da escola é dar uma boa formação aos alunos, uma colaboradora da família onde a criança passa o maior tempo de sua vida. O papel dos professores é muito importante, onde a criança se sente bem é um trabalho feito, com amor para que a criança se sinta bem sempre, sabendo o caminho certo sem privilégio. O papel do diretor é administrar de tal maneira que os professores trabalhem contentes e não forçados, mostrar a missão que cada um tem, e dar conta de seu trabalho e não somente responder ao diretor. É muito importante o quanto o professor pode fazer de bem para o aluno. Quando eu chamava um aluno, quando o professor achava que precisava falar, eu conversava com ele e mostrava o caminho certo, ele saía e falava “obrigado, dona Ana.” O diretor tem que ser justo, não tem que privilegiar professor e nem aluno e nem mesmo os pais. Um exemplo é o neto de uma inspetora antiga da escola, pois ele era uma pessoa difícil na disciplina; aí, tomamos uma atitude: se continuar dessa maneira irá separar os alunos, trocamos de sala, porque visávamos ao bem do aluno. O meu trabalho lá era sempre visando ao bem do aluno e dos professores. Sempre quando chegavam algumas famílias bem pobres, sempre tinham o mesmo

tratamento dos alunos de posse. Com relação ao uniforme não era muito rígido, tínhamos sempre que fazer alguns movimentos para arrecadar dinheiro para esse propósito, e nunca mandávamos os alunos embora por causa do uniforme ou por atraso. Na falta do aluno por dois dias, sempre entrávamos em contato para saber o motivo da falta.

2 ANA ODILÉIA DOS REIS

Sou Ana Odiléia dos Reis. Fui diretora da Escola Estadual “Mendes de Oliveira.” Fui diretora da Escola de Congonhal de 2º grau, sou advogada também.

Celina: Léia, segundo sua visão, qual é o papel da escola?

Léia: A prioridade da escola é alfabetizar, pois a escola é o lugar privilegiado para tal, para trabalhar o processo de aprendizagem; em segundo lugar, junto com a família, a escola trabalha para formar cidadãos e encaminhar profissionais para o mercado de trabalho.

Celina: Para você qual é o papel do diretor?

Leia: Exerci a direção de escola na década de 70 a 80. Não havia os projetos que hoje borbulham nas escolas. Mas penso que o diretor precisa ser o gestor, o líder e o dinamizador das atividades administrativas e pedagógicas da escola.

Celina: Léia, você considera que o trabalho desenvolvido durante seu percurso de diretor foi marcante? Cite algumas realizações responsáveis por estas marcas.

Leia: Dentro das possibilidades, procurei desenvolver da melhor forma possível a gestão administrativa e pedagógica. Poderia citar como realizações: o incentivo para que os profissionais da escola buscassem o aprimoramento de suas funções, sobretudo em cursos superiores oferecidos pelas faculdades próximas, era mais fácil trabalhar com os alunos mais disciplinados e interessados nos estudos, proporcionando atividades de lazer com eles.

Celina: O que significa para você compartilhar conosco sua trajetória profissional como diretora da escola pública?

Léia: Penso que é importante vivenciar a experiência. Outro ponto importante é o engajamento na valorização do profissional da educação.

Celina: Léia, em sua experiência como diretora, que lembranças tem de situações que lhe foram desafiadoras ou que representam significados de conquista: A senhora poderia me falar mais um pouco de sua experiência como diretora: Tem mais coisas que a senhora gostaria de falar sobre a direção da escola de um modo geral, ou sobre sua experiência como diretora?

Léia: A escola estadual em nosso tempo sem o FUNFEF, FUNDEB, FNDE, etc tinha que contar com os recursos financeiros compartilhados entre famílias. Havia a preocupação em manter estoque de merenda escolar, material escolar para os alunos e professores, material para a manutenção da própria escola. Não tínhamos reuniões freqüentes, pois o dia a dia já absorvia demais nossas preocupações. E era aquela época em que os alunos contribuíam com uma pequena mensalidade para a gente poder ter dinheiro para comprar tudo, e a gente vendia também... assim, alguma coisa na hora do recreio, só se não a gente não tinha dinheiro para nada. Por que a gente não recebia verba nenhuma.

Celina: Léia deixe sua mensagem final para os diretores atuais.

Léia: A educação tem papel fundamental na prosperidade do país, do estado, do município. Mesmo nós, que já não atuamos concretamente nas atividades escolares, somos cooperadores no desenvolvimento das atividades educacionais, pois faz parte da nossa condição de cidadã comprometida com o bem estar social.

Celina: Léia, você poderia falar sobre seus dados pessoais e profissionais?

Léia: Meu nome é Ana Odiléia dos Reis, nasci em Congonhal – MG, em 12/01/1941, sou separada judicialmente. Fiz meu curso primário no grupo Escolar Mendes de Oliveira, atual Escola Estadual com o mesmo nome, situada na Praça Comendador Ferreira de Matos, hoje pertencente à Prefeitura Municipal e serve para outras atividades. O curso ginásial, atualmente Ensino Fundamental, completei no Colégio Santa Dorotéia em Pouso Alegre – MG onde era interna. O 1º e 2º Normal correspondente ao Ensino Médio, na Escola Santo Inácio, em Baependi - MG , na Escola Nossa Senhora Aparecida. Estudei sempre interna. Assim que me formei, comecei a lecionar na Escola Estadual Mendes de Oliveira, durante 5 (cinco) anos, depois fui para vice-direção, ficando 9 (nove) anos e depois para a direção da

Escola, que fiquei até me aposentar. Continuei estudando, depois do Curso Normal. Fiz o Curso de Direito na Faculdade do Sul de Minas em Pouso Alegre – MG; Administração Escolar e as matérias pedagógicas na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (INCOR) de Três Corações – MG; Supervisão Escolar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guaxupé - MG. Fui diretora na Escola de Congonhal 1º e 2º graus durante 31 anos, onde tivemos: Curso Ginásial, Magistério de 1º e 2º Graus, Contabilidade e Colegial, aqui está minha vida.

Celina: Ô Léia, aqui dentro deste termo de consentimento e livre esclarecimento, aqui está dizendo que nós temos que pedir o seu consentimento para você participar como voluntária neste projeto de pesquisa, sob minha responsabilidade como aluna do curso de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da professora Doutora Branca da mesma instituição, você concorda, você dá o seu consentimento?

Léia: Dou.

3 DEOLINDA NOGUEIRA DOS SANTOS

Eu me chamo Deolinda Nogueira dos Santos, sou nascida no município de Borda da Mata, aos 30 de setembro de 1933. Olha, eu lecionei apenas 1 (um) ano e foi numa sala de 1ª série que já havia muito tempo que estava lá, tinha 20 (vinte) e poucos alunos que não conseguiam aprender a ler. Eu estava recentemente formada em Pedagogia; formei-me em Belo Horizonte. Minha irmã, como diretora da escola, me pediu para assumir uma sala de crianças repetentes na 1ª (primeira) série; tinha vinte e poucos alunos que não conseguiam ler. Eu tinha algumas técnicas inovadoras e fiz muita coisa para tirar as crianças da 1ª série. Comecei a traçar planos, olhando para a carinha deles. Eu passava a tarde inteira e parte da noite preparando minhas aulas, tinha um caderno para cada criança, porque cada uma era diferente da outra. E lá fui eu, encarei a responsabilidade. Já tinham passado pelo método aquele da Lili: “Eu sou a Lili. Olhem para mim” lembra? Era esse método usado lá. Eu olhei bem na carinha dos alunos, a sala cheia. Primeiro, tive pena deles porque já tinha adolescente fazendo a primeira série, analfabeto

mesmo. A minha mãe ficava incomodada comigo porque eu passava a tarde e a parte da noite preparando a minha aula de primeira série, mas eu tinha para cada criança um caderno, a criança fazia ali meu plano, trabalhava ali naquele dia. Menina, quando foi lá para o mês de agosto, estourou uma pipoca, uma criança leu. Na minha sala tinha uma área, um alpendre na frente, uma construção antiga, e eu fui lá fora e chorei feito uma criança. Então, cada criança que ia desabrochando eu tinha uma surpresa, uma alegria, um agradecimento a Deus. Assim, até o final do ano letivo, todos os alunos estavam lendo corretamente. Eu rezava muito para eles, sabe. Quando chegou no final do ano, era lá em Senador José Bento, cidade dos meus pais, eu de férias, casada recente, tinha um ano ou menos de casamento, morando com a sogra. No Natal, os pais levaram muitos presentes para mim. Presente de criança de roça: um saco de arroz, meio saco de feijão, um tanto de frango, meu quintal ficou cheio. Tive um Natal muito feliz! Emocionava com cada criança que chegava, acho que no fim, as crianças percebiam que eu chorava, eu tinha 20 ou, parece que 23 alunos, eu chorei 23 vezes porque nenhum ia na mesma hora que o outro. Eu pensava, bem que podia ter mais uns dois meses de aula para eu fazer mais coisas por eles. Mas, menina, eu tive um Natal tão feliz, os pais na missa de Natal, eles todos me abraçaram e até choraram: “olha foi a senhora que tirou o meu filho da escuridão, não houve professora até agora que conseguisse ensinar a ele. A senhora deve ter o dom para o magistério”. Porque, eu falei, pedi muito a Deus no primeiro ano de magistério, eu queria dar tudo de mim. A minha mãe reclamava porque eu não tinha tempo para ela, era só para as crianças. No final do ano, a minha mãe disse: “Agora reconheci, que beleza! Eu também fico feliz por você ter conseguido ensinar essas crianças”. Anos depois, eu fui lecionar em Ipuiúna, eu lecionei, Celina, inglês, faltou professor, eu lecionava francês porque faltou professor, mas eu era mesmo professora de História. O Padre Octávio lá de Ipuiúna, que foi dono do colégio, ele me convidou para trabalhar lá. Menina, não é que eu encontro depois essa menina que foi minha aluna lá numa quinta série, três alunos na quinta, sexta e sétima séries, eles foram os meus alunos lá. Depois teve o magistério, aí, lembro-me muito bem, como a Zezinha se levantou na sala e falou para os colegas: “Sabe por que eu estou aqui hoje nesta sala? Graças a dona Deolinda, eu não aprendia, não conseguia ler de jeito nenhum, ela que me fez descobrir o mecanismo da leitura, e ainda tomei gosto para ler”. Eu incentivava, levava livros assim com gravuras, minhas meninas ganhavam das tias muitos livros,

aqueles que abriam tinham historinhas, eu levava para eles, deixava ali, livre na sala. Anos depois, encontro com esta mesma Zezinha, e diz: “Dona Deolinda, hoje sou professora, e vou garantir para a senhora que sou boa professora. Eu me lembro como a senhora deu as aulas para nós”, e me abraçou, me abraçou, e toda vez que encontra comigo ela tem de me abraçar. “Se hoje eu tenho esse ordenado de professora que não é grande, mas ele é sempre duradouro, não tenho medo de perder o serviço como professora, já sou nomeada em Ipuiúna de Caldas, então, agradeço muito à senhora”. Por causa disso, eu acho que foi o momento muito gratificante na minha vida. Tem mais...

Celina: Pode...

Deolinda: Depois, agora vou dizer assim momento que eu tive no segundo ano, deixei de lecionar e fui diretora na mesma escola.

Celina: Isso em que data?

Deolinda: Comecei em 65, aí, Celina, eu fui ser diretora, lá em Senador, tinha falta de professor, então tinha que chamar em Pouso Alegre, foram várias daqui, a que morreu, que foi diretora do Estadual. Eu fui ser diretora, a minha dificuldade era organizar o quadro de magistério que não havia na cidade professor. Então, foram algumas professoras aqui de Pouso Alegre, outras de Borda da Mata, e era assim, a professora ia para lá e como a cidade era pequena, ficava um ano, no máximo dois, aí elas iam embora; umas voltavam para a Borda outras para Pouso Alegre. Eu achava justo a pretensão delas, mas eu achava que prejudicava, quando chegava o ano seguinte, nas férias, eu ficava pensando como que eu vou fazer para essas crianças melhorarem, porque havia uma menina boa professora, mas no ano seguinte ia embora. Aí foi... foi..., até que eu fui incentivando as meninas de Senador José Bento a estudar, umas estudaram, até umas estudaram em Congonhal, depois voltaram para Pouso Alegre. Quando, não lembro bem o ano, eu fui dar conta de que a gente precisava estender as séries, e nos arredores aqui de Senador José Bento, que era uma cidadela, foi o primeiro local que nós conseguimos extensão de série de 5ª (quinta) à 8ª (oitava) séries. Nós dependíamos da Delegacia de Ensino de Itajubá, era muito complicado o percurso de Senador José Bento até Itajubá, era tudo muito difícil; íamos quase todas as semanas enquanto estávamos montando o projeto para extensão de série, íamos muito até a Delegacia de Ensino. Um dia percebi que elas estavam segurando o processo, então falei para uma funcionária

chamada Marina: vocês estão prendendo o nosso projeto porque vocês acham impossível uma cidade como Senador José Bento ter de quinta à oitava série? Vou te dizer uma coisa, Marina, meu marido é prefeito, é uma das metas dele também, ele não vai desistir. É melhor vocês autorizarem porque estamos perdendo muito tempo. O meu marido tem boas amizades em Belo Horizonte e ele falou: se não sair por aqui, vai sair por lá. Eu acho indelicado, porque acho que o dever, a maneira certa, correta de agir é sair por aqui. Aí conseguimos. Foi uma luta muito grande; se o meu marido não fosse prefeito na época nós não teríamos conseguido extensão de 5ª (quinta) à 8ª (oitava) séries. Hoje, graças a Deus, lá em Senador José Bento, tem até o ensino médio. Foi muito difícil para conseguir. Então, Celina, às vezes eu falo que aquela extensão de série para mim me lembra, sou muito agradecida a Deus, mas lembra período de fome, porque a gente ganhava muito pouco no magistério, meu marido foi prefeito em uma época que não ia dinheiro nas prefeituras; no primeiro ano, nos tínhamos uma Kombi, o pessoal que vinha aqui para Pouso Alegre acabou com nossa condução. Foi muito difícil para a gente conseguir a construção do prédio, tinha muita falta de dinheiro, se eu precisasse de um prego tinha que deslocar de Senador José Bento para Pouso Alegre, porque Senador José Bento só tinha duas vendas, uma coisa muito precária mesmo, a estrada era de terra. Mas aí a construção do prédio, o primeiro pavimento ainda foi ele que fez, no segundo a gente não estava mais na prefeitura, então o prefeito seguinte assumiu a responsabilidade, mas já deixamos as verbas tudo, na época, esqueci o nome do documento que exigiam, a gente não ia direto ao governo, era um outro sistema. Mas, Celina, a minha vida no magistério foi uma vida assim, de muita dedicação, menina diretora de cidadela atendia os pais até dentro da igreja. Às vezes encontravam nas ruas paravam, eles tinham muita confiança na gente. Às vezes eu atendia até briga de casal; quantas vezes a mãe chegou no guichê, queixando do marido para eu conversar com ele. Eu mandava recado que era para vir falar na escola, que se possível viesse o pai, tempinho depois, daí eu falava com ele mesmo no duro da queixa que tinha ali, eu funcionava também como assistente social, eu creio, foi uma luta muito grande no tempo da construção da escola, foi muita falta de dinheiro, muita dificuldade, pois em Senador não tinha infra-estrutura.

Celina: A senhora pode falar de qualquer coisa, fale de algum encanto ou desencanto, qual sua maior dificuldade.

Deolinda: A minha maior dificuldade era a organização do quadro de professores, lá em Senador José Bento não tinha professor, tinha que levar de fora, pessoas desconhecidas. Um grande sofrimento que eu tinha era assim: no final do ano eu passava uma lista de disponibilidade de cada professor, para fazer o horário. Eu montava o horário que é uma coisa muito difícil para atender às diferenças individuais e às exigências. Na primeira ou segunda semana, tinha professor que ia gritar na diretoria aos “berros”, todo descontrolado, dizendo que estava sendo perseguido. Como eu tinha por escrito a disponibilidade de cada um, eu mostrava para eles: era o único jeito de fazer ficar quietos. Eu fiquei anos e anos lá na diretoria, eu fui aconselhando, alimentando a vontade destas meninas e outras professoras para fazerem Língua Portuguesa aqui em Pouso Alegre, e outras a fazer Ciências, outras fazerem História / Geografia, então fui montando para atender a extensão. Nesta época, eu era professora de Psicologia da Educação na faculdade aqui em Pouso Alegre, então as meninas, às vezes, trabalhavam de manhã comigo e à noite nós nos encontrávamos aqui porque Psicologia tinha em todos os cursos. Então, a minha grande dificuldade lá, foi essa de não ter, ou contar com o professor habilitado na cidade e trazer um desconhecido. Quando essas meninas formaram, foi uma beleza nossa, nós temos alunos que estão se projetando longe, alunos que venceram na vida com o conhecimento que levaram de Senador José Bento. Tinha também uma grande dificuldade na merenda escolar; na época, vinha a merenda através do MEC, eram uns produtos de sabor diferente, que as crianças não gostavam. Aí, um dia, eu pensei em casa, o que eu vou fazer para as crianças se alimentar, porque não tinha ônibus como tem hoje para buscar as crianças, não. Tinha aluno que andava a pé 3 a 5 quilômetros, desde a serra lá embaixo. Eu achava que essa criança tinha que se alimentar muito bem, eu falei para a auxiliar de serviços assim: “Olha, vamos pegar um pouco de cada um dessas coisas, e vamos fazer uma sopa, quem sabe se o sabor não vai ficar tão desagradável. Menina, deu um sabor bom, a criançada passou a comer melhor, porque tinha criança que andava da rodovia até Senador a pé, vinha de manhãzinha e voltava após o meio dia. Quantas vezes eu deixei a aula espichar, porque estava chuvoso, outras vezes armando muita chuva, eu me preocupava muito, e pensava: como estas crianças vão embora caminhando serra acima, muitas vezes sozinhos. Voltando ao assunto da sopa; depois eu fazia sempre uma campanha assim de legumes e verduras, na segunda-feira, a quarta série, na terça-feira, a terceira série,

e um dia lá, fazia dessa sopa, misturando com bastante vagem os produtos que vinham do MEC, mais um pouco de verdura que a gente reservava. Passei a coletar verdura e fazer campanha: quem vai trazer mais verdura para nós, e para essa sopa de segunda-feira? Às vezes eu fazia algum sorteiozinho e dava um presentinho. Agora, eu tinha às vezes algumas tristezas quando eu ia às salas, acabava de entrar na sala, a professora vinha e dizia assim: “Olha, dona Deolinda, esta menina não vai passar de ano, esse aqui não vai!”, rotulando o aluno, eu deixava passar um dia, e chamava a professora em particular, pedia para ela encarecidamente que não rotulasse as crianças, e nas minhas reuniões eu falava também: Olha, uma coisa que eu quero pedir para vocês, não rotulem as crianças, não falem porque vocês estão rotulando os mais atrasados, não me rotulem mais nenhum adiantado, para mim, são todos iguais, devem ser tratados nas diferenças individuais, mas ao mesmo tempo com igualdade para atendimento dos alunos. O menino peralta que elas mandavam lá para a secretaria, quando ele chegava lá para falar comigo, eu procurava saber o que ele tinha feito, porque a criança é muito sincera, ela conta tudo como começou o negócio e até para onde que foi. Eu falava para ele assim, porque tinha uns rebeldes lá, olha, filho, vamos fazer um pacto (explicava que era uma combinação), se você passar a se comportar bem tanto dentro da sala quanto na recreação, no recreio, filho, eu no final do ano, no dia da entrega dos boletins, eu tenho uma lembrancinha para você; mas é um pacto, você não vai contar para nenhum colega, nem para os professores, nem para a mãe, só nós dois sabemos disso aí. Eu anotava o nome do menino e a série e já o que ia dar. Quando eu vinha para Pouso Alegre, já dava um jeito de comprar o presente, embrulhava, punha o nome do sujeito, guardava. Ia como se a professora não soubesse, ela dizia: “Mas, dona Deolinda, mas melhorou tanto”. Eu falei: “É porque eu dei conselho para ele, filha”. Aquele menino tem que ser estimulado, o outro tem que tratar com energia, aquele, só o estímulo, ele já é desestimulado lá de casa e para ele continuar na escola, assim eu fazia. Tinha professora rebelde também, um dos grandes sofrimentos que eu tinha era no final do ano quando passava uma lista de disponibilidade de cada professor, eles colocavam ali para mim. Nas férias, eu montava o horário, que é uma coisa difícil para atender as diferenças individuais, as exigências sociais e, todo ano a gente sabia, tinha uma professora que na reunião dos professores ela aceitava direitinho, na primeira ou então segunda semana ela ia gritar conosco na diretoria. Você pode não estar contente com o horário e com a sala

encontrando alunos difíceis, mas eu vou falar uma coisa para você, filha, você deu sua disponibilidade se você não quer mais, nós vamos fazer uma reunião específica novamente, vou pedir a disponibilidade e falar como foi organizada a sala, sabe filha, porque eu não sei. Eu tinha esse sofrimento, então, o meu papel lá na Escola Estadual Professor Mendonça era de diretora, professora, porque o aluno que, às vezes na sala não fazia o dever direitinho, eu chamava, explicava, fazia o dever comigo ali, depois voltava para a sala; eu era naquela época orientador, pedagogo, eu era tudo isso sem saber, por necessidade não por vaidade, por muita necessidade para fazer com que a escola continuasse sendo um veículo de formação do povo de Senador José Bento. Até hoje, Celina, quantas vezes eu encontro com eles, me abraçam, abraçam. Outro dia um dos candidatos a prefeito foi lá na minha casa na roça me convidar para ser vice-prefeita. Eu disse a ele: “Olha, filho, fico muito agradecida pela escolha, mas eu já tenho 74 anos, eu acho que vai ser negativo para você”. Ele disse: “Nossa, aí que a senhora está enganada, eu já fiz uma prévia, andei no município, a senhora não sabe o quanto que a senhora é amada, estimada no município”. Falei: “Filho, eu agradeço de coração, mas eu não quero mais mexer com política, não”. Ele me falou: “Mas a senhora me ajuda?” Eu falei “vou pensar, porque se eu resolver te ajudar, eu vou de casa em casa, você sabe. Eu acho que eu não vou querer ser vice-prefeita porque hoje em dia os prefeitos não são honestos, é um ou outro que é honesto, daí eu como vice não vou ser. Eu vou estar lá todos os dias e o que você estiver fazendo que não for certo, eu vou falar, então você nem me queira, falei para ele. Decididamente não, posso ajudar você se eu resolver alguma coisa, mas eu não quero estar na política, nem meus filhos querem.

Celina: Dona Deolinda o que significa para a senhora compartilhar conosco esta trajetória profissional, como diretora de escola pública? O que significou para a senhora ser diretora de escola pública?

Deolinda: Ser diretora de escola pública foi o meu primeiro trabalho, trabalhei um ano como professora, já no segundo ano fui diretora e, naquela época indicou ficava. Eu fiquei dezoito anos diretora, não foi um dia, foram dezoito anos. Ser diretora para mim, eu acho que foi uma ocasião que Deus me deu, primeiro para eu ganhar um pouco mais, vou ser realista, depois para eu poder fazer algum trabalho na formação da consciência daquelas pessoas, daqueles meninos que hoje estão já

brilhando no mundo fora de Pouso Alegre, longe, tem no Norte, em vários lugares. Toda vez que eles me encontram, não é porque eles são doutores hoje, não, eles me abraçam como uma mãe para eles. Falam que eu fui meio mãe para eles, e significando também que eu era a única pessoa lá em Senador José Bento que tinha o curso de Pedagogia. Significou que, em seguida, eu pude aplicá-lo, apliquei muita sabedoria que trouxe de Belo Horizonte, era ainda Faculdade Católica, hoje é PUC. Depois disto, eu fui transferida, eu fui elevada a categoria de anti-diretor. Mudei-me para Pouso Alegre; o Zé Pereira era meu cunhado, era político, foi deputado estadual e morava pertinho da Assembléia. O Governador ia muito tomar um café lá com eles, amava o café que a dona Ribeiro fazia. Ele falou: “Você não tem alguma cunhada professora precisando, não?” Tenho uma cunhada aqui. Eu vim transferida para Pouso Alegre, fiquei no grupo da Jahel como Administradora Educacional. Eu fui isso também, Administradora Educacional. Fui transferida e trabalhei na escola Monsenhor José Paulino dois anos, até quando meu cunhado foi deputado, o governador ia muito à casa do meu cunhado tomar um cafezinho da dona Ribeiro. Ele resolveu me colocar, não mais para Pouso Alegre, eu era diretora concursada, eu fiz concurso. Quando eu vim para Pouso Alegre, tinha que ser como Administradora Educacional, porque alegaram que o concurso que eu prestei em Belo Horizonte era para Senador José Bento, esperteza política! Onde se viu isso, era Minas Gerais a mesma coisa. Meu cunhado falou: “Eu prejudiquei você em vencimento, o governador quer colocar você numa escola aqui. Eu comentei a tua história para ele.” Falei: “Não, Zezinho, eu não quero, todas são minhas amigas, colegas, na reunião em Itajubá estão juntas e temos uma amizade muito grande”. Mas no dia 02 de outubro, minha filha, ele telefonou para mim e falou assim: “Olha, você está na escola Estadual Professora “Geraldina Tosta”, lá na Vendinha. Não teve outra opção, fui ser diretora outra vez. Fiquei três anos e pouco, quando saiu aquela lei de aposentadoria com vinte e cinco anos, eu tinha vinte e seis e meio. Aposentei morando em Pouso Alegre, ia muito a Senador José Bento, o prefeito de lá me convidou para ser Secretária da Educação. Aceitei, mas eu não podia vir todos os dias, ia duas vezes por semana. Como Secretária da Educação fiquei onze anos, depois eu deixei, os filhos não queriam que eu trabalhasse mais, deixei por política também.

Celina: Dona Deolinda o que significou para a senhora fazer parte desta pesquisa nossa?

Deolinda: Uai!

Celina: Como a senhora se sente tendo sido convidada?

Deolinda: Sinto-me valorizada, pois o aposentado tem às vezes uma urgência idêntica que ele está desvalorizado, mas eu não sinto essa desvalorização. Às vezes, no fundo, no fundo da consciência bate um sentimento assim, porque trabalhava muito e agora não trabalho nada. Agora eu fico em casa, leio muito, assisto alguns programas de TV e cuido muito de flor. Estou sempre com a mão marcada, eu mexo, coloco luva, não gosto, fico com a mão direto na terra. Vou a Congonhal um dia desses, Celina para ver se lá em casa eu consigo a Internet, porque eu quero navegar um pouco, não vou querer Orkut, essa coisa assim, claro que não, mas MSM eu vou querer. Olha, o que eu penso é que esta profissão do magistério ela é sagrada, parece que a gente é uma pessoa chamada por Deus, porque nós, mesmo mães educando nossos filhos em casa, nós vamos educar o filho do próximo. Acho que o professor marca muito, o professor das quatro primeiras séries, principalmente a da primeira série marca demais a vida do aluno. Ser professor, embora a carreira não seja muito bem remunerada, é uma profissão bonita para nós. Olha, eu desejo a todos os diretores que eles sejam bastante felizes na carreira escolhida e que cada um desempenhe muito bem sua missão, de acordo com o chamado de Deus. Ser diretor é ser uma pessoa escolhida, primeiramente escolhida por Deus, muitos têm uma carreira bem bonita, marcada pelo carinho e amor que eles dão às crianças, aos professores, ao servidor e até àquele que prega o prego na parede. Aos diretores desejo tudo de bom, que eles sejam bastante felizes e que cada dia que saírem de casa já ofereçam o trabalho a Deus, pois não sabem o que está esperando na escola, não sabem o que os meninos estão querendo, então, que eles peçam a luz ao Espírito Santo para falarem o necessário aos professores, aos alunos, aos serviços, a todo pessoal que trabalha com eles; que eles sejam a verdadeira luz.

4 Dr^a. DIVA FLORIANO CARVALHO

Meu nome é Diva, mais conhecida como Diva Carvalho. Sou natural de Pouso Alegre, nasci e cresci aqui mesmo no centro. Sou caçula de uma família de 10 filhos,

família de classe média, mas que através dos estudos, dos esforços, nossos pais conseguiram educar todos os filhos. E a gente então, foi criado assim num ambiente bem restrito, mas com boas amizades na sociedade, tanto que consegui estudar fazer Direito, depois, por eu já estar na carreira do magistério, tive que completar os estudos de pedagogia numa cidade próxima, Itajubá. Logo que terminei, como a cidade era pequena, as pessoas me procuravam por estudar fora e eu consegui a direção na escola “Hermantina Beraldo”. Era uma escola tradicional de Pouso Alegre; foi a segunda escola criada em Pouso Alegre. Eu fiz Administração e até um curso de extensão em Administração, Legislação Escolar, mas a gente chega à direção da escola, acha que pode realizar muita coisa em benefício das crianças da própria escola, o bem estar do professor, quer proporcionar a eles ambiente mais favorável, mas não consegue. A diretora é apenas um funcionário da escola, antigamente eles consideravam a diretora como dona da escola, a responsável pela escola, se esquecia que a escola exige muito, inclusive a parte física, que é a mais difícil de ser cuidada, a estrutura vai deteriorando com o tempo. Era uma escola antiga e com muitos problemas de rede elétrica, goteiras na escola. Ficava imaginando como realizar, a gente mandava ofício para a Secretaria de Estado da Educação em Belo Horizonte, uma cidade muito longe da secretaria, a correspondência era muito difícil chegar, pedia recursos para melhorar a parte física da escola, que cada vez precisava mais, era muito difícil, a gente tinha que trabalhar sozinha com aquilo que conseguia, a secretaria não dava muito recurso, mas, em compensação, também pouco interferia naquilo que a diretora fazia; podia, então, explorar uma cantina e vender determinados tipos de merenda para as crianças e completava o que faltava na escola. Os recursos que as secretarias mandavam, no meu período que foi de 74 até o final de 87, era em outubro, final de ano. Mandava um recurso financeiro, mas que tinha que ser esgotado até o final do ano, e era justamente que dava no começo do ano, tinha que prever coisas para o ano seguinte porque tinha que ser gasto com material escolar para a criança e parece-me, não lembro bem porque a minha memória não está tão firme, mas parece que tinha que ter só 10% para material de escritório e secretaria, papel, tudo que fosse necessário. Antigamente, se trabalhava com máquina de escrever, tinha que comprar fita para a máquina, carbono, tudo aquilo que a secretaria necessitasse. Outra parte era gasta com a própria criança. Vou até confessar que usava um pouco de malícia e comprava algum material escolar para a criança e pedia então para eles que dessem um recibo que esgotasse toda aquela verba, pois tinha que ser

esgotada até novembro. Aquele outro recurso que sobrava do desvio mesmo, quer dizer, dizia desvio porque nós empregávamos em outras coisas, porque a gente tinha que comprovar, o gás que a secretaria não dava, que comprar lâmpada, não sabia quanto de lâmpada podia se gastar porque a noite tinha o curso noturno, a própria merenda que vinha não satisfazia a criança. Recebia o macarrão, o açúcar, o óleo e a bolacha, mas não era uma coisa que, vamos dizer, que se gastasse num ano. E recebia o fubá, mas o que ia se fazer com fubá, fazer fubá com água, não tinha o tempero, tinha que comprar o tomate, a massa de tomate, o alho, muitas vezes acessível ao paladar das crianças. Então, isso tudo era um problema muito sério para a diretoria, mas trabalhávamos com carinho porque as crianças eram muito dóceis, naquela época, os pais compreendiam as necessidades da escola, cooperavam e nós dávamos toda essa assistência, não só alimentar, mas tinha que suprir a criança que muitas vezes tinha falta de carinho, roupa mesmo que faltava, o uniforme, o calçado. Quando era período de chuva, aquelas crianças que chegavam muito molhadas, porque em casa não tinham o necessário para se cobrir, para ir para escola, tinha que mudar a roupa da criança, mudar o próprio caderno, borracha tudo que usava. Tirava da professora que dava uma contribuição mensal para a taxa escolar; para as festinhas fazia uma rifa, quando a necessidade era muito grande, embora eu nunca gostasse de estar vendendo rifa, eu achava que o trabalho da professora já era muito grande, nunca gostei de obrigar a professora a vender rifa, elas faziam por conta delas, mas não que eu pedisse, eu exigisse delas. O salário também era muito pequeno naquela época, é até hoje, esse período que eu tive na direção da escola fez-me cair muito na realidade, porque a gente acha que pode realizar muita coisa, mas se conseguia também através de recursos angariados pelas professoras. A escola tinha um patrimônio que era um piano, antes de mim havia na Escola Estadual “Ermantina Beraldo” uma diretora que tocava piano e gostava muito de música, então ela e os professores fizeram um trabalho e conseguiram um piano para a escola. Quando ela aposentou e saiu, esse piano ficou lá numa saleta sem janela, sem nada, só juntando pó. A criançada às vezes entrava e mexia, foi indo, o piano foi deteriorando, ficou sem teclas sem som, dava dó ver o piano naquela situação. Tinha um colégio quase ao lado da minha escola, que tinha mais recursos, porque era um colégio já de 1º e 2º graus, e a diretora, era muito amiga, servia a nossa escola sempre que precisávamos; com isto eu propus que ela levasse o piano para o colégio. Lá tinha um salão de festa muito bonito e, além disso, eles tinham recursos para consertar o piano. Eu disse para os meus

professores que o piano ficando na outra escola estaria protegido. Combinei com a diretora que quando a minha escola precisasse fazer festa de formatura ou outro tipo de festa, nós usaríamos o salão e o piano. As professoras não gostaram. A diretora levou o piano e consertou, ficou uma beleza; naquela época ficou muito caro o conserto, teve um afinador que foi lá e o piano ficou ótimo. Depois, algumas professoras acharam que eu tinha doado uma coisa que não era minha, quer dizer, todo o imóvel. Esse piano então veio para o colégio, e teve um movimento de algumas professoras mais antigas acharam que eu tinha doado o piano que não era meu, embora sabendo que tudo de escola é patrimônio público, tanto serve para um quanto para outro. Em uma das reuniões eu expliquei que o piano era um patrimônio público porque era da escola, mas que nós não tínhamos espaço para guardá-lo, mas elas não entendiam essa parte. Disseram também que esse piano era uma doação da Família Beraldo, porque o nome da escola era “Hermantina Beraldo”, em homenagem a dona Hermantina, esposa de um interventor de Minas. Inconformadas com a situação, elas fizeram um movimento desnecessário. Eu fiquei muito aborrecida na época, mas eu expliquei que, infelizmente, o prestígio da Família nunca recebeu doação nenhuma para a escola, e que o piano era um patrimônio do Estado e não de uma escola. Bom, o incidente passou, com o tempo elas acabaram se conformando e o piano teve que ficar na outra escola, mesmo porque não tinha espaço para esse piano na escola. Mas a escola era tudo, nós conseguíamos através de pessoas amigas da escola muita coisa. No começo, quando eu entrei no ambiente onde nunca estive como diretora, já me tomaram assim com uma pessoa de muito autoridade, porque eu sou de pouca conversa, não converso muito e consegui amenizar algumas indiferenças, consegui bons amigos lá na escola, mas à parte. Outra coisa também que me aborreceu foi que nós plantamos no pátio duas árvores de carvalho, e uma de Pau-Brasil; elas cresceram. Todos que por ali passavam, admiravam as árvores. Depois de um tempo, quando as árvores já estavam bem crescidas, em um período de férias, alguns funcionários da Prefeitura entraram no pátio da escola e cortaram as árvores sem autorização da escola; disseram que cortaram para fazer uma extensão do pátio. Não sei porque cortaram as duas árvores de pau-brasil, não sei o que eles pensavam, sendo que as árvores eram um patrimônio da escola. Para falar a verdade, depois disso, eu nunca mais vi uma árvore de pau-brasil plantada em lugar nenhum. Todos ficaram assustados com o acontecido; eu fiquei muito aborrecida, os pais ficaram inconformados. Os funcionários alegaram ter recebido ordem, este fato eu não vou esquecer nunca,

marcou a história da Escola Estadual “Hermantina Beraldo”. Muitas vezes trabalhávamos com as crianças de um ambiente muito restrito, uma coisa muito interessante. Essas crianças de problemas social e econômico, criança muito pobre, nós encontrávamos muita receptividade entre elas e às vezes até a convivência com elas era muito mais acessível do que com as crianças de nível social melhor. Acho que eu me adaptei muito a esse tipo de criança porque eu também vim de um ambiente assim, bem restrito, e chegar onde cheguei, isso incentivava muitas crianças porque eu dizia para elas que eu também passei por necessidades, eu também estudei com muito sacrifício, meu pai era funcionário público, mas ele ganhava muito pouco, minha mãe trabalhava para fora, bordava, então era uma vida que eu conheci. Essas crianças eram muito carinhosas e notava-se nelas a carência de carinho, criança até com carência de atenção. Às vezes, quando ela tirava a 4ª série, saía na rua e me encontravam, agradeciam-me, falavam assim: “Nossa, que coisa boa era aquele tempo, a senhora era tão carinhosa, dava atenção para a gente”. Isso me marcou muito, me deixava muito feliz, porque quando eu estudava no primário, eu não recebia atenção, principalmente do diretor. Tive professor mais próximo, mas não tanto assim, então eu fazia questão de passar por essas crianças na rua e cumprimentar, elas respondiam, me abraçavam, era uma satisfação muito grande ver que eu deixei no coraçãozinho delas essa alegria. Hoje não, pelo que eu vejo aqui, porque eu moro em frente a uma escola maior, com mais recurso, naquele tempo eu lutava sozinha mesmo para manter a escola. São muitos os papéis que a escola tem que desenvolver; acho que o papel da escola tem que ser de incentivadora, de educadora, de levar os alunos a terem gosto pelo estudo e pela vida. Se o professor se dedicar somente a transmitir conhecimentos, ele nunca vai ser um educador. Só transmitir conhecimento não educa, não forma, não leva os meninos a serem mais felizes.

Celina: Dr^a. Diva, eu gostaria que a senhora falasse um pouquinho o que significa para você compartilhar conosco a sua trajetória profissional como diretora de escola pública.

Diva: Eu acho isso muito importante, muitas vezes eu encontro com ex-alunas, eu fui professora de Administração Escolar, sempre aconselho a diretora nunca ficar isolada numa secretaria, e eu acho que elas têm necessidade desse trabalho de diretora, é muito importante, mas desde que não seja diretora de secretaria, diretora fechada em diretoria. Neste momento, eu até me sinto muito feliz de ver que as

peessoas ainda se lembram de mim como diretora, as pessoas que compartilharam comigo este trabalho, sinto-me muito feliz, acho que esse é um momento muito feliz porque eu ainda não estou ainda “gagá” para ficar pensando que eu estou para trás, não, eu quero estar sempre para frente, eu quero compartilhar com este trabalho porque isso me renova, também me faz lembrar, talvez, muitos erros que eu cometi, porque ninguém faz tudo certinho mesmo. Mas eu lembro também as partes boas que deixei como diretora. Essa entrevista me deixou muito satisfeita e alegre, pois alguém encontrou valores em mim para entrevistar. As pessoas esquecem o que a gente fez de bem, mas o que a gente errou, o que a gente foi contra, eu noto porque encontro pelas ruas, às vezes, professores que dizem para mim: “Diva, que coisa boa no tempo que a gente trabalhava junto!” Eu nunca disse assim: a minha escola nem minhas professoras, porque elas não eram minhas professoras, elas eram trabalhadoras junto comigo, elas trabalhavam juntas, e espero que elas também considerem essa parte de não chamar para si, minhas professoras, mas minhas cooperadoras, as que trabalham todas juntas.

5 JAHEL TORRES BRANDÃO

Sou Jahel Torres Brandão, fui diretora na Escola Estadual “Monsenhor José Paulino”, assumi a direção em fevereiro de 1972. Na Escola Estadual “Monsenhor José Paulino” só tinha até quarta série primária. Fiz o curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia de Itajubá, a minha formação se deu num ambiente universitário de ponta; nós líamos Paulo Freire, Anízio Teixeira, Lourenço Filho, e a minha cabeça estava totalmente voltada para o tipo revolucionário de educação que na minha formação anterior, para mim, até então como aluna, no ensino tradicional, educação era mera transmissão de conhecimento. A minha cabeça foi a mil porque eu via a postura de vários educadores e filósofos da educação e eu me encantava com tudo aquilo. Conclui em 71 e assumi em fevereiro de 72 a direção da Escola Estadual “Monsenhor José Paulino”. Foi a primeira escola de Pouso Alegre e com uma tradição, pois pela escola Monsenhor passaram muitos que se projetaram na história de Minas Gerais, do Brasil; isto era um orgulho muito grande para mim. Eu assumi tendo como pano de fundo os cento e cinqüenta anos da Independência do Brasil à época do governo Militar, em que o medo era a principal mola de tudo que

aconteceu. Então, havia um choque com tudo aquilo que eu queria fazer e tudo aquilo que existia no próprio país. Era época de medo e mesmo de vergonha. Nossa idéia era de que para educar era necessário uma educação conscientizadora, uma educação que encarasse o educando como sujeito do processo educacional, como um sujeito da própria história e, conseqüentemente, da história do país, pois até então o aluno era um mero objeto. A minha idéia foi criar na escola um ambiente democrático, contrário a tudo que vivíamos no cenário do país. Ali iniciamos um trabalho de liderança democrática, e não um mero contrato, mas uma relação horizontal entre os professores, e dos professores principalmente com os alunos. Iniciou-se então esse trabalho que encontrava uma oposição do cenário histórico que estávamos vivendo: o grande problema era ingerência política dentro da educação, tudo o que se fazia, tudo que acontecia dentro da escola era censurado e se não passássemos pela cartilha, nós estávamos sujeitos a grandes perseguições. No “Monsenhor José Paulino”, criamos um ambiente coeso, amigável e formamos uma equipe que trabalhava dentro da filosofia educação e conscientização; educação é a parceira da democracia, o que acontece dentro da escola tem que sair dos muros da escola, a escola tem que penetrar na comunidade, a escola tem que serrar os seus muros e deixar que a comunidade entre dentro da escola. Essa era uma proposta e a gente foi vista com certa suspeita. Era governador de Minas Gerais, Tancredo Neves; começou em Pouso Alegre a pressão para minha saída do “Monsenhor José Paulino”, certamente julgavam que ali estaria a semente de uma educação transformadora, de uma educação que fosse parceira de um Brasil mais democrático, de um Brasil onde o ser humano fosse sujeito e não mero objeto dos poderosos. O início do trabalho na Escola Estadual “Monsenhor José Paulino” foi abrir espaço para instrumento de democracia. Criamos associação de pais e mestres que não existia, o colegiado tornou-se muito atuante, o centro do serviço. A escola respirava uma atmosfera de liberdade, de democracia e na oposição às próprias características do governo militar, era difícil manter aquilo tudo porque nos estávamos sendo fiscalizados e observados todo tempo. Começou então o trabalho classe-liderança: políticos de Pouso Alegre que eram uns contra os outros. No entanto, se uniram por interesses pessoais e pediram a minha exoneração. Através de amigos eu fui apresentada para o Governador de Minas Gerais, Dr. Tancredo Neves. Quem me apresentou foi o queridíssimo Dom José D’Ângelo Neto, bispo de Pouso Alegre, que foi um pai para mim, ele era amigo de Tancredo Neves. E

fizemos a reforma do prédio da escola, construímos quatro salas de aula e fizemos a extensão de série, até oitava série, tudo isto era um meio para trazer o povo para a escola. Assim, enquanto Tancredo Neves esteve no governo de Minas Gerais, ele me manteve apesar de toda pressão de alguns líderes políticos na cidade. Na escola “Monsenhor José Paulino” iniciamos um trabalho através do diálogo horizontal entre os professores, levando em consideração que a maior autoridade dentro da escola é o aluno, e o interesse do aluno, e adotamos uma filosofia de que o poder não é poder sobre é um poder de, é um poder de potencial, a realização do poder é o serviço, e a prestação de serviço é a formação do aluno dentro de um diálogo aberto, de um respeito. Formamos uma equipe homogênea e de muita garra nesse trabalho, embora contrariando toda política do país, adotando a filosofia de que não existe o absolutismo do saber, como não existe absolutismo da ignorância. Ninguém sabe tudo, que não tem nada a aprender e ninguém é tão ignorante que não tenha alguma coisa a ensinar. O aluno não é vazio, o aluno vem com a carga de experiência dos pais. Então as duas realidades que se encontram num processo educacional - educadores e educandos - transformam na medida em que eles se perguntam no seu saber, há crescimento tanto do educador quanto do educando. Não podemos dizer que o contato educacional seria educador com educando, são todos os dois dentro de um processo de crescimento, apenas a diferença é de nível e de cultura. No dia 27 de maio de 1983 foi a última vez que falei com Dr. Tancredo Neves. Em 1984, ele se candidata a presidente da República, através da eleição indireta. Em março de 1985, ele fica doente e morre no dia 21 de abril de 1985. Uma tristeza para muitos brasileiros. Em 7(sete) de setembro do mesmo ano, nós, da Escola Estadual “Monsenhor José Paulino”, resolvemos fazer uma homenagem ao Dr. Tancredo Neves no desfile cívico. Trabalhamos com os alunos das mais diferentes formas, os alunos trabalharam fazendo pesquisas, debates sobre a situação do país que inspirava agora uma atmosfera de esperança, a nova República sendo livre de um governo de força, governo opressor, governo que usava de tudo para satisfação muitas vezes de seus anseios sádicos. A Escola Estadual “Monsenhor José Paulino” tinha mais de 2000 alunos, todos preparavam para o desfile, trabalhando no sentido de pesquisar o que estava acontecendo no país. Havia debates sobre a situação do país. Tancredo falece. Aquela ânsia de esperança nós estávamos sentindo na carne, tristeza e amargura. Preparamos, faixas com os dizeres do Tancredo Neves em discurso que ele teria feito, tais como:

“Nova república, a nação inteira comunga deste ato de esperança”. “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”, outro, “Não vamos nos dissipar, conciliação para o bem de todos”. “Enquanto houver nesse país um homem sem teto, sem pão e sem letras toda prosperidade será falsa”. Essas faixas foram colocadas, mas os alunos souberam escolher, votaram os alunos e os professores. Embora Sarney tenha assumido a Presidência da República, mas os requisitos do governo militar ainda existiam. Quando a Escola Estadual “Monsenhor José Paulino” estava a postos na avenida Dr. Lisboa para desfilar com as faixas, havia uns militares no palanque e outros passavam revista em todos os pelotões que iriam desfilar. Nesse momento, foi dada a ordem para que retirasse as faixas das mãos dos meninos; os meninos foram impedidos de desfilar. Os meninos ficaram frustradíssimos, eles choraram muito, muito mesmo; eu os recolhi no pátio da escola, 2000 e tantos alunos. Falei com eles: não podemos desfilar, mas nós estamos dando a maior demonstração de democracia, eu peço, encarecidamente, que cada um vá para sua casa e vamos esquecer esse problema. Mas não aconteceu isso, eles se postaram na avenida Dr. Lisboa onde é hoje o banco Itaú até lá embaixo onde era a antiga estação rodoviária e, infelizmente, eu não queria nem dizer isso, mas vou contar: os meninos ficaram agrupados na avenida e quando o regimento passou desfilando, os meninos deram a maior vaia. Isto foi muito triste para mim, aquela situação ficou muito desagradável; quando foi em maio de 1986 fui exonerada, no dia, me parece 18 de maio. Eu recebi uma carta dos meus alunos da Faculdade de Filosofia onde eu era professora de Sociologia Geral e de Sociologia da Educação, com assinatura da turma, em 19 de maio 1986. Eu não sei o dia que publicou no Minas Gerais minha exoneração, eu estava voltando da Catedral, estava ensaiando uma coroação de nossa Senhora, era mês de maio, cheguei no Monsenhor, o povo estava chorando porque eu não tinha visto a publicação do MG. Começaram os telegramas, as cartas e os jornais publicando artigos. Eu tive, graças a Deus, o apoio da comunidade de Pouso Alegre, da Igreja, eu era professora do Seminário, professora da Faculdade de Filosofia, professora do colégio São José, e tive o apoio maravilhoso dos meus alunos. “Em todos os tempos, amam-se os amigos, e na hora da angústia torna-os irmãos. Há momentos em que as palavras não resolvem, que muitas vezes são tão pobres que são necessários e suficientes um prolongado abraço e o chorar no ombro sem vergonha, sem pressa e em silêncio. Jahel, é com o peito apertado que vimos até seu encontro, através desta

oferecer nosso ombro. Você sabe, Jahel, que o tempo nos uniu e nele percorremos longas estradas lado a lado, enquanto tivermos em mente o mesmo ideal de lutar pela justiça, não pela violência, mas pelo amor. Amiga, podemos chamá-la assim, não desanime, tenha bom ânimo, lembre-se de Cristo, ele venceu o mundo. Lembre-se das grandes proezas da história, elas foram vistas diante daquilo que parecia impossível, que os seus esforços desafiem as impossibilidades. É incrível o que se pode realizar quando se sabe o que se quer. Temos certeza de que você, Jahel, sabe que tem lutado por esse ideal há muito tempo. Não pense que está sozinha, antes de nós, Deus está com você, sendo sua armadura. Persiga a carreira que está proposta para você, olhando firmemente para aquele que nunca desamparou, aparentemente, o mal tem vencido o bem, porém cremos naquele que tudo pode e nos fortalece e que há de vencer o mal, porque Ele é o supremo bem. Jahel, estamos com você nessa luta, como Charles Chaplin disse: “Olhe para o alto, as nuvens já se dissipam, uma nova esperança segue”. É isso, Jahel, olhe para o alto. Creia que as nuvens negras estão se dissipando e chegará o dia em que o sol brilhará e somente o bem vingará. Jahel, amamos e confiamos em você, que essas singelas palavras possam dar um pouco de consolo, que essas pobres palavras possam transmitir o grande amor que sentimos por você. Obrigado por tudo, pelo exemplo de vida e de garra, obrigada porque enquanto existir pessoas como você, existirá sempre uma chama acesa, uma esperança viva.” Ana Crirl, Maria Onia, Celise, Camile, Alcimar, Agenor, Ana Claudia, alunos que saíram da escola Monsenhor José Paulino em maio de 86, fiquei de fevereiro de 72 a maio de 86, mas está aí a nossa maravilhosa escola estadual Monsenhor José Paulino. Para a pessoa ter idéia do que era um ambiente amigo, um ambiente educacional da escola Monsenhor José Paulino, eu peço licença para, faltando com a modéstia e humildade, mas isso é resultado de um amor que eu recebi muito mais do que dos alunos e dos professores da escola estadual Monsenhor José Paulino. Maria Nunes era professora de Português, fim de carreira, e publicou o livro *Minhas Crônicas*. Ela fez uma para o Monsenhor José Paulino. Mais uma vez eu peço desculpas porque os elogios são demais e eu não os mereço para sentir o ambiente que tinha no Monsenhor. “Era uma vez um reinado maravilhoso cheio de paz e alegrias, ordem e progresso, que caminhava sereno, fazendo sorrir de tanta felicidade os seus súditos que nem viam o tempo passar, pois seus trabalhos eram suaves, produtivos e bem remunerados pela rainha. Esse reinado contaminava a todos, e todos queriam fazer

parte dele. Sua rainha, mulher admirada, e no sentido de rainha e de mulher a todos os seus súditos que, assim como alguns consideravam, amavam com o amor desprendido, irmanando no seu brasão real era uma rainha, porém uma rainha diferente, sem cetro e sem coroa, pois o seu reino estava afixado num mundo de corações. Aí ela reinava como em comunidades, com suas princesas, podendo destruir a mão cheia as grandes e belas qualidades do seu coração. O seu castelo transformou-se num jardim, suas flores e seus arbustos plantou-os com suas próprias mãos, as ervas daninhas nem sequer eliminou-as, tratou-as com carinho tentando redimi-las ou, talvez, o milagre de torná-las boas e quantas foram aproveitadas, como floria essas no jardim, seu perfume se exalava ao norte. Os pássaros, no início fugidios, faziam parte agora desse cenário. Sabiam que ali encontrariam carinho, descanso para suas revoadas e alimento até para seus filhotes que ainda não sabiam voar. A alegria reinante dos seus compartimentos e corredores era contagiante, no semblante feliz da criançada desse castelo via o desenrolar dos fatos verdadeiros e da verdadeira harmonia que ali reinava. Um dia, porém, armou-se um vendaval, rio andantes que passavam pela aquelas paragens e tiveram medo do castigo, se aproximaram, chegaram, foram chegando já com grande alívio no peito, tendo a certeza de que seriam muito bem recebidos, pois ali se respirava harmonia e paz. Entraram, abrigaram-se do temporal, usufruíram da beleza daquele reino e conheceram a autora de tudo aquilo, sua rainha. Satisfeitos, começaram as conjecturas: Que lugar maravilhoso! Porque não trazermos o nosso povo para aqui? Não estaria ele em bem melhores condições sobre esse teto de harmonia, de amor e de progresso, onde tudo já está concretizado? O que estamos esperando? Somos os poderosos, destemidos, a rainha e o resto ficarão de colher para nós. Nesse lugar, coloquemos uma pessoa nossa, vocês serão bons jardineiros, que possam cuidar tão bem desse jardim. Quem entoará esses sons tão agradáveis aos nossos ouvidos? Quem cuidará com tanto desvelo dessas crianças? Vamos, respondam! Só assim poderemos nos tornar os donos desse reino tão maravilhosamente cuidado. Silêncio... somente silêncio, como poderiam responder. Mesmo assim o castelo foi tomado, sua rainha destronada, e a beleza desse reino massacrada. Mas o seu reino, Jahel, continua em nossos corações, nos corações das flores que você tão bem cultivou e nos corações daqueles que acompanharam, como eu, o seu incansável labor em prol deste reinado intombável, hoje, graças ao seu dinamismo e dedicação, a nossa estremecida escola estadual Monsenhor José

Paulino. Depois do pronunciamento do Tancredo Neves, em pleno governo militar, um pronunciamento maravilhoso, nós passamos do Monsenhor José Paulino esse telegrama: “Ao Governador Tancredo Neves, Palácio dos Despachos. Aplausos brilhantes. Governador pronunciamento 31 de maio. Estabelecendo reinado permanente, justiça, tranqüilidade, transformando medo em segurança, em gesto fraternal para defender direito e liberdade, abertura, verde esperança, luta, ideais educacionais. Professores, funcionários, alunos, especialistas da escola Estadual “Monsenhor José Paulino”. E ele responde: “Comunidade Educacional, Escola Estadual Monsenhor José Paulino de Pouso Alegre, agradeço o telegrama 3 corrente, assinalando suas inspiradas palavras servem como alento continuidade em nossa luta proveita pela educação. Tancredo Neves governador do Estado de Minas Gerais”. Eu gostaria de falar do Monsenhor José Paulino, do trabalho executado com ajuda da comunidade, a escola se abriu aos pais de alunos, o pessoal da própria comunidade participava dos grandes movimentos, fizemos a reforma do prédio da escola, construímos 4 salas de aula, fizemos a extensão de série, porque na época era até 4ª série, conseguimos a extensão até 8ª série. Tudo era um instrumento para trazer o povo para escola, porque a parte física da escola não era o importante, mas o que era importante era o que estava acontecendo ali dentro da escola. Entendíamos que o próprio ato pedagógico não deixa de ser um ato político, não político partidário, político no sentido de comprometimento com a comunidade. A escola não prepara e não educa um homem adestrado, ela educa um homem consciente, um homem tratado e situado na sua época. O aluno é aluno, 1986 na época, agora 2008, brasileiro, mineiro, e pousoalegrense, então você não pode educar para o mundo ideal. Não se educa no vazio, educa-se no concreto, o aluno inserido dentro da sua comunidade. O diálogo que se processa tem que se abrir à comunidade e dialogar com a própria comunidade, sabendo o que acontece. Isso foi muito importante para todo trabalho realizado. Construção de sala de aula, pré-reforma de prédio, era apenas uma importante realização, sim, mas o mais importante era o que acontecia dentro dos muros da escola e exorbitava para fora dessa comunidade. Participávamos de tudo, da vida da Igreja, da vida esportiva, da vida de cultura, da cultura de Pouso Alegre, de tudo os alunos participavam. Gostaria ainda de dizer uma coisa, e peço mais uma vez perdão pela falta de modéstia, não foi a minha qualidade, foram as qualidades da minha equipe. Quando eu saí, os alunos da escola noturna, que eram os adultos e os alunos de uma

maneira geral, cobriram a escola com uma tarja preta. A escola entrou em luto, puseram uma tarja preta na escola Monsenhor José Paulino. Eu falo pedindo mais uma vez desculpas, porque eu entendo que o despojamento é a maior qualidade do ser humano, nós estávamos aqui neste mundo aprendendo, estamos nos educando. Erik From fala o seguinte: “Viver é dar a luz a si mesmo, e é um processo que só acaba com a morte”. Há pessoas que morrem sem ter nascido, vamos dizer assim, esse despojamento frente à verdade que a gente procura viver, sabendo que todo saber é relativo, não existe saber absoluto, absolutos seres contingentes que estávamos aqui aprendendo. Eu peço desculpas por dizer tudo, mas foi isso uma época vivida e sangrada de tanta dor e tanto sofrimento, mas tive graças a Deus o apoio da minha Igreja, Dom José, meus alunos de Seminário, grandes líderes da Faculdade de Direito de Pouso Alegre, os meus alunos do colégio São José me deram todo esse apoio, graças a Deus eu tive muito mais do que mereci. A história importantíssima era da merenda escolar, realmente era um tempo difícil, eu não tenho queixas porque a gente fazia festas todos os anos, a própria comunidade se unia para fazer festas em benefício da caixa escolar. A merenda nossa era maravilhosa, agora o que vinha de lá, eram coisas, por exemplo, macarrão, fubá. Aqui em Pouso Alegre, eu gostaria de dizer de pessoas como Arnaldinho Costa, como Rubinho Rios, como o Chico, Chiquinho de Freitas e muita gente que eram pessoas que perenemente trabalhavam, nos ajudavam demais para manter uma alimentação pelo menos razoável para o aluno, sabendo, como diz o Dilei: “O alimento que a Educação é para o espírito e a sociedade o que o alimento é para o corpo físico”. Depois de tudo que eu disse, acho que o papel do diretor é ser aquele líder democrático, a liderança democrática exige uma postura humilde diante dos seus liderados, humilde no sentido que ele não sabe tudo, ele não faz sozinho, ele não diz eu faço, eu realizo, ele diz, nós fazemos, nós realizamos. O grande líder é aquele que tem coragem de desaparecer de cena, promovendo outras lideranças, quando você tem certeza de que seu liderado sabe muito mais que você, não tenha medo de promover a liderança. Esse é o papel de formar uma comunidade amiga, harmoniosa e que não se feche dentro da escola numa torre de marfim, mas que exorbite os limites da própria escola e vá para comunidade, e tenha abertas as portas à comunidade, para ali dentro a comunidade também participar do ato educativo. Eu não posso dizer que considero o meu trabalho como diretora marcante, formamos uma equipe maravilhosa, tive auxiliares espetaculares, pessoas

muito superiores a mim, comigo nessa luta por uma educação de qualidade. Não conseguimos tudo porque o infinito só a Deus pertence, com erros e acertos tentamos acertar, mas erramos muito também. Gostaria de agradecer a presença da Celina aqui, ela é uma educadora conceituada na nossa comunidade, faz um trabalho belíssimo e está me dando essa oportunidade de viver o passado, sorrir e chorar com uma história que, apesar de tantos pesares foi positiva e foi produtiva. Positiva também é a oportunidade que eu estou tendo de relatar alguma coisa, já que sou aposentada há pouco tempo, há nove meses eu não estou trabalhando mais na Secretaria Municipal do governo do Doutor Jair Siqueira. Agradeço a você, Celina, a oportunidade que eu estou tendo de estar aqui falando e peço mais uma vez desculpas por não estar sendo modesta como devia ser.

Celina: Jahel, eu gostaria que você deixasse uma mensagem final para os diretores de hoje.

Jahel: Eu acabei de ler um livro que se chama “O amor que ficou”, de Nei Silveira de Almeida, e ele se apresenta, vamos dizer assim, no meu ponto de vista, como um profeta, um anunciador e um denunciador, um denunciador na medida em que ele fala dos grandes dramas que vivemos hoje no país, apesar de tanto trabalho, temos uma sociedade injusta com grandes distâncias sociais. Ele encara esse problema, essa nuvem que cobre o país como corrupção de tanta impunidade tendo como causa o grande problema moral. O diretor de hoje deve encerrar esse problema, resgatar dos valores morais, pois não se transforma o país sem se transformar o homem. Cabe à escola, à comunidade, o papel de transformadora das personalidades, de formar homens retos com a verdade. O que nós temos que fazer é matar o homem velho e fazer nascer o homem novo, matar, sim, esse cidadão corrupto, esse cidadão que está se deteriorando com essa ausência de valores e fazer nascer o homem novo, brasileiro novo. Através da modificação do ser humano que nós vamos conseguir modificar o país. O compromisso com a comunidade, nenhum educador não é só diretor e nenhum educador é neutro, ele tem um compromisso político, não político partidário, mas político no verdadeiro sentido da palavra, política que é ciência do bem comum. Temos que nos comprometer com nosso mundo, nosso hoje, e não se pode educar no vazio, educar o brasileiro, o mineiro pousoalegrense, com todas os prós e contras, com todas as grandezas e misérias do nosso país.

Celina: Dona Jahel, olha como a senhora preencheu esse termo de consentimento livre e esclarecido, eu gostaria de dizer à senhora que está sob a minha responsabilidade esse trabalho no qual estou pesquisando o resgate da memória dos diretores na década de 60 a 80, visando oferecer uma fonte de pesquisa para os diretores atuais. A minha professora orientadora é a doutora Branca Jurema Ponce da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde estou concluindo meu Mestrado. A senhora dá o seu consentimento de, mesmo futuramente, se nós acharmos que é possível até mesmo a publicação deste trabalho?

Jahel: Dou toda liberdade, primeiro porque você é a mensageira da verdade, você pode fazer uso do que você quiser.

Celina: Obrigada, eu agradeço de coração e que Deus lhe abençoe sempre.

6 LEYDE MORAES GUIMARÃES

Nasci em Inconfidentes, município de Ouro Fino, agora uma pequena cidade. Vim com 8 anos para Ouro Fino, estudei no curso anexo da Escola Normal, na qual, formei em 1940 no Magistério e, no ano de 1941, eu já fui chamada para dar aula de Metodologia de Ensino, hoje, de Didática. Formei, já comecei a trabalhar e a minha vida inteira eu me vi em torno da Escola Normal. Fui fazer concurso em Belo Horizonte para cadeira de Artes e Desenho e assumi a cadeira. Fui aluna do Prof. José Guimarães, que era Professor de Psicologia, casei-me com ele, (risos). Não sei se isso faz parte da biografia, mas vivemos assim uma vida só de estudo, porque ele era um historiador, além de professor de Psicologia, um bom advogado, influenciou na minha pessoa e me valorizava muito. Nós dois tivemos vida de estudos, ele gostava de história e eu também, tanto que ele foi grande historiador, um grande idealista, e eu continuei as mesmas pesquisas, o mesmo trabalho dele. Enquanto eu dava aula na Escola Normal, eu ajudei muito porque ele foi diretor por uns 10 anos, depois aposentou-se. Passados 2 ou 3 diretores, eu em 1972, assumi a diretoria da escola, de 1972 a 1983, quer dizer, 11 anos eu fui diretora. Quando eu assumi a escola, era no prédio velho, o antigo prédio onde a escola havia funcionado por muitos anos, porque o prédio aqui de cima estava pequeno, passou para perto de onde era o 11°

BC que estava desativado. Nesse período, veio a reforma do ensino, estava ainda naquele processo do normal antigo, aí veio a 8 mil, veio a lei de reforma, eu então tive o maior trabalho. Tudo que eu precisava era em Belo Horizonte, na Secretaria de Educação, dois agentes iam lá, acertavam os problemas. Depois passou para Itajubá, o povo que assumiu a delegacia de Itajubá sabia menos do que eu, dava um trabalhão porque as moças todas sem experiência. Eu trabalhava muito, o José me orientando sempre toda aquela mudança dos professores, acertos de efetivação, tudo passava pela minha mão. A escola tinha as classes anexas, de 1ª à 4ª e já tinha o ginásial também, o novo curso de magistério. O secretário da educação autorizou a construção do prédio próprio porque o que nós estávamos não era, o do governo é o atual prédio. Eu fiz toda mudança do prédio da escola; com a construção do prédio novo, nós fomos passando por parte: primeiro nós mandamos o curso do colegial, tinha uma escadinha no meio de uma rua para outra, era no mato o prédio. Eu fazia tempo integral na escola, almoçava na cantina para não ir em casa. Eu subia umas 20 vezes por dia, eram muitos alunos e para acompanhá-los bem de perto não era nada fácil. A gente subia e descia, da escola de cima e para escola de baixo. Quando em 73, já passamos mais algumas classes e em 74 passamos todas as salas para o novo prédio, mas faltavam salas-ambiente que estavam em construção ainda no prédio. Veio a reforma do ensino, nós tínhamos que ter cursos profissionalizantes, com isto criamos o curso de Patologia. A criação do Curso de Patologia Clínica em Ouro Fino foi uma alegria para todos. Com a criação do curso, montamos 4 salas-ambiente de educação para o lar, de práticas comerciais, de artes industriais, de práticas agrícolas, e foi a maior maravilha que aconteceu na minha vida, porque as salas foram montadas com todo o material necessário. A nossa escola não era uma escola comum com às outras, era uma escola para formação de profissionais, era a única da região. A de Artes Industriais era uma beleza! As moças que vinham fazer prática, ficavam encantadas com as nossas classes anexas que também funcionavam muito bem, com tudo que era bom, porque eu exigia, eu era uma diretora boa, mas exigente. Eu tinha muito dó de tudo que acontecia lá dentro. Eu tinha três secretárias ótimas, que trabalhavam comigo: Laila, a Rosinha e a Eletra, muito competentes, ajudavam muito, e tinha a Terezinha Parreira que era supervisora das classes anexas. Aliás, a Terezinha brigava um pouco comigo, mas consegui vencer. Nossa biblioteca tinha muito caruncho, fizemos campanha, pusemos prateleiras de metal e bebedouros,

conseguimos a nossa praça de esportes onde em cima era uma montanha, conseguimos através do DNER, que fazia as estradas, tirar a montanha que tinha lá e fazer uma praça de esportes, que está muito bem até hoje, toda asfaltada. Em todo esse trabalho eu contava sempre com bons professores e boas secretárias. Eu trabalhei bem, venci muito, até hoje a escola desse tempo é comentada e elogiada. Ninguém faz nada sozinho, eu tive uma equipe de professores, secretárias, de funcionários excelentes, excelentes mesmo, então, com isso, eu fiquei 11 anos lá e venci. Fui perseguida politicamente; pois, em 1983, indicaram outra diretora para a Escola Normal. Pedi um tempo para terminar algumas coisas que havia começado. Mas, a inspetora depois de uma semana chegou com o Minas Gerais para dar posse à nova diretora. Levei um baque, mas ao sair da escola, tive a solidariedade do professor Elizeu Ribeiro, que me acompanhou até a minha casa, pois percebeu que eu estava abalada. (Mas não sei se é isso que você queria saber...) Eu deixei uma biblioteca perfeita, funcionando, com uma bibliotecária formada, quase 4 mil volumes, muito mais; deixei a fanfarra com 130 instrumentos que não era fanfarra era uma verdadeira banda de música, era uma beleza; deixei o laboratório de Física e Química, de Ciências Naturais completo. Eu tirei foto de tudo, eu tenho foto de tudo isso, e muito mais coisas que eu deixei lá. Era uma beleza a horta para merenda escolar, tinha uma cantina ótima, que o Sebastião Assis que mandou construir, grande, mobiliada e, não só recebia uma verba por ano para cantina, era a única verba que a gente recebia. A caixa escolar era uma caixa escolar espetacular; eu tinha a professora Dona Delmira Mattos que me ajudava muito. Nossos alunos andavam tão bem vestidos. Eu me preocupava muito com os alunos que não podiam ter uniforme, nós dávamos desde o tênis até a merenda, cadernos e lápis, tudo para os alunos com o dinheiro de uma taxinha que eu inventei para os pais que queriam auxiliar a caixa escolar. Então, com este dinheiro, nós fazíamos tudo e nenhum pai se negava; no começo do ano, eles faziam matrícula e davam uma taxinha de R\$ 15,00 e nós conseguimos fazer muita coisa. A escola de Ouro Fino sempre foi uma escola que era o ponto central de educação de Ouro Fino, portanto, eu acho que a escola é a parte mais importante para o desenvolvimento das crianças e para a educação do povo, porque escola que não educa, a cidade também não tem educação. A nossa escola foi, por muito tempo, e acho que continua sendo, o centro majoritário da educação de Ouro Fino. Bom, o diretor, antes de mais nada, tem que ser um líder, porque sendo líder ele tem capacidade de dirigir as diversas maneiras

para diversos tipos de pessoas, ser muito calmo, saber respeitar as pessoas para ser respeitado. E mais ainda, tem que ter cultura, tem que ter conhecimento, e tem que ser amigo. Tenho sim, a mais importante conquista para mim foi o trabalho que eu tive de passar a escola velha, do prédio velho para escola nova, passando a ser o ponto principal, a figurinha mais importante de Ouro Fino, em todos os sentidos, fanfarra, biblioteca, os alunos uniformizados na rua, a escola era centro de admiração do povo, porque até hoje sou lembrada ainda, então isso é motivo de orgulho para mim. Agora, um ponto, assim, negativo, que havia na escola, assim uns 3 (três) ou 4 (quatro) elementos que fizeram campanha mesmo muito dura contra mim, até fazendo mandado de segurança, pedindo a minha retirada, porque que eu não tinha direito de ser diretora. Elas estavam reclamando que tinham título de curso superior, e aliás, eu tive também meu título, mas estava fazendo aqui na ASMEC, e completei de Administração, e esse foi o meu ponto fraco que eu tive aqui. Olha, a visita das pessoas que procuravam a escola, sempre deixava lá mensagem de despedida, cada uma melhor que a outra; então, estes termos é que mais falam do meu trabalho lá. Posso dizer que eu sou até convencida, porque eu fui uma boa diretora, até hoje as pessoas me procuram fazem comentários: “Depois que a senhora saiu da escola aconteceu isso, aquilo”. Então, isso é pecado, mas eu sou convencida. A diretora, a pessoa que se aventurar de querer ser diretora de uma Escola Normal como era a nossa aqui, tem que pensar bem, primeiro tem que ser líder, segundo tem que ter paciência com todos os problemas, a educação mesmo, para saber tratar os outros, é muito importante, pois assim você vai vencendo, vai podendo conhecer todos os tipos de diretores, e todos os tipos de escola e também pode fazer a sua avaliação! Com muito gosto deixo minhas palavras, porque o que eu falei aí deve ter alguma importância a mais, mas eu vou dar por escrito, você vai ficar contente.

Celina: A senhora permite, ou melhor, autoriza-nos a usar estas informações na nossa dissertação?

Leyde: Ah, com todo o prazer!

Celina: E eu agradeço de coração sua participação, foi com muito carinho que eu vim pedir a sua ajuda e porque a gente já tinha informação do seu maravilhoso trabalho. Muito obrigada, viu, dona Leyde, que Deus a abençoe....

Leyde: Eu sou assim, agora, falando sem gravação, eu não sei falar. Eles me chamam para ser entrevistada na rádio, eu encabulo tanto que eu não consigo falar o que eu quero falar, então, entrevista para mim é difícil por isso.

7 MAGDA APARECIDA DE KERSUL BRITO

O meu nome é Magda Aparecida de Kersul Brito e eu fui diretora da escola Presidente “Arthur da Costa e Silva”, de Pouso Alegre. Ela é uma escola modelo, uma das escolas Polivalentes que foram criadas nesta década de 70; é da segunda etapa das escolas. Embora eu não tenha feito curso para ser diretora da escola, fiz curso para ser professora da 3ª série e 4ª etapa das escolas polivalentes que eram as escolas de Três Corações e de Itajubá. A princípio, eu ia para Três Corações, depois Itajubá e, finalmente, eu vim para Pouso Alegre, mas vim como professora de Matemática, em 1977. O João Mariosa, que era o diretor que havia feito curso para ser diretor da escola, fez concurso para Juiz e foi para Monte Azul. Houve uma eleição no meio do ano, ficou o Barbosa no lugar dele. Houve uma outra eleição e comecei em 1978 como diretora, então fiquei 78,79,80 e 81, ou não 77,78,79 e 80, eu não tenho bem certeza, eu sei que eu fiquei 4 anos, que eu acho que foi 80. Fui para São Paulo para fazer um curso na área de Direito, porque eu tinha feito dois cursos. Sempre fiz dois cursos, tinha feito Direito e Pedagogia, eu achava que quem dava aula tinha que saber leis, mas eu mudei e acabei indo para área do Direito. O papel da escola para mim é socializar e, lógico, também dar instrução, dar conhecimentos, passar experiência acumulada, mas principalmente, socializar. Bem, na verdade, eu fui ser diretora sem muita preparação porque em 72 havia dado aula de História do Brasil, 74,75,76 até a metade de 76, quando João Mariosa foi ser diretor e, dei até aula de Matemática. Então, a minha experiência não era tão grande assim para ser diretora, acho. Fiquei meio ano como vice-diretora. Devo ter feito muita bobagem, na verdade, com certeza. Uma das bobagens, por exemplo, que eu fazia era fumar. Eu não dava cigarro para alunos, mas todos sabiam que a diretora deles fumava (risos). Hoje eu acho um absurdo, quando eu dava aula eu fumava na sala de aula; quando eu ia dar recado no recreio, eu ia fumando, como hip-hop cantando uma coisa dessa. Bem, como diretora você tinha na escola o coordenador, então a parte pedagógica era pelo coordenador, tinha orientador pedagógico, o

diretor ficava mais para resolver a parte administrativa e problemas de última hora. Aluno que saía, fez confusão na sala, com muitos eu conversava e também orientava. O diretor de escola estadual, ele é uma ponte entre o Estado, a delegacia e os professores. Não dá para o diretor de escola estadual dar uma orientação para qual tipo de educação que vai ser dada para as crianças, acho que é mais para escola que tem um currículo para dar. Quem via isso era o coordenador pedagógico. Eu gostava muito da orientadora, a dona Terezinha falava que eu era orientadora, que eu ficava conversando mais com os alunos do que os alunos com ela. O que eu fiz que era marcante? O Polivalente era uma escola muito boa, eu fui diretora na 2ª etapa do Polivalente, quando entrou o pessoal da 2ª fase do Polivalente. As crianças já não ficavam o dia inteiro lá, iam embora, se não tivessem atividade. Mas não eram atividades de 8 horas integrais, igual no começo. A parte, assim, que eu gostava muito era da fanfarra que nós trabalhávamos para que tivesse, que a fanfarra crescesse. A respeito da fanfarra, eu coloquei que as crianças gostavam mais de tocar que de ouvir tocar. Quem conquistasse uma nota boa tocava, então, eu lembro da Vanilda que, num ano ela tomou bomba, mas no outro ano ela entrou no quadro dos alunos que tiravam as primeiras notas porque ela queria tocar na fanfarra. Era uma escola sincera, uma escola diferente das outras escolas estaduais porque ela tinha a salas-ambiente, as salas tinham portas de correr no meio, cada duas, então, se quisesse juntar duas turmas, poderia dar aulas normais de Português e Matemática. Para as aulas de Ciências, tinha laboratório em que a turma era dividida em duas, tinha 2 (dois) professores para cada, e ficavam 20 (vinte) alunos. Tinha aula de laboratório, aula de Técnicas Comerciais, dividida em 20 (vinte) alunos para Técnicas Comerciais, 20 (vinte) alunos para Educação para o Lar ou para Técnicas Industriais. Um outro laboratório era de Técnicas Agrícolas. Todas as áreas tinham uma biblioteca muito grande, boa na escola, tinha um quadro de pessoal muito bom, muito dedicado. Às vezes, a gente virava a noite para deixar as coisas arrumadas de um dia para outro, a semana inteira na secretaria, eram 5 (cinco) horas da manhã. Era um pessoal tudo muito novo, de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, então topava tudo que fazia, um corpo de professores muito bom. Comecei logo depois que começou o curso noturno, a escola era só de 5ª a 8ª série, e tinha uma professora de Educação Física, a Lucinéia, professora do feminino, super empenhada. Nossa escola disputava com escolas de 2º grau, as meninas ganhavam, (nossa!) era handball que a gente vê nas Olimpíadas, mas já havia

handball no Polivalente naquela época. Elas disputavam com São José e ganhavam. Lembro da final que teve prorrogação, foi sofrido. Fizemos uniforme novo para elas, azul e branco, elas ficavam muito lindinhas. Eu entreguei a medalha de prata para as meninas do São José e elas choravam que choravam. As meninas do Polivalente sempre ganharam no atletismo, eram muito boas no atletismo, muita gente fez Educação Física, a Preta, porque naquela época chamar uma pessoa de preta não era politicamente incorreto, Celina. E não era nem discriminado. Não era discriminatório chamar de Preta, era carinhosamente, e a Preta foi professora de Educação Física no Estado de São Paulo, ela é irmã da Amelinha, que era muito boa, teve uma menina que depois foi trabalhar no Banco do Brasil que era preta e baixinha, que também não era discriminada naquela época. A escola tinha também um centro comunitário, sei lá, como que chama o negócio, não lembro mais como chamava, acho que é Conselho Comunitário, que é o que fazia festinhas para poder ajudar na merenda. Vinha merenda de fora e não era tudo que se podia usar, por exemplo, aquela farinha branca, ninguém conseguia comer aquilo. Agora eu sei que dá para fazer as coisas com farinha branca, mas naquela época, farinha de mandioca branca era um negócio meio esquisito para nossa região. Quando vinha suco de goiaba, esse era muito bom, coisas que as crianças gostavam, como macarrão, fazia festinha e comprava, nós tínhamos horta também. O Polivalente tinha horta, então tinha acesso ao diferencial que punha na sopinha, porque a gente tinha agrícola. Naquela época, o que a gente recebia de dinheiro por ano da caixa escolar era para comprar material escolar para as crianças, era isso, só que tinha que comprar para o outro ano e tinha um prazo rápido, curto para se comprar, porque se você não comprasse, tinha que devolver o dinheiro. Era difícil de ver quais as prioridades da época para comprar, porque já era final de ano e tinha que comprar pensando no ano seguinte. A gente tinha o banco de livro que não existia nas outras escolas; livros que foram escolhidos pela primeira turma de professores do Polivalente. Empréstávamos os livros para as crianças e, todo começo de ano, devolviam. Mudavam os livros e no começo de ano, eu ia para São Paulo ou Belo Horizonte, dependendo do que os professores escolhiam, para comprar os livros. A compra dos livros era feita também pelo Centro Comunitário (era outro nome que chamava isso), não me lembro. A gente fazia festinha pra comprar os livros, cobrava mensalidade dos alunos, embora fosse colégio estadual cobrava uma taxa dos alunos que eles pagavam mês a mês, o que ajudava a comprar livros e ajudava na

merenda. Tinha que fazer prestação de contas. A gente controlava pelo CLT, que era para tomar conta a noite, e era por esse Centro Comunitário (eu acho que é Centro Comunitário mesmo que chamava) tinha um livro de ata que se assinava.

Celina: Porque ela não deu certo?

Porque para manter o laboratório de ciência funcionando, tinha que ter material, e material de laboratório era caro. Uma vez eu fui não sei se em Belo Horizonte, ou se foi em São Paulo, à globo pedir filminho para eles. Eles doaram slides e era a escola que tinha retroprojeter, numa época em que não se falava nisso, mas tinha um retroprojeter para cada 2(duas) salas. Tinha uma impressora, não era bem impressora tipo assim, nem chegava a imprimir.

Nossa, faz 22 anos que eu não estou mais nesta área, e faz tempo que eu adoro o Polivalente, eu ficaria lá o tempo que tivesse que ficar.

Celina: Magda o que significa para você, neste particular conosco, sua trajetória profissional como diretora de escola pública, sendo hoje uma juíza do trabalho?

Magda: É nossa trajetória profissional, e para mim, é muito bom lembrar assim do Polivalente, e você faz parte do Polivalente. Você fez parte do Polivalente, foi minha diretora.

Celina: Então em sua experiência como diretora, você tem ainda mais alguma coisa que você gostaria de deixar registrado? Magda deixe uma mensagem final para os diretores de hoje.

Magda: Bem, o que eu posso falar é que amei os meus alunos. Eu acho que a coisa que mais me trouxe retorno é o amor que eu pude ter por eles, o que até hoje me deixa feliz, pensar naquelas carinhas, todas felizes, porque se você amar bem aqueles meninos você consegue dirigir.

Celina: Magda, olha, como você assinou o termo de consentimento e esclarecimento, nele está constando que eu sou aluna de Mestrado e a minha Orientadora é a Doutora Branca Jurema Ponci da instituição, da mesma instituição de São Paulo. O meu projeto de pesquisa é sobre a memória de Diretores e eu gostaria de saber o seguinte: se nós levarmos esse trabalho em frente, chegarmos um dia até a publicá-lo você permite?

Magda: Dó, pode ficar sossegada, pode publicar que eu não tenho nenhuma restrição.

Celina: Obrigada.

8 MARIA IVANEIDE SOUZA FONSECA

Meu nome é Maria Ivaneide Souza Fonseca, eu trabalhei no período que faz parte desta pesquisa, como diretora nas escolas “Monsenhor Mendonça”, Pré-Escolar, escola estadual, e na escola Estadual “Doutor José Marques de Oliveira”, que era de ensino fundamental e Ensino Médio. Segundo minha visão, o papel da escola é relevante na vida do cidadão, é onde ele vai completar toda a sua educação, vai se inserir nos ideais de uma sociedade para que ele possa atuar futuramente como cidadão, vai receber os conhecimentos necessários, as habilidades e competências, organizar toda sua experiência anterior. Acredito que este seja o papel da escola. Durante o meu percurso de diretora eu considero que o meu trabalho foi marcante, primeiramente porque na cidade de Pouso Alegre não havia uma escola voltada para crianças de 4 a 6 anos, na época era só ensino fundamental. Quando essa escola foi criada, e foi criada pela dona Clarice Toledo, eu me interessei muito, por isso fui para Belo Horizonte estudar no Instituto de Educação, e fiz um curso sobre pré-escolar. Então, eu trouxe de lá uma metodologia capaz de atender às crianças nessa idade, porque não existia ainda aqui em Pouso Alegre. Fomos desenvolvendo um trabalho, experimentando e formando uma prática, a partir da experiência do dia a dia. Depois, iniciei o estudo de Jean Piaget, teoria de Jean Piaget, porque me interessava muito e com isso eu pude entender melhor a cabecinha das crianças nessa fase. A escola era muito boa, embora fosse uma escola estadual. Lá estudava muita gente da classe alta, era muito procurada, as vagas não eram suficientes para atender todas as crianças. Pude desenvolver um trabalho que realmente me satisfiz; na época, tinha uma equipe muito boa, comprometida e nós fizemos um bom trabalho. Depois disso, eu fui convidada a trabalhar como diretora no Colégio Estadual “Dr. José Marques de Oliveira”, em uma época em que o Colégio Estadual estava precisando muito; a escola era muito grande, tínhamos 2 mil e tantos alunos. Eu saí de uma escola infantil e peguei uma

escola que tinha 2º grau, tinha curso técnico de contabilidade e magistério, para mim foi uma experiência muito boa. Mas continuando os meus estudos, baseados na teoria epistemológica de Piaget eu consegui fazer uma mudança bem radical na metodologia do colegiado que, na época, era bem tradicional. Começamos a envolver os alunos no nosso projeto de educação, partilhando com eles os nossos objetivos, o que trouxe uma revolta muito grande dos professores que costumavam impor suas idéias. Tivemos muitas reuniões. Em uma das reuniões com os professores, eles me pediram que eu não aceitasse os alunos na diretoria. Então respondi: tudo bem, eu vou pôr a minha mesa e o meu material no pátio para que eu esteja junto dos alunos, porque é o aluno o foco da educação, é através dele que nós vamos fazer o nosso trabalho, tudo irá girar em torno do aluno, de acordo com as necessidades dele. Isso foi alguma coisa que marcou muito e eu consegui também foi a ênfase que nós pudemos dar ao esporte, porque acreditamos muito no esporte como um processo educativo, na medida em que é capaz de drenar as energias desses meninos mais difíceis e formar o menino nas cooperações, na solidariedade, porque nada melhor que um time para mostrar como é que se deve trabalhar em união. Então, o esporte foi um trabalho que me agradou muito porque foram os meninos com dificuldades de comportamento, dificuldades sociais, que tinham problema de falta na escola que nós levamos a pertencer aos vários times. O menino ia tomando gosto e, com isso, ele ia mudando as suas atitudes, chegamos a ser campeões de handebol, disputamos em Belo Horizonte e ganhamos. Isso foi uma alegria muito grande para o colégio todo, os meninos ficaram muito motivados e o colégio ganhou uma notoriedade grande e o amor dos meninos pelo colégio, pelo trabalho e, conseqüentemente, pelo estudo, melhorou muito. Outra coisa que melhorou muito foi trabalhar com o teatro, apresentamos duas peças no teatro municipal para as famílias que também ajudaram muito. Foi essa participação do aluno no projeto educativo que fez a diferença. Eu acredito no colégio estadual e em minha experiência como diretora. Eu me lembro de várias situações desafiadoras; uma das situações mais desafiadoras foi quando tive problema com telhado do colégio, eu tinha aluno cedo, à tarde e à noite, dois mil trezentos e tantos alunos e, eu não conseguia em Pouso Alegre um lugar para colocá-los. O telhado estava caindo, era urgente a troca do madeiramento. Na época, tinha um colégio de padres ao lado do meu que era o colégio São José, onde eu fui pedir se eu poderia pôr o turno da noite lá para destelhar o colégio. Eles se negaram, não queriam os meus

meninos que eram de escola pública e do noturno, meninos carentes demais; então eu falei, não tem problema, nós vamos destelhar o colégio com os alunos aqui dentro. Destelhamos o colégio, com os alunos dentro, trocamos o madeiramento e todo o telhado com aulas funcionando. Nós tínhamos assim dias de chuva, os meninos andavam de baixo para cima de sombrinha aberta dentro da sala de aula, foi impressionante; mas nós conseguimos e pudemos fazer uma festa depois comemorando a mudança do telhado do colégio sem perder aulas. Esta foi uma experiência muito interessante. Outra experiência muito marcante foi que com esse trabalho todo que nós pudemos fazer reformulação da metodologia e reformulação dos cursos. Nós apresentamos um trabalho em Belo Horizonte, e eu levei vários professores comigo; eles foram apresentar as modificações que nós estávamos fazendo, na metodologia da escola, eles ficaram animadíssimos; foram dar depoimento e demonstração do que faziam. Uma equipe da Secretaria de Estado da Educação estava presente no evento e uma delas chorou o tempo todo. Quando nós terminamos, se levantou, chegou e disse: “Vocês devem estar assustados de me ver chorando tanto, mais eu queria dizer que eu não pude me segurar, porque pela primeira vez, eu me convenci que a educação é possível”. Então nós ficamos felizes, recebemos prêmio, foi uma beleza! Quando voltamos ao Estado, a Secretária Estadual de Educação do Espírito Santo, mandou um pedido para esse setor de onde essa senhora era diretora, pedindo auxílio para uma mudança metodológica no Estado. Essa diretora mandou uma carta pedindo ao Estado do Espírito Santo que se dirigisse à direção do colégio Estadual “Doutor José Marques de Oliveira”. A resposta da Secretaria do Estado de Minas Gerais foi para que nós entrássemos em contato com o Espírito Santo para fazer um trabalho com eles, isso aconteceu numa semana. Foi uma alegria muito grande para nós termos sido indicados para isso. Na outra semana eu fui destituída do cargo pela política. Então, isso daí é uma das coisas que marcam a gente. Vê como é o problema da Educação Brasileira, nem quer saber na hora da política ou politicagem como a gente vê as coisas que são construídas, são facilmente jogadas ao chão. Isso é uma coisa que marcou muito minha vida. Compartilhar isso com as pessoas é muito importante porque eu acredito muito na educação, apesar disso tudo, depois que eu sai, que a política me colocou fora, eu tive uma experiência muito interessante. Nenhuma escola de Pouso Alegre me aceitava, nenhuma escola, eu não podia ir para as escolas que as diretoras ainda não tinham sido colocadas para fora porque elas tinham medo de

serem colocadas para fora, e eu não podia ir para as escolas que as diretoras novas que o governo tinha colocado porque elas tinham medo de serem taxadas como traidoras, acredito. Então, o que aconteceu comigo é que eu tive que trabalhar numa cidade próxima, eu fui para Itajubá, trabalhar na superintendência porque não podia ficar em Pouso Alegre. Então, eu brinco muito que eu sou a primeira exilada política de Pouso Alegre. Acho que isso é muito interessante, faz parte da história, isso é bom para o trabalho que a Celina está fazendo, para a gente ver como é a Educação. Eu sempre digo que a gente teve que empurrar uma carreta morro acima; mas isso nunca me desanimou, estou aqui como voluntária, trabalhando pela educação, acreditando no projeto, compromisso de todos pela educação e o que eu puder compartilhar com todo mundo, isso para mim é um prazer muito grande.

Celina:Deixa para nós uma mensagem final.

Ivaneide:Eu acho que acreditar sempre, apesar dos problemas, apesar das contingências contrárias, apesar das pessoas que estão no poder, apesar de tudo, é acreditar que uma educação real, verdadeira, que construa o homem, é a única esperança que nós temos para ter um futuro melhor; por isso, nós temos que grudar na educação, porque nada se faz sem ela.

CELINA: Ivaneide, se você tivesse assim diante de uma grupo de diretoras atuais que estão na gestão hoje, o que você diria para elas?

Olha, eu acho que hoje eu diria para elas fortalecerem sua escola através da participação da comunidade dos professores e que não fiquem sozinhas. Na minha época, a diretora reinava, hoje isso não é possível, a escola tem que se fortalecer, ela precisa ter um conselho escolar forte, tem que ter um colegiado atuante. Eu diria, coloque o pai dentro da escola, coloque o representante de bairro dentro da escola, chama o seu professor, partilhe as experiências, fortaleça a escola porque o dia que você sair, a sua escola continua crescendo dentro do projeto que você desenvolveu com todo mundo. Bem, terminando, voltando à experiência que eu contei, outra coisa interessante que eu gostaria de realçar é que, na realidade, eu fui sempre uma diretora supervisora, vamos dizer assim, porque a minha preocupação muito grande era com o aprendizado do aluno, já naquela época, uma época em que os diretores estavam sempre preocupados com a parte administrativa da escola, e deixando a parte pedagógica para os supervisores, os orientadores, eu fiz ao contrário. Eu acho que é importantíssimo que o diretor se interesse pela parte pedagógica propriamente

dita da escola. Porque ele é ali o líder, ele não deixa de ser o líder, e ele tem que estar por dentro de todos os aspectos e puxar essa parte pedagógica que realmente é mais importante, porque, como eu disse, o foco tem que ser o aluno. Antigamente, a gente tinha uma coisa muito interessante, e eu me lembro que o foco era a disciplina, não era aprendizagem, era a disciplina. Se essa escola era bem organizada, se a escola era bem colocada e todo mundo estava quietinho, uniformizado, muito bonito entrando na fila etc, o diretor era bom. Então, era muito interessante, o diretor se preocupava com a parte financeira, que eram as prestações de conta, que realmente são muito problemáticas, na maioria das vezes. A gente, até hoje, pede uma prestação de conta mais real, porque às vezes não seguem as variáveis do mercado, tem que planejar antes, você tem que fazer uma ocorrência isso tomava muito tempo do diretor. Então, graças a Deus, eu tive assessores espetaculares que puderam ficar me dando apoio nesse aspecto para que eu ficasse junto do aluno.

9 MARTHA HERMELINDA TOLEDO

Eu comecei a minha carreira no magistério como professora primária nas escolas estaduais “Monsenhor José Paulino” e depois “Presidente Bernardes”. Depois fui para Belo Horizonte onde fiz o curso de Administração Escolar no Instituto de Educação de Minas Gerais. Terminado o curso, voltei para Pouso Alegre e fui orientadora técnica no Monsenhor José Paulino, mas fiquei um ano, no ano seguinte atuei como diretora de uma escola que foi criada em Pouso Alegre, Escola “Estadual Vinícius Meyer”; fui a primeira diretora, fui nomeada pelo governador do Estado. Fiquei 5 (cinco) anos como diretora, e como estava no começo da escola, estava em formação, ainda as professoras que foram trabalhar comigo foram as primeiras classificadas, no concurso, e por coincidência, Celina, eu tinha dado aulas particular para elas fazerem o concurso. Todas que fizeram as aulas comigo tiraram os primeiros lugares, ficaram bem classificadas então me conheciam; eu tinha vinte anos quando eu fui diretora. Comecei, elas eram ótimas, muito idealistas. Porque ficava longe a escola, a gente ia a pé. Naquela época, a escola funcionava em uma casa alugada, muito velha, quer dizer, não era uma casa novinha, era antiga, em

compensação, o ambiente era ótimo e as crianças gostavam demais da escola. Eu era muito idealista, eu sempre fui muito idealista graças a Deus, fazia o possível para as crianças gostarem da escola. A gente trabalhava como se a escola fosse delas, depois de 5 (cinco) anos construí o prédio novo do Vinícius Meyer, foi o governador Magalhães Pinto que ajudou. O governador Magalhães Pinto passou perto da escola e nós e o diretor mostramos para ele escrito na porta da escola, quem construiu o prédio. Eu já gostava muito das professoras, a gente fazia muitas reuniões, havia participação em festas, eu comemorava o dia das mães, o dia dos pais, participava nos desfiles de sete de setembro. Recebi até o ofício do quartel que eles gostaram demais da apresentação do “Vinícius Meyer” que foram meninos com peixes, porque a bandeira da escola era o menino pescando, porque lá é rio, a escola do pescador, o pequeno pescador, e era pescar o saber na escola. Tinha tanta festa, tanta coisa com as professoras muito animadas, a gente não tinha assim verba, a gente ganhava, o povo pousoalegrense é muito caridoso. O açougue dava carne para fazer a sopa, eu ganhava fubá para fazer sopas e, verduras, eu fiz até uma horta e a sopa era muito boa, inclusive as mães freqüentavam demais a escola. A gente tinha muita ligação com a comunidade e as mães, elas iam lá as mulheres grávidas queriam tomar a sopa também junto com as crianças, como a gente ganhava eu falava assim: “então vamos deixar porque elas são as mães dos futuros alunos aqui da escola e fortalecer a mãe para as crianças também serem fortes. Eram muito interessantes as festas que a gente fazia, todo mundo participava, o povo gostava da escola, era muito bom, as professoras muito inteligentes, sempre participavam. Essa diretora que você fala, a Ivaneide, foi professora de primeira série lá, era professora de 1ª série, a Barroso, a Marisa Castro, então, muitas professoras que... o interessante é que quando foi construído o prédio novo, vieram carteiras novas, as carteiras da escola Vinícius Meyer foram para a escola Venceslau que foi uma escola criada posteriormente, e aí os aptos era diretora ficando boba de ver a limpeza das carteiras, limpinhas, os alunos não escreviam na carteira, tinham o maior cuidado com o que era deles. A gente fazia o possível, sempre guardei as melhores lembranças. Fui convidada pelo governo e passei à Inspetora, é um cargo cobiçado. Passei a ser inspetora fiquei muitos anos na inspeção. Conheci as escolas de Pouso Alegre, era inspetora de quase todas, porque tinha poucas inspetoras. Fiquei muitos anos inspetora e antes de terminar a carreira, fiquei 8 anos na Superintendência Regional de Ensino, fui diretora da

Superintendência Regional de Ensino, depois aposentei. A educação transforma a comunidade que, às vezes, vê essa ligação da educação sobre a preocupação com o bem das crianças, e essa harmonia entre o pessoal da escola e da comunidade é participando.

Celina: O que a senhora lembra?

Martha: No momento assim eu ainda não lembrei, não Celina, fato marcante, porque eu lembro assim das festas, as professoras trabalhando na escola, todo mundo alegre, mas eu assim não estou lembrando, bem você não quer que eu fale do papel do diretor também? Eu acho que o diretor deve ser um líder na verdadeira acepção da palavra, líder dos professores, líder dos alunos, líder dos pais, líder da comunidade. Acho que ele sendo líder, vai conseguir dirigir bem a escola, sempre recebe apoio de todas as pessoas que convivem com eles, é um verdadeiro líder. Para mim, ser entrevistada por você é uma grande honra, Celina, porque eu tive a oportunidade de ser sua professora no curso normal, fui professora de Psicologia, então, quero dizer que quando eu falei no meu magistério, na minha carreira, eu queria te falar que eu tinha outro cargo, que eu fiz concurso para o colégio Estadual Doutor José Marques de Oliveira. Eu era titular da cadeira de Psicologia, então eu lecionei 25 anos na escola, e no colégio Santa Dorotéia, colégio particular, no colégio Senador Amaral, também particular, fui professora mais para colaborar porque eles me convidaram, naquela época não tinha muito professor registrado, com registro de cadeira sabe. Pediam até da cidade vizinha, pediam para mim, porque, naquele tempo, não havia agora muita Faculdade de Filosofia por aqui, tem aqui em Pouso Alegre, muitas cidades próximas, mas naquele tempo não, Celina, eles precisavam da gente. Quando começava o curso normal, pediam para a gente dar aula. Dei aula no colégio São José também, em todos os colégios de Pouso Alegre eu dei aula. Eu falaria que eles precisavam primeiro do ideal, amar a Educação, quer dizer, ter esse gosto de ser professora. A diretora, antes de ser diretora, ela tem que ser uma boa professora; então eu acho que elas deveriam ter primeiro o ideal da educação, dedicação porque sem ideal a gente não faz nada. Tem que fazer as coisas com verdadeiro amor, precisa amar os alunos, amar os professores, eu sempre amei, e sempre quis fazer o bem, porque poder só tem valor quando ele é usado para fazer o bem. Então, em todos os cargos que ocupei, procurei fazer o bem para as professoras e para os alunos.

10 TEREZINHA RITA ALVES

Meu nome é Terezinha Rita Alves e tenho muito prazer em participar desta entrevista. Fui diretora, na época quando terminei o curso de Pedagogia em Belo Horizonte, cheguei aqui e fui convidada pela Martha Toledo para ser diretora da escola. O Simão Pedro, meu amigo do peito, então fui convidada e foi me dada como escolha duas escolas: Escola Estadual “Professor Ladislau” e a Escola Estadual “Ermantina Beraldo”. Eu escolhi a Escola Estadual “Professor Ladislau” por ser uma escola mais nova e não estava localizada na periferia, num bairro bom até de Pouso Alegre, o bairro Santa Dorotéia, mas as crianças eram do Cascalho, crianças pobres, crianças carentes. Aquilo para mim foi uma surpresa, a princípio não sabia, mas depois eu acabei gostando muito porque se eu não pude ajudar as crianças de uma forma, de outra eu ajudei. Pude ajudar no que foi possível àquelas crianças carentes, havia crianças que chegavam na escola machucadas e eu ia pessoalmente à casa delas ver o que estava acontecendo. Eram crianças mantidas trancadas dentro de casa, os pais saíam para fazer trabalhos “evangélicos, e demoravam muito para voltar, as crianças ficavam sozinhas, então eu tinha que tomar providências contra aquilo. Teve um caso que me comoveu demais: uma tarde, depois do término das aulas, fui até a casa de uma criança que estava faltosa; a criança estava sozinha, amarrada numa corrente sentadinha numa sala, brincando com um caminhãozinho. Aquele caso me chocou profundamente, emocionada e ao mesmo tempo revoltada. Procurei imediatamente o promotor de Justiça, que era na época Dr. Carlos Brandão. O promotor foi lá e tirou a criança dos pais, porque ela era muito maltratada, ficava sozinha, sem comida muitas vezes tinha apenas oito anos. O que eu pude fazer ali, a assistência que eu dava para aquelas crianças, eu fazia questão de ter tudo para proporcionar àquelas crianças tão carentes. Crianças do turno da manhã voltavam para tomar sopa no período da tarde; foi um trabalho gratificante, muito gratificante. Eram várias salas de aula, podia construir algumas salas de aula para dar assistência àquelas crianças; gostei disso, aliás, quando eu me formei professora eu tinha como objetivo ser diretora de escola para ajudar e não esperava que fosse cair numa escola precisando de assistência à criança, não eram todas, mas a maioria. Eu consegui alcançar este meu objetivo, e o que me marcou mais foi essa assistência, essa coisa que a gente não estava habituada, dentro da

formação, dentro da família, não estava habituada com essa, como é que eu diria, essa violência doméstica, não estava habituada com isso, então eu pude ajudar. Depois implantei na escola de 5^a (quinta) série à 8^a (oitava) série e assim, com a extensão de série pude dar maior assistência para aquelas crianças e eu contava com a confiança dos pais e houve casos assim, dramáticos mesmo, que eu pude ajudar, conciliar, chamar pai, às vezes a polícia. Eles tinham respeito pela diretora, mas nós tratávamos com carinho, com caridade, com respeito àquelas pessoas que são seres humanos. Eu pude ajudar de uma certa forma ali, eu pelo menos fiz tudo para poder ajudar, levar o conhecimento, levar àquelas crianças a formação. A escola é uma continuidade do lar, da casa, a professora, ela desempenha um papel muito importante, porque a professora, principalmente, a dos primeiros anos de escolaridade, o pré, o primeiro e o segundo anos, a professora para o aluno ela é mais importante que a mãe. Tinha aluno que a mãe era professora, e contestou alguma coisa do dever, a criança não aceitou “porque a minha professora é a que sabe, a minha tia que sabe”. O papel da professora é muito importante. Os primeiros anos da Educação, mesmo com tudo o que ela podia passar para a criança, eu tinha preocupação também com a educação da criança, a formação religiosa, a formação do convívio social, participava de atividades. Olha que é longe a escola do centro, mas trazia as crianças para ver o que aconteciam no centro, visitar museus, para não ficarem tão afastadas das coisas que aconteciam. Foi gratificante, trabalhei com amor, trabalhei todo esse período da ditadura. Outro fato marcante foi de um aluno que morava no Cristal, um bairro de Pouso Alegre; ele começou a apresentar problemas na escola, sabemos que a criança, quando ela apresenta o problema na escola, traz o problema de casa, ela, coitadinha, não tem como extravasar. Aquele problema acompanhava a criança e ela extravasava ali na escola, eu procurei saber o que estava acontecendo com esse menino que apresentava muito problemas, ele foi conversar comigo e fiquei sabendo que a mãe dele, se casou com um assassino, morava com o assassino do pai, ele não aceitava aquele homem dentro da casa, o menino era maltratado pelo padrasto. Aquilo para mim foi complicado, mexer com isso, tive que achar a mãe, foi muito difícil falar com ela. Ela continuou morando com aquele homem porque depois a criança saiu da escola. Mas foi o trabalho que entrou aí, psicólogo, conselho social, foi uma coisa que me marcou muito, porque fiquei com muita pena do menino, não conseguia entender os fatos, ele estava no direito dele, não aceitava o assassino do pai. Havia muita influência política naquela

época e eu, desde o principio, fui protegida politicamente, ao longo do meu período de diretora, fui também protegida. Houve uma época bastante aborrecida, 1983, quando ganhou um deputado aqui em Pouso Alegre e ele começou a perseguir as diretoras, e eu fiquei com medo também, sou humana. Ele começou a tirar diretora da noite para o dia, uma perseguição mesmo, inclusive a Ivaneide, de que posso falar o nome, excelente pessoa, uma excelente profissional, e ela foi perseguida: aonde ela ia, eles estavam. Recebi uma carta do político meu amigo, o político me amparava, recebi uma carta dele dizendo que eu podia ficar tranqüila que ninguém ia mexer comigo, como de fato não aconteceu, isso foi em 1983. Tudo começou em 84/85, quando eu saí, já havia acabado essa perseguição. O que eu poderia dizer à diretora, ela não pode, como eu diria, eu posso até estar errada, a ciência pode até me corrigir, tem que amparar aquelas pessoas, aquelas crianças que estão ali na escola. Você tem que ser um pouco mãe, um pouco irmã, tem que amparar, compreender, ver cada problema, cada um tem um problema diferente do outro, você têm que estar atenta àquelas crianças e também muito atenta ao comportamento, algumas mudanças de comportamento, você tem que estar atenta porque a criança, ela é boa por natureza, a vida lá fora, a família, mesmo a escola pode estar atrapalhando, causando sofrimento. A diretora tem que estar muito atenta, mas com o aluno, a parte democrática, muito ligada e bem feita, mas com a criança você tem que estar atenta.

Celina: O que significa para você compartilhar conosco a sua trajetória num trabalho de pesquisa?

Terezinha Rita: Eu achei como se fosse um coroamento daquilo pelo que eu trabalhei. Faz 12 anos que eu aposentei, então parece que eu estava esquecida, lá fora, atrás do passado. Hoje eu resgatei, pude falar daquilo que eu penso, me lembrar do meu tempo, desde a infância, da escola, lá do grupo de Silvianópolis, mas eu achei muito chique muito importante, obrigada.

Celina: Se você tivesse diante de uma reunião de diretoras, desses diretores atuais, o que você falaria para eles? Que conselho você daria para eles? Que mensagem você daria para eles?

Terezinha Rita: Eu acho o papel educacional; uma pessoa mais responsável, é muito importante no dia de hoje, que a televisão está aí aberta, a Internet, o computador está aí aberto, a criança pode estar em caminhos que os pais às vezes

não têm condição de acompanhar, não têm tempo de olhar, falta de saber mesmo, ignorância de pais. Hoje a educação está muito mais difícil, então o profissional da educação, a diretora que é responsável, tem que estar muito preparada para isso, se interessar muito para a educação.

Celina: Tem alguma coisa que você gostaria de falar para nós, que você se lembra e que talvez não faça parte desse nosso roteiro?

Terezinha Rita: Eu gostaria de registrar as amizades que eu fiz dentro daquele convívio, foi um convívio muito bom. Eu procurava, sabe, Celina, ser justa. Posso não ter sido como eu gostaria de ter sido, mas tratava todos com igualdade, os direitos de cada tanto quanto deveres. Ali eu fiz grandes amizades que perpetuam até hoje, grandes amigas que freqüentam a minha casa, fazem parte do clube social e isto foi gratificante para mim. Meus alunos, uma coisa muito gostosa, gratificante, quando entro numa loja: “Dona Terezinha Rita, eu lembro da senhora”. Fala o meu nome, tudo gratifica, a gente fez parte da vida daquela criança, que hoje é casada, tem filhos. Tive problemas com merenda, principalmente com aquelas minhas crianças que passavam necessidade dentro de casa e muitos voltavam para tomar sopa. Tinha que fazer festa, bingo, festa de São João, e tudo era muito difícil, naquela época tinha polícia para tomar conta do portão, pelo meio em que a gente vive e tudo mais. Quando eu estava saindo é que estava dando merenda, a princípio era muita dificuldade.

Celina: Nós temos aqui, como você já preencheu, o termo de conhecimento livre e esclarecimento livre. Dentro desse termo está perguntando se você se dispõe a colaborar conosco de forma voluntária nesta pesquisa sobre a minha responsabilidade.

Terezinha Rita: Claro!

Celina: Sou aluna do curso de Mestrado, e quero dizer a você que eu estou sendo orientada pela Doutora Branca Jurema, na mesma instituição, então eu gostaria de saber, se nós chegarmos a levar esse trabalho adiante, se nós quisermos publicar um dia, você permite? Você dá o seu consentimento?

Terezinha Rita: Claro!

Celina: Então, eu agradeço de coração a sua ajuda.

ANEXO "A" – Designação do Prof. José Guimarães para a função de Diretor da Escola Normal Oficial de Ouro Fino

57602



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

DESS/1a. Seção

4,2

20026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Resolve designar, de acôrdo com os artigos 12 e 54, da Lei nº 858, de 29 de dezembro de 1951, José Guimarães, professor padrão I-21, da Escola Normal Oficial de Ouro Fino, para exercer a função de diretor do mesmo estabelecimento, a contar de 9 de setembro do corrente ano.

Palacio da Liberdade, em Belo Horizonte, 11 de dezembro de 1953.

José Guimarães
Cardeiro

Gratificação anual, a que se refere o Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela IV:

CR\$ 9.600,00

P. Silva


Anotado. 13. 1. 1954.

M. Silva

21

ANEXO "B" – Nomeação do Prof. José Guimarães para o cargo de diretor da Escola Normal Oficial de Ouro Fino

978 P 02



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1547.22

TITULO DE

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições, resolve nomear, nos termos do artigo 22 da Lei n. 2 001, de 17 de novembro de 1 959, JOSE' GUIMARAES para exercer, em comissão, o cargo de Diretor, padrão I-85, da Escola Normal Oficial de Ouro Fino.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 28 de Janeiro de 1960.

José Francisco Pinheiro
Nomeação

PROCURADOR
Christovam Chianetta
Km. 211, 516º S.M.

279na

VENCE MENSALMENTE

Cr\$ 18.000,00
Túlio S. Bulgarelli
Autado em 25.3.60
Túlio S. Bulgarelli

**ANEXO "C" – Passagem de direção do Colégio Estadual de Ouro Fino para a
Profª. Leyde Moraes Guimarães**

03

Colégio Estadual de Ouro Fino

Criado pelo Decreto N.º 4036 de 6-12-1913
OURO FINO MINAS GERAIS

Ofício nº 219/72
Assunto: Paz comunicação

Em: 20/12/72

Exma. Sra.
Edina Fernandes de Faria
DD. Delegada do Ensino Médio

A abaixo assinada Maria Eugênia Beghini, profes-
sora do Ensino Médio, Nível VX, MASP. 100181, respondendo pela Dire-
ção do Colégio Estadual de Ouro Fino, desde 3 de agosto de 1971, vem
comunicar a V.Exa. que a partir de hoje 15/12/72 deixa a responsabili-
dade da Direção, passando a mesma para a professora Leyde Moraes Gui-
marães, membro do Conselho Técnico Administrativo do Colégio e decano
da Congregação de acordo com o Estatuto do Colégio.

Atenciosas saudações.

RECON *Maria Eugenia Beghini*

Maria Eugenia Beghini

FIRMA EM BRLO NOROENTR
AO TAV. ABILIO MACHADO FULGO
R. DA BARRA, 714 - EDIF. SULCAMP

CARTORIO DO 3.º OFICIO
Nelson Barbosa
TABELIÃO
OURO FINO - MINAS

CARTORIO DO 3.º OFICIO TAV. BEL. NELSON BARBOSA ED. FULGO - OURO FINO - MG.	SUPRA RECOGNICAO A(S) FIRMAS PREVO ASSINALADA(S) DE <i>Maria Eugenia Beghini</i>
	De <i>Maria Eugenia Beghini</i> e dat. f. Ouro Fino, <i>20</i> de <i>dezembro</i> de 1972 Em teste de <i>2</i> de <i>depois</i> — BEL. NELSON BARBOSA — 3.º TABELIÃO

**ANEXO "D" – Indicação da Prof^a. Leyde para a direção do Colégio
Estadual de Ouro Fino**

Colégio Estadual de Ouro Fino	
Criado pelo Decreto N.º 4036 de 6-12-1913	04
OURO FINO	MINAS GERAIS
<p>Exm. Sra.</p> <p>Edina Fernandes de Faria</p> <p><u>ICANUPÁ</u></p>	
<p>Exm. Sra., atenciosas saudações</p>	
<p>Os abaixoassinados, membros da congregação do Colégio Estadual de Ouro Fino, têm o prazer de se dirigirem a V. Exa., a fim de indicar o nome da Professora Leyde Morais Guimarães para a diretoria do Estabelecimento, em face de ter vagado o cargo com o pedido de demissão formulado pela Professora Maria Eugênia De-ghini.-</p> <p>Aproveitando o ensejo, apresentam a V. Exa. os protestos de elevada estima e consideração</p>	
<p>Ouro Fino, 20 de dezembro de 1972</p>	
<p><u>Vitalina M. Mendes Aguiar de</u></p> <p><u>Maria Sebastiana de Miranda Bibliopri</u></p> <p><u>Francisca Aparecida de Almeida</u></p> <p><u>Carla Maria de Carvalho</u></p> <p><u>Carlos Eugênio Monteiro</u></p> <p><u>Spágora Góssika Marinho Salu</u></p> <p><u>Luciana E. de Almeida?</u></p> <p><u>Francisca Maria de Almeida</u></p> <p><u>Delmira Matos</u></p> <p><u>Lucia de Almeida</u></p>	

ANEXO "E" – Autorização para a Prof^a. Leyde Moraes Guimarães exercer o cargo de diretor da Escola Estadual de Ouro Fino

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
8ª DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE ITAJUBÁ

AUTORIZAÇÃO 32/74

PROCESSO: 275

O Supervisor da Delegacia Regional de Ensino de Itajubá, concede Autorização a Leyde Moraes Guimarães, filha de José Roberto de Moraes e Olimpia Guidi Moraes, para exercer o cargo de DIRETOR da Escola Estadual de Ouro Fino - 1ª e 2ª Graus - 6.3, de Ouro Fino, em caráter suplementar e a título precário, durante o ano de 1974, de acordo com a Resolução 181/73 do C.E.E. M.G., homologada pela Resolução 353/73 da S.E.E. M.G., em 01/02/74.

Itajubá, 26 de março de 1975

Ediaraia
Supervisor da Delegacia Regional de Ensino de Itajubá

**ANEXO "F" – Renovação de autorização para o exercício do cargo de Direção
concedida à Prof^a. Leyde Moraes Guimarães**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
8ª DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE ITAJUBÁ

RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

O Supervisor da Delegacia Regional de Ensino de Itajubá, renova, a Autorização de nº 32/74 concedida a LEYDE MORAES GUIMARÃES, filha de José Roberto de Moraes e Olimpia Grudi Moraes, para exercer o cargo de DIRETOR da Escola Estadual de Ouro Fino 1ª e 2ª Graus 6.3. de Ouro Fino, durante o ano de 1975, em caráter suplementar e a título precário, de acordo com o parágrafo 3º do Artigo 1º da Resolução 181/73 de C.E.E. M.G., homologada pela Resolução 353/73 da S.E.E. M.G. em 01/02/74.

Itajubá, 30 de abril de 1975

Edmundo

Supervisor da Delegacia Regional de Ensino de Itajubá

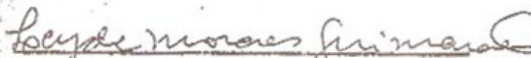
**ANEXO "G" – Opção de vencimentos apresentada pela
Profª Leyde Moraes Guimarães**

Exmo. Sr. Secretário da Educação

Leyde Moraes Guimarães, Masp 96.126, Professor do Ensino Médio Nível XV, cargos acumulados nas cadeiras de DESENHO E ARTES APLICADAS no 2º Grau e DESENHO no 1º Grau, enquadrada nas duas cadeiras, respectivamente Professor 4 Nível IV Grau D e Professor 3 Nível III Grau E, respondendo pela Diretoria da Escola Estadual de Ouro Fino de 1º e 2º Graus, 6.3, tendo sido também ^{listada} enquadrada como Diretor DEB, cujas ordens de pagamento se encontram em Varginha, vem fazer opção pelo vencimento das duas cadeiras com todos os direitos, incluindo a produtividade e desistindo dos vencimentos da função de Diretor.

Pede deferimento.

Ouro Fino, 5 de abril de 1975.


Leyde Moraes Guimarães

ANEXO "H" – Informação sobre requerimento para a direção da Escola Estadual "Prof. Ladislau" apresentado pela Profª. Theresinha Rita Alves

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE ITAJUBÁ

Ofício nº 313/73

Da: Delegacia Regional de Ensino

Para: Sra. Inspetora Martha Hermelindo Toledo

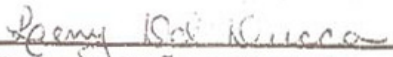
Assunto: Informação

Itajubá, 9 de março de 1973.

Senhora Inspetora,



Informamo-la que a professora Theresinha Rita Alves, Masp 106.535, sendo habilitada em Administração e Supervisão de Escola de 1ª grau, pelo Curso de Pedagogia no Instituto de Educação de Belo Horizonte, requereu a direção da Escola Estadual "Prof. Ladislau" de 1ª grau, de Pouso Alegre. Para ter esse direito foi a mesma removida para o quadro do estabelecimento em 8/03/73. Cabe à Sra. Inspetora colocá-la na direção e dar o parecer favorável a sua designação.

Atenciosamente



Chefe da Seção de Pessoal

Sra. Inspetora
Martha Hermelinda Toledo
POUSO ALEGRE - MG


ANEXO "J" – Informativo de alteração relativo à Prof^a. Jahel Rodrigues Torres

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS REPARTIÇÃO: 8 ^a DRE Itajubá	INFORMATIVO DE ALTERAÇÃO POUÇO ALEGRE	CONTROLE MASP 106.358			
QUADRO - I USO EXCLUSIVO DA REPARTIÇÃO DE ORIGEM						
NOME DO SERVIDOR: <u>Jahel Rodrigues Torres</u>						
Aprova o exercício, no cargo em comissão de Diretor, símbolo D-2, Grau B, a contar de 01-10-78, e enquanto o cargo perdurar vago.						
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> SEE 8.^a - B - Itajubá Data da Publicação 21 / 12 / 78 CRP do Informante - MASP 173.013 Insc. B. Informante - 103771 Assistente Auxiliar - MASP </div>						
731/79						
QUADRO - II USO EXCLUSIVO DA DIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL						
DIFERENÇAS PARA REFERÊNCIA						
MÊS	ANO	CÓDIGO	VALOR			
DIFERENÇAS PARA REFERÊNCIA						
MÊS	ANO	CÓDIGO	VALOR TOTAL	PERC.	VALOR PARCELA	REFERÊNCIA
Acerto em Dezembro/78 Janeiro/79						
DATA: 09 / 01 / 79						
RESPONSÁVEL		MASP		CHEFIA		MASP

**ANEXO "L" – Informativo de alteração relativo à Prof^a.
Martha Hermelinda Toledo**

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS REPARTIÇÃO DE DRE Ilajubá	INFORMATIVO DE ALTERAÇÃO Pouso Alegre	CONTROLE MASP 041.923 41	
QUADRO - I USO EXCLUSIVO DA REPARTIÇÃO DE ORÇEM				
NOME DO SERVIDOR Martha Hermelinda Toledo				
Foi classificado, em caráter efetivo, do cargo (de) (Diretor e) de Diretor de Grupo Escolar, como Administrador Educacional, a partir de 01-10-78. <div style="float: right; border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 5px;">707/79</div>				
S.E.E. 8. ^a D.R.E. - ILAJUBÁ Data de Publicação 14 / 12 / 78 CRP. nº 173.013 Informante - MASP Assessor 87033 Assessoria - Auxiliar - MASP				
QUADRO - II USO EXCLUSIVO DA DIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL				
DIFERENÇAS PAGAS REFERÊNCIA				
MÊS	ANO	CÓDIGO	VALOR	
REPOSIÇÕES VALOR TOTAL PARC. VALOR PARCELA REFERÊNCIA				
Aceito em Dezembro/78 Janeiro/79 DATA: 03/01/79				
RESPONSÁVEL		MASP	CHEFIA	MASP
MODELO PADRONIZADO Nº 56				

**ANEXO "M" – Informativo de alteração relativo à Prof^a.
Ana Odiléia Reis Souza**

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS REPARTIÇÃO: 19ª IRR-Poços de Caldas	INFORMATIVO DE ALTERAÇÃO CONGONHAL	CONTROLE MASP 076 048		
QUADRO - I USO EXCLUSIVO DA REPARTIÇÃO DE ORIGEM					
NOME DO SERVIDOR ANA ODILÉIA REIS SOUZA					
<p>Professor, Nível 1, Grau B Escola Estadual Mendes de Oliveira- 1.4.0.B</p> <p>Aprovado o exercício, no cargo, em comissão de Diretor, Símbolo D-2, Grau B, de 29 de outubro de 1978 a 26 de janeiro de 1979, em que o titular Lázara de Sousa e Silva esteve em licença para tratamento de saúde.</p> <p>MG. 15-02-79, página 10, coluna 02.</p>					
DRE - Poços de Caldas Em: 13 / 03 / 79		DIRF. de Poços de Caldas Em: 13 / 03 / 79			
<u>Verônica</u> Informante Masp: 65808		<u>Ambrósio</u> Coord. Núcleo de Pessoal Masp: 91852			
QUADRO - II USO EXCLUSIVO DA DIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL					
DIFERENÇAS PAGAS					
MÊS	ANO	CÓDIGO	VALOR	REFERÊNCIA	
		069	20.135,00	Diferença de PIB 1/ D2B de 29-10-78 a 26-01-79	
		034	8.310,00		
REPOSIÇÕES					
MÊS	ANO	CÓDIGO	VALOR TOTAL	PARC. VALOR PARCELA	REFERÊNCIA
Abril/79					
DATA: 07 / 04 / 79					
RESPONSÁVEL		MASP		CÓDIGO	
<u>Stela</u>					

**ANEXO "O" – Fotografias das entrevistadas
(Elas fizeram a história)**



Fonte: Arquivo pessoal de Deolinda Nogueira

Foto 1 – Deolinda Nogueira dos Santos (Senador José Bento/MG – 2003)



Fonte: Arquivo pessoal de Martha H. Toledo

Foto 2 – Martha Hermelinda Toledo (Pouso Alegre/MG – 2.000)



Fonte: Arquivo pessoal de Martha H. Toledo

Foto 3 – Professoras do Grupo Escolar Vinícius Meyer



Fonte: Arquivo pessoal de Jahel Torres

Foto 4 - Jahel Torres Brandão e o Dr. Tancredo Neves, então Governador de Minas (1983)



Fonte: Arquivo pessoal de Terezinha R. Alves

Foto 5 – Terezinha Rita Alves (Senador José Bento/MG – 2003)



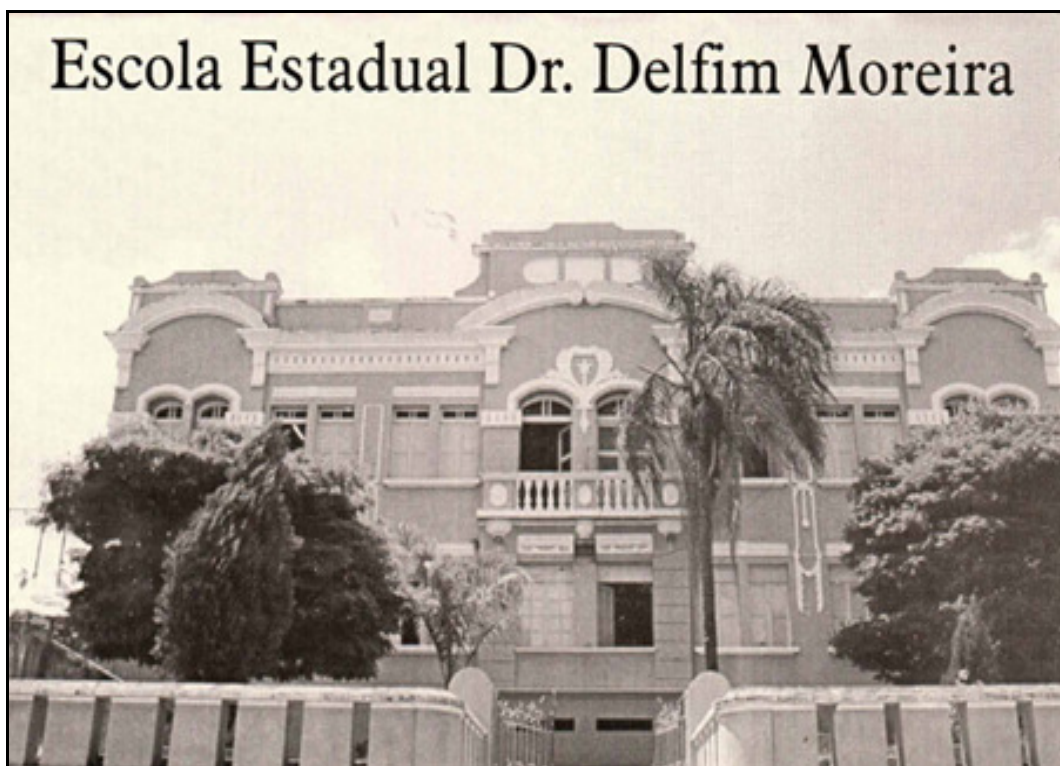
Fonte: Arquivo pessoal de Deolinda Nogueira

Foto 6 – Deolinda Nogueira dos Santos (Senador José Bento/MG – 2003)



Fonte: Arquivo pessoal de Leyde Moraes Guimarães

Foto 7 – **Fanfarra da Escola Estadual de Ouro Fino (1979)**



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Abdalla

Foto 8 – **Escola Estadual Dr. Delfim Moreira (1990)**



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Odiléia

Foto 9 – Ana Odiléia dos Reis (Congonhal/MG – 1990)



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Abdalla

Foto 10 – Ana Abdalla (Santa Rita do Sapucaí/MG – 2001)



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Abdalla

Foto 11 – Desfile da EE Dr. Delfim Moreira (Santa Rita do Sapucaí/MG [s.d.]



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Abdalla

Foto 12 – Fanfarras da E.E. Dr. Delfim Moreira (Santa Rita do Sapucaí/MG – out. 1981)



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Abdalla

Foto 13 – Apresentação dos alunos da EE Dr. D. Moreira (Sta R. Sapucaí/MG – 1991)



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Abdalla

Foto 14 – Solenidade Centenário do Dr. Delfim Moreira (Sta R. Sapucaí/MG – 1975)



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Ivaneide

Foto 15 – **Diretora Maria Ivaneide entrega um troféu ao então aluno, hoje médico, Walter Sormanti Hassin, vencedor da Gincana Cultural (1978)**



Fonte: Arquivo pessoal de Magda Soares

Foto 16 – **Magda Soares**



Fonte: Arquivo pessoal Maria Ivaneide

Foto 17 – Processo Seletivo do 2º Grau do Colégio Estadual, realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Sul de Minas, para atender ao grande número de concorrentes (Pouso Alegre/MG – 1980)



Fonte: Arquivo pessoal de Diva Floriano

Foto 18 – Diva Floriano